



DIÁLOGOS E RELATOS

de histórias, de processos laborativos, educacionais, culturais e memórias, na perspectiva regional e local

Paulo Roberto Nogueira Silva
Heloisa Helena Tourinho Monteiro
(organizadores)



mondrongo

mondrongo



Paulo Roberto Nogueira Silva

Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade pelo PPGREC/UESB (2022), Esp. em Educação no/do Campo pela UESB (2019), Esp. em História e Cultura Afro - Brasileira pela UCAM (2016) e Graduado em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências-FTC (2010). Atuou como professor formador pelo Programa de Formação de Professores-PARFOR/UESB. Atuou como professor/tutor do Curso de História EaD pela UAB/UNEAD/UNEB, Campus XXI, Pólo de Ipiaú. Participa de encontros científicos nas Universidades de Salamanca/Espanha, na National University of Political Studies and Public Administration em Bucareste / Romênia, na Universidad Pedro de Valdivia em Santiago/Chile e na Universidade de Helsinque/Finlândia com investigações acerca das histórias, memórias e legados de parteiras, de mulheres negras, de gênero e de famílias oligárquicas. Tem experiência nas áreas de: História, História do Brasil, História e Cultura Afro-Brasileira, História da África, História Regional e Local e em Educação no/do Campo.



Heloisa Helena Tourinho Monteiro

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Mestre em Educação pela FACED/UFBA. Esp. em Metodologia do Ensino Superior pela UNEB. Graduada em História (UCSAL/BA). Membro do Grupo de Pesquisa FECOM/UNEB, atuou como professora de História do Ensino Médio do Instituto Social da Bahia, coordenou o Departamento de História até 2010. Professora de História dos Ensinos Fundamental e Médio do Liceu Salesiano. Professora Formadora da UAB/UNEAD/UNEB. Membro do Grupo Gestor do Fórum Baiano de Educação Infantil (FBEL), Gestão 2021-2023, atuando até 2021. Formadora e Consultora do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP). Professora de História do Ensino Fundamental, Médio e Superior. Pesquisa sobre o Ensino de História e suas práticas pedagógicas na Educação Básica e Ensino Superior, associando essas práticas ao campo de conhecimento das incursões em Museu, como propostas pedagógicas de valorização da História e da Memória Social. Desenvolve materiais didáticos para Educação Básica. Trabalha com Formação de Professores.

DIÁLOGOS E RELATOS

*de histórias, de processos laborativos, educacionais,
culturais e memórias, na perspectiva regional e local*



mondrongo



mondrongo

Paulo Roberto Nogueira Silva
Heloisa Helena Tourinho Monteiro
(Organizadores)

DIÁLOGOS E RELATOS

*de histórias, de processos laborativos, educacionais,
culturais e memórias, na perspectiva regional e local*



1ª Edição - Bahia / 2023



mondrongo

Inspirados pela máxima pessoana, “põe quanto és no mínimo que fazes”, trabalhamos cotidianamente oferecendo ao leitor livros de qualidade e respeitando o autor naquilo que ele tem de mais sagrado: os seus sonhos.

www.editoramondrongo.com.br

2023, Diálogos e relatos de histórias, de processos laborativos, educacionais, culturais e memórias, na perspectiva regional e local

Copyright © Paulo Roberto Nogueira Silva,
Heloisa Helena Tourinho Monteiro e demais.

Copyright © Mondrongo

Editoração eletrônica: Ulisses Góes

Revisão: Aline Kathiuce Honório Santos

Editor: Gustavo Felicíssimo

Conselho Editorial:

Aleilton Santana da Fonseca - Universidade Estadual de Feira de Santana

Isaias Francisco de Carvalho - Universidade Estadual de Santa Cruz

George Hamilton Pellegrini Ferreira - Universidade Federal do Pará

Gustavo Felicíssimo - Escritor e Editor da Mondrongo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

D537 Diálogos e relatos de histórias, de processos laborativos, educacionais, culturais e memórias, na perspectiva regional e local / [organizado por] Paulo Roberto Nogueira Silva, Heloisa Helena Tourinho Monteiro. – Itabuna, BA: Mondrongo, 2023.

150 p. ; 15 x 22 cm.

ISBN 978-65-5449-027-6

1. Cultura. 2. História regional. 3. Território de identidade. 4. Médio Rio das Contas, BA. 5. Litoral Sul, BA. 6. Vale do Jiquiriçá, BA. I. Silva, Paulo Roberto Nogueira. II. Monteiro, Heloisa Helena Tourinho.

CDU: 398(813.8)

CDD: 398.098142

Bibliotecária responsável – Simone da Rocha Bittencourt – 10/1171

Todos os direitos reservados

MONDRONGO

Rua Pernambuco, 334, Apto 102,

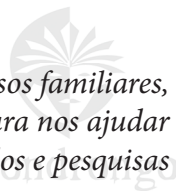
Centro | Itabuna (BA) | CEP: 45.605-510



mondrongo

73.98842.2793 (Whats App)
editoramondrongo@gmail.com

*Dedicamos esta obra aos nossos familiares,
que sempre nos deram o suporte para nos ajudar
na caminhada de nossos estudos e pesquisas*





mondrongo

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as instituições que graduaram os nossos alunos/autores: a Universidade do Estado da Bahia – UNEB; à Unidade Acadêmica de Educação à Distância – UNEAD, como também, à Universidade Aberta do Brasil – UAB, que ofertaram, com qualidade, o Curso de Licenciatura em História e em Pedagogia, na modalidade EaD. Em especial, à UNEB do Campus XXI, por viabilizar um diálogo de processos laborativos, educacionais e memórias, com a história local e regional de cada município de residência dos autores.

A Jorge Oliveira Santana, “Jorge Pato”, de Ipiáú (*in memoriam*);

Aos jovens esportistas da canoagem, juntamente com os profissionais do Centro de Canoagem de Ubaitaba;

A Antônio Pereira Barbosa, de Gongogi, (*in memoriam*);

Aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA);

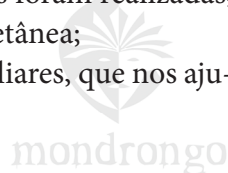
A Tercília Luiz da Silva, “dona Sila”, de Lafaiete Coutinho (*in memoriam*);

Aos alunos afrodescendentes do Colégio Estadual Dr. Milton Santos (Colégio Quilombola), bem como, o Órgão de Educação em Relações Étnicas – ODEERE/UESB, ambos de Jequié;

Aos moradores de Aiquara, pelas credices populares;

Aos familiares, os gestores, instituições e moradores dos municípios em que as pesquisas e investigações foram realizadas, ofertando-nos o aporte para a escrita desta coletânea;

Por fim, agradecemos aos nossos familiares, que nos ajudaram para concretizar esta obra.



A memória tem a capacidade de adquirir, recuperar, armazenar fatos, acontecimentos, nomes de pessoas e instituições. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história. (Le Goff, 1990, p. 368).¹



¹ Cf texto do livro LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

SUMÁRIO

Dados sobre os(as) autores(as)..... 11

Apresentação

Paulo Roberto Nogueira Silva e

Heloisa Helena Tourinho Monteiro..... 15

Prefácio

Geni Souza Zaidan Nassri 19

Capítulo 1 – Relevância e legado de “Jorge Pato” para o futebol de Ipiaú-BA

Samio Cassio da Silva Ramos, Alexandre

Ferreira dos Santos e Albione Souza Silva 23

Capítulo 2 – A importância da canoagem para a juventude ubaitabense

Abdala Brandão Guerreiro Silva..... 45

Capítulo 3 – Trajetória e memórias do ilustre Antônio Pereira Barbosa no município de Gongogi – BA

Valquíria Almeida de Oliveira, Paulo Roberto

Nogueira Silva e Heloisa Helena Tourinho Monteiro..... 61

Capítulo 4 – A importância da música como recurso pedagógico na Educação de Jovens e Adultos – EJA

Gilcleide Souza Cabral e Verônica Dias Ramos..... 75



mondrongo

Capítulo 5 – O legado de dona Sila no município de Lafaiete Coutinho – BA: identidade, cultura e tradição <i>Bruna Vitoria Nascimento Nogueira, Gabriel Pitanga de Sousa Nogueira e Paulo Roberto Nogueira Silva</i>	93
Capítulo 6 – A trajetória educativa da população afrodescendente entre os anos 1990 a 2010 no município de Jequié – BA <i>Kelly Gomes Almeida e Telma Gomes Borges de Almeida</i>	105
Capítulo 7 – O uso de credices populares como instrumentos pedagógicos de reprensão em Aiquara – BA: um estudo de caso <i>Aline Kathiuce Honório Santos</i>	123
Considerações finais	145

DADOS SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Abdala Brandão Guerreiro Silva

Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia – Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA.

E-mail: bcbrandao04@gmail.com

Albione Souza Silva

Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia, Campus II – Alagoinhas. Professor do Complexo Integrado de Educação em Ipiaú. E-mail: professoralbione@yahoo.com.br

Alexandre Ferreira dos Santos

Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia – Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA.

E-mail: afdossantos@hotmail.com

Aline Kathiuce Honório Santos

Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado de Bahia – UNEB, Campus XXI. Professora da Escola Batista Gente Feliz. E-mail: aline_kathiuce@hotmail.com

Bruna Vitoria Nascimento Nogueira

Graduanda do Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário UniFTC/Jequié, Pesquisadora do NIEFAM/UESB. E-mail: vitoriabrunna667@gmail.com.

Gabriel Pitanga de Sousa Nogueira

Especialista em Educação Física na Escola pela Universidade Pitágoras Unopar (2020). Graduado em Educação Física pela Faculdade Sete de Setembro FASETE (2019). E-mail: gabrielpitanga618@gmail.com.

Gilcleide Souza Cabral

Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA, Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado de Bahia – UNEB. Diretora da Escola Municipal Clemente Mariani. E-mail: gilcleidegil@hotmail.com

Heloisa Helena Tourinho Monteiro

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Professora de História do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Liceu Salesiano. Professora Formadora da Universidade Aberta do Brasil - UAB - UNEAD - UNEB. Membro do Grupo Gestor do Fórum Baiano de Educação Infantil (FBEL) e Membro do Grupo de Pesquisa FECOM – UNEB. E-mail: heloisaheroi@gmail.com

Kelly Gomes Almeida

Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia – Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA. E-mail: goms_100@outlook.com

Paulo Roberto Nogueira Silva

Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC/UESB, Esp. em Educação no/do Campo, Esp. em História e Cultura Afro Brasileira, Graduado em História, e Graduando em Pedagogia. Professor da Escola Municipal José Simões de Carvalho. E-mail: pnogueirasilva@yahoo.com.br.

Samio Cassio da Silva Ramos

Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia – Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA. E-mail: samioipiau@hotmail.com

Telma Gomes Borges de Almeida

Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia – Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA. E-mail: telmaelan@gmail.com

Valquiria Almeida de Oliveira

Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável pelo Ifbaiano, Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento pela Faculdade Única de Ipatinga, Tecnóloga em Gestão Ambiental pela Uninter, Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia – Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA. E-mail: val.almeida7@hotmail.com

Verônica Dias Ramos

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – Unidade Acadêmica de Educação a Distância – Universidade Aberta do Brasil (UNEB/UNEAD/UAB) polo de Ipiaú-BA. E-mail: veradiaz1948@outlook.com





mondrongo

APRESENTAÇÃO

Esta obra é composta por textos oriundos de investigações, que buscam reconstituir diálogos, relatos de histórias, de processos laborativos, educacionais, culturais e memórias, na perspectiva regional e local. As investigações que se seguem foram realizadas nos municípios de residências dos autores, nos territórios de identidade Médio Rio das Contas, Litoral Sul e Vale do Jiquiriçá.

As investigações que se seguem buscam, em sua maioria, dialogar com a abordagem desenvolvida por Le Goff (2003), quando pontua acerca das histórias, em que “os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva (p. 467). Relatamos nesta obra, histórias e memórias de personalidades, instituições, municípios, esportes, processos laborativos e educacionais.

Os capítulos que compõem a obra, reconstituem histórias e memórias na perspectiva regional e local, partindo do pressuposto de que antes de conhecermos a História do Brasil e a História Mundial, devemos conhecer primeiro a nossa realidade, a História do nosso município, da nossa localidade, a História do território de identidade em que moramos.

As investigações contam, em sua maioria, com o aporte da História Oral, narrada pelas pessoas das comunidades pesquisadas, refletindo acerca das histórias, memórias e legados deixados, sobretudo, pelas personalidades e instituições pesquisadas. Essas investigações foram desenvolvidas em sua maioria no âm-

bito da Universidade do Estado da Bahia, Campus XXI, no Polo da Universidade Aberta do Brasil – UAB por professores de História, por estudantes de História, Pedagogia e convidados externos, que contribuíram de forma crucial para a concretização desta coletânea.

Essa publicação oferece a grande oportunidade de conhecermos a nossa realidade na perspectiva regional e local, com o aporte de narrativas de pessoas moradoras dos municípios onde as investigações foram realizadas. Ademais, os estudos aqui apresentados, discorrem na perspectiva das relações sociais, na sociedade onde registramos histórias do tempo presente. Neste sentido, há a necessidade de publicizar pesquisas acerca de personalidades, instituições, esportes e processos laborativos e educacionais, por serem considerados de relevância social.

O primeiro capítulo, escrito por Samio Cassio da Silva Ramos, Alexandre Ferreira dos Santos e Albione Souza Silva, apresenta dados biográficos de Jorge Oliveira Santana, o “Jorge Pato”, e a sua relevância para o futebol no município de Ipiauí-BA, na década de 1970. Buscando compreender como os aspectos raciais, econômicos e sociais, marcaram a trajetória de um dos maiores centroavantes da história do futebol intermunicipal do Estado da Bahia e impediram a sua ascensão no futebol nacional.

O segundo capítulo, de Abdala Brandão Guerreiro Silva, traz a canoagem, esporte que se desenvolveu especialmente no município de Ubaitaba-BA, como elemento social relevante para a juventude ubaitabense. Retoma a história do município, e por meio dela, enfatiza os aspectos educacionais, socioculturais e de desenvolvimento humano, que foram proporcionados a partir da canoagem.

O terceiro capítulo, escrito por Valquíria Almeida de Oliveira, Paulo Roberto Nogueira Silva e Heloísa Helena Tourinho Monteiro, reconstitui a trajetória e as memórias de Antônio Pereira Barbosa, ilustre personagem do município de Gongogi. Apresenta a sua atuação na construção de práticas culturais e sociais na comunidade, relembrando a composição do hino oficial

e observando a sua permanência na memória dos gongogenses.

O quarto capítulo, das autoras Gilcleide Souza Cabral e Verônica Dias Ramos, trata da importância da música como recurso pedagógico na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Elas apresentam que esta modalidade requer práticas pedagógicas mais adequadas às suas especificidades e ao público que é atendido. E, neste sentido, consideram a música como elemento de grande relevância social, sendo uma aliada para o processo formativo de alfabetização, além de analisar a literatura especializada no que se refere a temática, reconstituindo o percurso histórico da EJA.

No quinto capítulo, Bruna Vitória Nascimento Nogueira, Gabriel Pitanga de Sousa Nogueira e Paulo Roberto Nogueira Silva, reconstituem o legado da dona Sila, no município de Lafaiete Coutinho-BA, que exerceu o seu ofício de mulher ceramista, fabricando artesanalmente produtos com argila, sobrevivendo a partir de sua atividade laborativa. Enfrentou disputas de etnia e de gênero, criando formas de resistência à uma cultura marginalizadora, patriarcal, branca e eurocêntrica, que predominava no município.

No sexto capítulo, Kelly Gomes Almeida e Telma Gomes Borges de Almeida trazem o relevante resultado de uma investigação realizada no município de Jequié-BA, acerca da trajetória educativa da população afrodescendente, entre os anos de 1990 e 2010. Partiram do contexto da escola quilombola, denominada Colégio Estadual Dr. Milton Santos, para compreender as dinâmicas e os conflitos do povo afrodescendente ao construir a proposta educacional do colégio pesquisado.

O sétimo e último capítulo, Aline Kathiuce Honório Santos analisa, de forma criteriosa, a influência das crenças populares como instrumentos pedagógicos de repressão, refletindo no comportamento das pessoas em Aiquara-BA. A autora retrata dois exemplos de crenças que são socialmente absorvidas como verdades pelas pessoas da comunidade.

Neste sentido, as investigações aqui reunidas, de pes-

quisadores da UNEB, Campus XXI, do Polo UAB e convidados, reconstituem histórias, memórias e legados de personalidades, instituições, esportes, processos laborativos e educacionais na perspectiva regional e local, entendendo que a valorização do nosso lugar de pertencimento é de suma importância para a valorização das nossas raízes.

*Paulo Roberto Nogueira Silva
Heloisa Helena Tourinho Monteiro*

Referência

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 2003.



PREFÁCIO

O objetivo desta publicação, é de reunir pesquisas em forma de diálogos, e relatos de histórias de processos laborativos, educacionais e memórias, na perspectiva regional e local, fruto dos Trabalhos de Conclusões de Cursos – TCC's de alguns alunos egressos das licenciaturas em Pedagogia e História, ofertados pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, no polo da Universidade Aberta do Brasil de Ipiaú-BA.

Foi com grande dedicação que o professor, Ms. Paulo Roberto Nogueira Silva, que atuou como tutor presencial do Curso de Licenciatura em História do polo UAB/Ipiaú, e a Dra. Heloisa Helena Tourinho Monteiro, professora formadora do Curso de Licenciatura em História da UNEB/UNEAD/UAB, organizaram a coletânea com sete artigos produzidos, inicialmente, como trabalhos que apresentam ricos recortes da história e da cultura na nossa região.

O primeiro capítulo, dos autores Samio Cassio da Silva Ramos, Alexandre Ferreira dos Santos e Albione Souza Silva, apresenta dados biográficos de Jorge Oliveira Santana, ou, como ficou conhecido, o “Jorge Pato”, e a sua relevância para o futebol no município de Ipiaú-BA, na década de 1970. Analisa aspectos raciais, econômicos e sociais, que marcaram o trajeto de um dos maiores centroavantes da história dos intermunicipais. Observa ainda o alcoolismo e as relações com importantes personalidades do futebol à época, enquanto possíveis empecilhos para a sua ascensão nacional.

O segundo capítulo, de Abdala Brandão Guerreiro Silva, traz a canoagem, esporte que se desenvolveu especialmente no

município de Ubaitaba-BA, como elemento social relevante para a juventude ubaitabense. Retoma a história do município, e por meio dela, enfatiza os aspectos educacionais, socioculturais e de desenvolvimento humano, que foram proporcionados a partir do esporte.

O terceiro capítulo, escrito por Valquíria Almeida de Oliveira, Paulo Roberto Nogueira Silva e Heloísa Helena Tourinho Monteiro, reconstitui a trajetória e as memórias de Antônio Pereira Barbosa, ilustre personagem do município de Gongogi. Apresenta a sua atuação na construção de práticas culturais e sociais naquela comunidade, relembrando a composição do hino oficial e observando a sua permanência na memória dos munícipes.

No quarto capítulo, as autoras Gilcleide Souza Cabral e Verônica Dias Ramos tratam da importância da música como recurso pedagógico na Educação de Jovens e Adultos. Apresentam que esta modalidade requer práticas pedagógicas mais adequadas às suas especificidades, e consideram a música, que está presente em várias etapas da vida humana, como elemento de grande relevância social, sendo uma aliada para o processo de alfabetização. Analisam a literatura especializada no que se refere ao tema, e trazem o percurso histórico da EJA, caracterizando-a.

No quinto capítulo, Bruna Vitória Nascimento Nogueira, Gabriel Pitanga de Sousa Nogueira e Paulo Roberto Nogueira Silva reconstituem o legado da dona Sila no município de Lafaiete Coutinho. A residente exerceu ali o ofício de fabricar produtos com argila, sobrevivendo a partir dele. Enfrentou disputas de etnia e de gênero, criando formas de resistência à uma cultura marginalizadora, patriarcal, branca e eurocêntrica, que caracterizava a época.

No sexto capítulo, Kelly Gomes Almeida e Telma Gomes Borges de Almeida trazem o relevante resultado de uma pesquisa empreendida no município de Jequié, acerca da trajetória educativa da sua população afrodescendente entre os anos de 1990 e 2010. Partiram do contexto da escola quilombola, denominada Colégio Estadual Dr. Milton Santos, para compreender as dinâmicas, conflitos e vicissitudes do povo afrodescendente

ao construir a proposta educacional da escola em questão, ressaltando como esta representatividade se fez efetiva no momento histórico apresentado.

E no sétimo e último capítulo, Aline Kathiuce Honório Santos analisa a influência das credences populares como instrumentos pedagógicos de repressão do comportamento, em Aiquara-BA. A autora retrata dois exemplos de crenças populares que são, naquela localidade, socialmente absorvidas como verdades, motivando condutas através do medo que podem causar.

As pesquisas aqui presentes oferecem um mosaico de imagens que retratam a história, a cultura, a política, a arte e os aspectos educativos do povo baiano. Citam personalidades que contribuíram para a construção da sua identidade; instituições que valorizam aspectos étnicos e nos conferem maior possibilidade de resistência por meio da educação e do conhecimento; análise das crenças folclóricas de forma crítica; práticas educativas possíveis e apropriadas às características regionais. Uma riqueza de registros escritos, como interessantes fontes de informação para todos aqueles que buscam compreender as raízes sociais deste povo, que é também o que denominamos como povo brasileiro.

Ipiaú – BA, janeiro de 2023.
Professora Geni Souza Zaidan Nassri
Esp. em Educação Geoambiental
Licenciada em Ciências Biológicas
Coordenadora de polo UAB/Ipiaú





mondrongo

Capítulo 1

Relevância e legado de “Jorge Pato” para o futebol de Ipiaú-BA

Samio Cassio da Silva Ramos
Alexandre Ferreira dos Santos
Albione Souza Silva

Introdução

O presente texto tem como objeto de pesquisa, em uma perspectiva teórica e elucidativa, analisar aspectos biográficos de Jorge Oliveira Santana, sobretudo, sua atuação no futebol do município de Ipiaú-BA. A pesquisa em tela é social-qualitativa, bibliográfica e fundamenta-se em estudos da micro história futebolística ipiauense e, para tanto, recorre-se, aqui, a metodologia da história oral (HO). Deste jeito, trabalhamos com entrevistas semiestruturadas, cedidas por ex-companheiros futebolísticos do pesquisado.

Portanto, temos como objetivo geral, evidenciar a relevância e o legado de “Jorge Pato” para o futebol ipiauense. Como objetivos específicos, pretendemos investigar alguns marcadores interseccionais que atravessaram o sujeito Jorge Oliveira Santana. São eles: classe e raça. Neste viés, evidenciaremos suas agruras com a dependência alcoólica, as manipulações sofridas por “cartolas de equipes de futebol”; também trataremos do seu atravessamento identitário, fato que lhe dera uma nova alcunha, acrescentando-lhe o pseudônimo “Pato” ao seu nome Jorge. Nascia, assim, o “Jorge Pato”, um apelido imposto de forma pejorativa e carregado de negatividade no sentido mais capcioso da palavra. Isto o perturbou.

Esta pesquisa justifica-se pela possibilidade de documentar e reconstituir academicamente a trajetória social e futebolística de “Jorge Pato”. Observaremos, no decorrer do trabalho, que essas problemáticas não conseguiram suplantar a sua geniali-

dade dentro das quatro linhas dos campos de futebol. Considerado um dos maiores centroavantes da história dos intermunicipais, em 1977 juntamente com outros companheiros, foram campeões, vencendo o destacado selecionado de São Felix. Questiona-se as intersecções raciais, econômicas e de classe, as quais se combinaram, como fatores bloqueadores de sua possível ascensão nacional como jogador de futebol profissional.

Antes de analisarmos a respeito da vida, da história e da trajetória do pesquisado, Jorge Oliveira Santana, o Jorge Pato, vale destacar algumas informações de cunho socioeconômico do município de Ipiaú, localizado no Território Médio Rio das Contas, fazendo parte da região sul da Bahia. Até os finais da década de 1980, a região vivia o esplendor das riquezas geradas pela lavoura cacauzeira. “Entre o período de 1930 a 1980, a lavoura cacauzeira alcançara o seu apogeu, tanto na produção como nos preços” (ROCHA, 2005, p. 5). Por um lado, pessoas pretas, pardas e periféricas viviam à margem das riquezas geradas pelos pés de cacau.

No início da década de 1970, o município de Ipiaú viveu uma grande efervescência cultural, religiosa, política e artística. À época, a cidade era administrada por Salvador da Mata², correligionário da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), idealizador do Ginásio de Rio Novo, fundado em 1950. Seu sucessor foi o carismático e populista, Hildebrando³ Nunes Rezende, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Segundo Paulo Magalhães, Hildebrando Nunes “vivenciou o ápice do prestígio, do poder e influência no primeiro mandato do executivo municipal;

2 Salvador da Mata, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 31 de janeiro de 1971 30 de janeiro de 1973 Prefeito eleito em sufrágio universal. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Ipia%C3%BA. Acesso 03/12/2022.

3 Hildebrando Nunes Rezende (1973-1977 e 1983-1988). Líder carismático e populista, natural de Ipiaú, investiu no assistencialismo, eletrificou diversas regiões da zona rural, construiu pontes e estradas e expandiu o bairro da Democracia. Mandou compor o Hino de Ipiaú, fundou o Museu do Lavrador e criou a Secretaria da Cultura, além de construir a Praça do Cinquentenário. Pavimentou a Avenida Getúlio Vargas, Avenida do Contorno, Bairro Euclides Neto e Rua do Honório. Acesso 27/11/2022. <https://giroempiaui.com.br/2012/11/26/os-prefeitos-de-icipiau>.

e a perda da sua base social e política, além da solidão, após o segundo mandato, nos anos 80”. (MAGALHÃES, 2017, p. 150).

Vale destacar que a década de 1970, foi um momento vitorioso para o futebol brasileiro e é nesse contexto que a seleção nacional se sagra tricampeão do mundo, no México, conquista a qual foi usada para mascarar os crimes cometidos pelos governos militares, durante o chamado período da linha dura, recrudescido, sobretudo, durante os governos dos presidentes Artur Costa e Silva, que decretou o AI-5, e Emílio Garrastazu Médici, preconizador do lema “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Logo após o Brasil vencer a Itália na final da Copa do Mundo no México de 1970, pelo placar de 4x1, e mostrando toda a sua superioridade dentro de campo aos seus adversários, o jornal O Globo publicou na capa a seguinte frase, “Tri, o carnaval em junho”. Essa declaração foi dada pelo então presidente da República do Brasil, Emílio Garrastazu Médici (SCHMULLER, SCHMIDT, 2020, p. 08).

Consequentemente, Ipiaú seria grandemente influenciada por este período histórico do futebol. No ano de 1972, pela primeira vez, a cidade seria campeã do maior campeonato amador do mundo, o intermunicipal. Feito repetido em 1977, onde é revelado o excelente jogador Jorge Pato, que fincou seu nome na história do futebol local e regional. Naquele ano, Ipiaú foi bicampeão do intermunicipal contra a ótima seleção de São Felix. CASTRO, (2018) relata que:

[...] Ipiaú, conquistou mais um título pelo Campeonato Intermunicipal. Foi no ano de 1977 numa decisão contra a Seleção de São Felix com um gol de Boca de Pia. Nessa decisão Ipiaú sagrou-se bicampeão do Intermunicipal. Roberto, Litinho, Pedrito, Sapatão, Boca de Pia, João Velho, Carlinhos, Dadá, Jorge Pato, Cesar Vêi e Gajé, foram os atletas da campanha vitoriosa CASTRO, (2018)

Portanto, essa pesquisa problematiza o contexto socio-cultural no qual analisamos o sujeito estudado, dentro de suas redes de inter-relações e vivências, que delineararam e estabeleceram marcadores interseccionais, os quais se combinaram, bloqueando uma possível ascensão do jogador Jorge Pato em equipes profissionais e, até mesmo, possibilitando-lhe alcançar voos a patamares mais elevados do cenário futebolístico brasileiro.

Para tanto, o objetivo geral deste estudo é evidenciar à relevância e o legado de Jorge Pato para o futebol local e regional; dito de outra maneira, é preciso que as gerações atuais e futuras, conheçam a exponencial história esportiva deste grande atleta da seleção local. E que os cartolas contemporâneos não comentam erros do passado, na condução dos promissores atletas do futebol ipiauiense.

Os objetivos específicos são investigar alguns marcadores interseccionais, que atravessaram Jorge Oliveira, como o de classe e raça. Compreende-se que ele foi atravessado pela bebida alcoólica, bem como, pelo apelido depreciativo “pato”, inicialmente, impondo-lhe uma marca deprimente em sua persona. Do mesmo modo, infere-se que o pesquisado tenha sofrido manipulações e ingerências, fatos aos quais, possivelmente, atrapalharam a sua carreira desportiva.

Jorge Pato um craque dos gramados da região cacaueira

A pesquisa em tela é social-qualitativa, e de cunho biográfico do pesquisado. Nela, busca-se também, por fim, ampliar as discussões em torno das questões raciais, econômicas e de classe, por serem possíveis fatores que, combinados, embargaram uma maior visibilidade do atleta em esfera nacional. Deste modo, essas narrativas e memórias foram verificadas durante o levantamento dos dados biográficos de Jorge Oliveira Santana, o Jorge Pato. O presente trabalho pretende analisar o legado e a trajetória do futebolista Jorge Oliveira Santana (Jorge Pato). Recorremos à metodologia da História Oral (HO) entrevistas semiestruturadas, com

ex-companheiros da equipe que o pesquisado jogou.

Antes de analisar a respeito da vida do pesquisado, destacamos que a região sul-baiana, durante as décadas de 1930, aos finais dos anos 1980, tem no município de Ipiaú e nas demais localidades do sul do Estado da Bahia um período de destaque econômico em decorrências das riquezas advindas da lavoura cacaueteira. Portanto, os investimentos com infraestruturas, permitiam que alguns times locais possuíssem sedes próprias, por exemplo, Temão e o Independente⁴ Esporte Cultura. Não à toa, mesmo sendo equipes amadoras, suas estruturas eram consideradas superiores a muitas equipes profissionais que disputavam o Campeonato Baiano de Futebol.

Jorge Oliveira Santana foi atravessado por marcadores interseccionais, ocorrências corriqueiras em relação às pessoas pretas, indígenas e pardas no Brasil. De acordo com os relatos dos familiares, Jorge Oliveira Santana nasceu no Centro-Sul Baiano, em Itapetinga-BA, em 31 de agosto de 1957. Ele foi registrado pelos seus pais, Bispo Florêncio Santana e Albertina Alves Oliveira. Jorge Santana foi casado com a senhora Solange. O casal teve uma filha, Elisângela, e um filho, Isaac. Jorge Oliveira, faleceu precocemente aos 40 anos, às 4:55 horas da madrugada do dia 25 de janeiro de 1998, em Feira de Santana-BA.

Jorge Oliveira, foi um jovem que tinha um talento excepcional, era considerado um craque no sentido mais empolgante da palavra para o futebol. Destacava-se por suas habilidades, preparo físico, coragem e faro de gols; por esses atributos, era admirado por torcedores do seu clube, e mesmo pelos torcedores adversários que lhes viam jogando. Tais narrativas são verificadas nos levantamentos de dados concedi-

4 O Independente Esporte e Cultura foi uma agremiação do Município de Ipiaú (BA). Fundado no dia 19 de agosto de 1949, por um grupo de jovens sob a liderança de Álvaro Martins. O rubro-negro ipiauíense se tornou o bicho papão do interior da Bahia nas décadas de 1960 quando acumulou inúmeros títulos e reuniu grandes atletas. Sua estrutura assemelhava-se às dos clubes profissionais e sua maneira de jogar era tão harmoniosa que chegou a ser comparada a uma orquestra. Publicado em 04/09/2016 Sérgio Mello, <https://historiadofutebol.com/blog/?p=94069>. Acesso: 01. dez. 2022.

dos por seus ex-companheiros de Seleção de Ipiaú, campeã do Campeonato Intermunicipal de 1977, vencendo a Seleção de São Félix por 1 x 0, com 1 gol de Boca de Pia. No ano seguinte, em 1978, a Seleção de Ipiaú sagrou-se vice-campeã do intermunicipal. Vale pontuar, que o intermunicipal⁵ é considerado o maior campeonato amador do Brasil e do mundo. Segundo relato verbal do nosso entrevistado, que atribuímos o pseudônimo de “Radialista”, afirma que:

Após a fundação, o Temão tomou proporções de um grande time na região, disputando vários campeonatos, inclusive da Federação Baiana. Fernando, um dos fundadores, não pensou duas vezes e pediu que eu fosse em busca de Jorge para jogar no time. Fui acompanhado do amigo Paulo Roberto, em busca de Pato, que após reverem seus amigos, fez jogo duro para poder retornar, pois, ele se encontrava em casa, tomando cerveja e fazendo churrasco com os amigos, e tinha uma dívida, também, que foi passada para Orlindo, mas não sabia ele que Orlindo estava munido de um limite de um cheque em branco prá trazê-lo de qualquer forma. Resolvido o problema, o mesmo aceitou e retornou à cidade de Ipiaú. Chegou numa sexta, treinou e foi um dos destaques no coletivo. Os diretores do Temão conseguiram inscrever Jorge Pato em tempo recorde e no domingo o mesmo estreou no time de Ipiaú, venceu por 2 x 0 e “Pato” marcou os 2 gols da vitória, que se repetia no outro jogo na cidade de Ilhéus.

5 O Campeonato Baiano Intermunicipal de Futebol é uma competição realizada na Bahia, com equipes de diversos municípios do estado. Disputada desde 1946, é uma das maiores competições amadoras de futebol do mundo e é organizada pela Federação Baiana de Futebol. O Campeonato Baiano Intermunicipal de Futebol é uma competição realizada na Bahia que com equipes de diversos municípios do estado. Disputada desde 1946, é uma das maiores competições amadoras de futebol do mundo e é organizada pela Federação Baiana de Futebol. <https://www.fbf.org.br/noticias/intermunicipal>. Acesso: 02/12/2022.



Elenco da equipe do Temão. Em pé: Carlinos, Zequinha, Quipa, Ral, Roberto, Wilson. Agachados: Ivo, Jorge Pato, Japonês, César e Dadá. Fonte: Acervo Carlos Alberto Mattos (Ral) (2022)

Na narrativa do colaborador Radialista, fica evidenciado que Jorge Pato foi um grande jogador de futebol, se destacando na equipe do Temão, e que já na sua estreia foi decisivo na vitória da equipe no campeonato. As memórias são construções sociais e coletivas, dessa maneira, fazem parte das relações interpessoais entre os sujeitos sendo mediadas pelo mundo, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas” (LE GOFF, 1990, p. 366).

Um dos seus companheiros, o que o chamaremos de Lateral, fazendo uso de suas memórias, em sua narrativa tratando da performance futebolística de Jorge Pato, afirmou:

[...] A gente conheceu Jorge Pato aqui no time do Temão. Ele jogou na seleção de Itapetinga, veio aqui jogar em Ipiaú, venceu a nossa seleção por dois a zero, sendo os dois gols dele. Iria começar o campeonato da cidade,

aí Fernando o viu jogando e, mandou Orlindo buscar ele em Itambé. Do tempo que eu joguei bola, nunca vi um centroavante igual a ele. Pensa em um cara ruim de ser marcado? Tinha uma habilidade que eu nunca vi um jogador igual a ele. Eu falava, meu bicho está ali nos pés de Jorge Pato. Quando Orlindo trouxe ele, o primeiro jogo que ele jogou foi contra o Ipiaú, foram convocados 11 jogadores do Temão para seleção: Fernando, Roberto, Litinho, Carlinhos, Kipá, Ral, Dadá, Japonês, Jorge Pato, Cesar etc. Fomos campeão em 1977, e vice em 1978, do intermunicipal. Ele foi o melhor jogador e artilheiro por duas vezes do campeonato.

Percebe-se na narrativa do colaborador Lateral I, que Jorge Pato, além de um grande jogador, foi, também, decisivo com suas grandes atuações em campo, ajudando de forma crucial para as conquistas das vitórias e, consecutivamente, do Campeonato Intermunicipal em 1977 e do vice em 1978.

O talento de Jorge Pato chamou atenção de todo o interior da Bahia, inclusive do Club Sportivo Sergipe. Um diretor do clube sergipano veio em Ipiaú, contratá-lo. Neste dia, ele estava na sede do Temão, com seu companheiro de seleção, o qual o denominamos de Lateral, que também fez parte da seleção campeã de 1977. Ele relata que:

O primeiro ano em que o Sergipe iria disputar o campeonato brasileiro da primeira divisão, um diretor do clube veio na sede do Temão buscar ele, e ofereceu uma maleta de dinheiro pra ele assinar o contrato. Ele veio falar comigo, o que eu achava. Eu disse para ele: Vai, Pato, tu só vais jogar duas partidas, vai passar para um time de maior expressão nacional. Logo, logo, vai ser convocado para seleção brasileira. Eu disse pra ele: Tu, Pato, é melhor que Reinaldo do Atlético Mineiro. Só que Fernando ofereceu o dobro de dinheiro e ele ficou jogando por aqui, nos campeonatos da cidade.

Fica nítido no relato do colaborador Lateral, que Jorge Pato tinha muito talento e que despertava o interesse de outras equipes de futebol não só do Estado da Bahia, mas também a nível nacional, de equipes de maior expressão. Ficou evidenciado no relato do colaborador Lateral que Jorge Pato ao tomar sua decisão em permanecer em Ipiaú, impediu a sua ascensão ao futebol a nível nacional.

O grupo da seleção campeã de 1977 era uma equipe individualmente excelente, porém, o coletivo foi o mais importante, levando a seleção ganhar o segundo título da história de Ipiaú, feito repetido pela terceira vez em 1998. Diante dos dados levantados, se constatou que Jorge Pato, mesmo sendo um craque, no sentido mais lato da palavra, foi um atleta privilegiado fisicamente, tecnicamente e muito habilidoso. Incontestavelmente, ele era um jogador que exercia elevado carisma e liderança de grupo. Em informação prestada por um dos seus amigos e companheiros de Seleção de Ipiaú, campeã do Intermunicipal de 1977, o qual identificaremos com o pseudônimo de “Central”, relata que:

Jorge Pato, para mim, foi um amigo e irmão que eu tive. (lagrimas) Um cara de um talento excepcional. Pena que ele se desviou para o lado da bebida, ele não seguiu a carreira até o final, a qual seria muito aproveitada. Ele tinha o talento para o futebol. Um cara que desequilibrava nos gramados. Fomos campeões do intermunicipal em 1977. Era uma equipe maravilhosa e muito boa. Para ganhar aqui dentro de Ipiaú era muito difícil. Fora já era, imagine aqui. O time base era: Roberto, Litinho, Pedrito, Sapatão, Boca de Pia, João Velho, Carlinhos, Dadá, Jorge Pato, Cesar Vêi e Gajé. Orlindo o trouxe para jogar no Temão, aqui foi meu adversário, eu jogava no Ipiaú e ele no Temão. Com certo tempo, ele foi jogar no mesmo time que eu, fomos campeões da cidade, e em outros municípios.



Seleção de Ipiaú campeã do Intermunicipal de 1977. O time titular na partida final foi composto por Roberto, Litinho (Carlinhos, Pedrito, Sapatão, Boca de Pia, João Velho, Dadá, Jorge Pato, César Vei e Gagé, tendo Chinezinho como treinador e Cachinguelê como massagista. Jorge Pato aparece na foto sentado, sendo o segundo da esquerda para a direita com faixa e camisa verde. Fonte – Atlas Escolar do município de Ipiaú, p. 72. (2022)

Fica evidenciado no relato do colaborador Central, que Jorge Pato foi um grande jogador, que desequilibrava nos gramados, com grandes atuações e conquistas de campeonatos, mas que o alcoolismo o impediu de se destacar ainda mais e, principalmente, ter uma ascensão maior no futebol em equipes de maior expressão a nível estadual e nacional. Por fim, percebe-se nas narrativas dos colaboradores que afirmaram que Jorge Pato se destacou muito nos campos de futebol e colaborou de forma decisiva na conquista de vitórias e títulos nas equipes que atuou, deixando um grande legado para o futebol do município de Ipiaú – BA.

“Jorge Pato”: um homem atravessado por marcadores interseccionais

Nos últimos anos, o conceito de interseccionalidade está presente no cenário acadêmico, principalmente por pessoas ati-

vistas e acadêmicas, brasileiras e americanas do movimento negro do Brasil e dos Estados Unidos. Collins (2021, p. 19) relata que o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais. Alguns marcadores interseccionais se combinaram, recaindo sobre o nosso pesquisado.

Jorge Pato era um sujeito etnicamente localizado na categoria de pessoa preta (parda). Dessa maneira, essas pessoas, historicamente, são vítimas do racismo estrutural. Para além, ele sofreu com o vício da bebida alcoólica. Almeida (2019, p. 27) enfatiza que a desigualdade racial é uma característica da sociedade, não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente, porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Mesmo Jorge Pato sofrendo com os problemas em decorrência do consumo do álcool, não deixava de corresponder com as expectativas dos torcedores e dirigentes admiradores do seu futebol. O nome Jorge Pato, de certo modo, foi gerado em razão do chamado racismo recreativo, prática resultante do racismo estrutural, que se constitui pela exclusão de pessoas pretas, pardas e indígenas dos espaços políticos, jurídicos e econômicos, também é manifestado nos preconceitos inconscientes.

A origem do segundo nome, “Pato”, agregado ao seu primeiro nome, Jorge, veio da seguinte situação inusitada: ele e outros jogadores resolveram matar um pato para comer em uma farra, depois do treino da seleção. Porém, somente sobre ele foi que recaiu a culpa pelo ocorrido. Assim, dessa forma, pouco tempo após sua chegada a Ipiaú, sentiu-se discriminado a ponto de resolver ir embora para a cidade de Itambé.

Entretanto, retorna posteriormente, por insistência de Orlindo Lopes, quando foi procurá-lo e o convence a voltar para Ipiaú. A partir deste episódio fatídico, Jorge supera a situação vexatória, passando a ressignificar o episódio com uma postura de elevado senso de humor e, “adotando a nova identidade”, supera o

evento traumático. O torcedor, desportista e amigo de Jorge Pato, aqui denominado de “VBO”, nos relatou que:

Jorge Pato foi um jogador de uma enorme grandeza, era um bom centroavante, que enfrentava qualquer coisa. Rapaz, ele era destemido, não tinha medo de ninguém. O que eu sei de Jorge é que ele pegou um pato ali no cinquentenário, e levou para a sede da seleção, chegando lá, Jaime Cobrinha o fez devolver o pato, mas o pato estava estragado. Fui passando, me chamaram e perguntaram se eu queria aprontar o pato, e eu disse que sim. Como eu caçava gato, eu aprontei o gato e comi o pato. Eles foram pra um lugar beber cachaça e estavam se gabando por ter comido um pato gostoso danado, e eu disse a eles que comeram o gato por pato. De todos os centro-avantes que eu vi jogando aqui em Ipiaú, os melhores foram Jorge Pato e Jorge Campos, mas Jorge Pato foi melhor que Jorge Campos, ele jogou no Temão e no Ipiaú, a seleção de 1977 era de nível dez.

Percebe-se no relato do colaborador VBO, que Jorge Pato foi um grande atacante e que se destacou muito como um centro-avante habilidoso. Ficou evidente também que o episódio do pato trouxe marcas para a carreira de Jorge Pato, mas que foram superadas, sobretudo, quando ele atuava em campo, se destacando como um grande jogador de futebol.

Gênios nos gramados vencidos pelo alcoolismo

O uso abusivo de bebidas alcoólicas é uma problemática no meio do futebol e na sociedade, em geral. Infelizmente, faz parte do cotidiano de muitos atletas amadores e profissionais. O vício nas bebidas como cerveja, uísque cachaça, dentre outras, podem ser ocasionados por influência da própria família, por persuasão de amigos, e da grande mídia, com a utilização de propagandas.

Dessa forma, muitos atletas brasileiros reconhecidos internacionalmente, como Garrincha, dentre outros, tiveram problemas séríssimos em suas carreiras futebolísticas e pessoais, por conta do consumo abusivo de bebidas alcoólicas. Um dos casos exemplares é de Manoel Francisco dos Santos, o Mané Garrincha. Costa (2013) relata que:

Gênio e imprevisível, Garrincha encantou o mundo com seus dribles desconcertantes e a maneira simples de encarar os oponentes, que eram chamados por ele de “João”. Porém, não foi capaz de enfrentar seu maior adversário: o alcoolismo. Assim, no dia 20 de janeiro de 1983, o ídolo do Botafogo e campeão das Copas do Mundo de 1958 e 1962 faleceu no Rio de Janeiro, com apenas 49 anos, por consequência de uma cirrose hepática (COSTA, 2013, p. 2).

O alcoolismo é causador de vários danos, desde familiar, social, profissional e pessoal. Conseqüentemente, os sujeitos, em virtude de não abandoarem o consumo excessivo do álcool, terão prejuízos irreversíveis, como a perda da saúde financeira, moral e mental. Do mesmo modo, muitos perdem até suas famílias e, conseqüentemente, à saúde, e a própria vida precocemente. Sua influência na saúde também está relacionada aos diferentes padrões de consumo de álcool. Assim, o consumo crônico pode causar malefícios e dependência, resultando em doenças mentais, hepáticas, cardiovasculares, neoplasias, entre outras (MALTA, 2018, p. 138).

Pessoas viciadas dependentes não são as únicas responsáveis pelos problemas causados pelo abuso do álcool. Dessa maneira, a mídia, a sociedade e o Estado também são responsáveis pelo número excessivo de pessoas dependentes de bebidas alcoólicas. Portanto, o Estado brasileiro tem o dever de promover políticas públicas, para atender as pessoas em condições de dependência dessa droga legalizada, criando condições para que elas tenham a oportunidade de se restabelecer socialmente.

A mídia brasileira, historicamente, vem mostrando uma

falsa alegria em suas propagandas, em seus comerciais, apresentando pessoas que não são padrões da maioria dos brasileiros. Geralmente, os cenários são em praias em dias de sol, ou, em estádios de futebol. Essas imagens veiculadas nos meios de comunicação, influenciam, exponencialmente, o inconsciente coletivo. Desta maneira, as pessoas são induzidas ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Consequentemente, as empresas de cervejeiras aumentam seus lucros de maneira gigantesca, por exemplo, uma das empresas do seguimento das bebidas que mais acumulam capital é a Ambev, empresa brasileira. Moreira (2022) enfatiza que:

A Ambev registrou lucro líquido ajustado de R\$ 3,085 bilhões no segundo trimestre de 2022, o que representa um crescimento de 4,2% ante o apurado no mesmo período do ano passado. Sem o ajuste, o lucro foi de R\$ 3,064 bilhões, avanço de 4,6% ante o apurado um ano antes (MOREIRA, 2022).

Concordando com Moreira em relação ao lucro obtido pela cervejaria Ambev que investe muito em propaganda, patrocinando campeonatos e eventos esportivos, tendo como consequência um aumento nas suas vendas de bebidas alcólicas.

Memórias futebolísticas ipiauienses e identidades

As memórias e as boas lembranças a respeito do pesquisado são compartilhadas por todos os nossos colaboradores. Deste jeito, a individualidade é peça de menor valor neste processo de construção das memórias coletivas. As narrativas a seguir convergem, com as demais falas postas nesse trabalho acadêmico. Certamente, nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa vocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

As lembranças individuais são influenciadas pela memória coletiva. Desse modo, as narrativas seguintes, são frutos de um processo da individualidade humana. Porém, é nítido que nas falas do próximo colaborador, o qual chamaremos de “Quarto Zagueiro”, confirmam as falas dos demais, expondo que o pesquisado foi um ser humano excepcional em vários sentidos, como um craque dos gramados, também como um ótimo amigo dos seus companheiros de seleção e de clubes amadores, conforme relatado no registro abaixo:

Primeiro, é um prazer falar de Jorge Pato e, foi um prazer ter jogado com ele. Jorge Pato foi um jogador fora da linha. As pessoas podem até pensar que sou nostálgico no momento. Jorge Pato foi o centroavante mais completo que eu vi jogar. Ele puxava a responsabilidade e, quando provocado para jogar, ele dava conta do recado. O que mais chamou minha atenção, foi quando eu estava com a idade entre 19 e 20 anos, um certo dia, depois de um treino da seleção, fui levado para um determinado lugar pelos boleiros, eles queriam que eu bebesse. Porém, Jorge Pato proibiu, isso marcou muito minha vida. Ele achava que eu não poderia beber e, sim, jogar bola. Nos tempos de hoje, ele poderia ser comparado a Neymar, entre outros. Joguei no ADJ, Atlanta, Poções, Pirassununga e Teófilo Otoni em Minas Gerais, nenhum dos jogadores que eu joguei, tanto a favor ou contra, foi igual a ele. Jorge Pato foi um jogador de alto nível. No intermunicipal de 1984, ele foi o vice-artilheiro do campeonato, naquele ano foram mais de cem seleções disputando aquele certame.

Na narrativa do Quarto Zagueiro, fica evidenciada a sua convicção na qualidade técnica bem como no caráter do atleta (*in memoriam*). A liderança de Jorge Pato não se resumia, unicamente, aos seus atributos técnicos, mas ele tinha preocupação com os mais jovens. Isso significa que os sujeitos são constituídos de uma identidade diferente daquelas construídas socialmente. Em todas

as narrativas dos colaboradores deste trabalho, foi unanime a afirmação que Jorge Oliveira, o “Jorge Pato”, foi uma pessoa muito sociável e entrosado com os seus companheiros de futebol.

Um atleta destemido, aguerrido, respeitado e admirado pelos seus adversários. Amado pelos torcedores e dirigentes. Algumas vezes dizemos que somos ingleses, ou galeses, ou indianos, ou jamaicanos. Estas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós, efetivamente, pensamos nelas como se fossem nossa natureza essencial (HALL, 2006, p. 47). Dessa forma, a identidade forjada de um homem vai para além das identidades construídas por outros indivíduos. A rigor, se o ambiente social não é determinante, tampouco o indivíduo sairá incólume diante das tramas sociais que ele, e outros, tecem em seus cotidianos, desafiados por questões eventuais ou ordinárias, exigindo tomada de posicionamentos frente as incertezas da vida atravessadas pelos dramas de cunho social e psíquica.

Ipiaú e o amadorismo futebolístico: uma torcida apaixonada pelo intermunicipal

A torcida da seleção de futebol amadora de Ipiaú, ao longo dos anos, demonstrou toda sua paixão pelo selecionado local. Os investimentos financeiros nos clubes que disputavam o campeonato municipal, eram generosos. Entre as décadas de 1970 e meados de 1990, foram os momentos mais generosos do futebol local, onde a cidade se sagra tricampeã do intermunicipal nos anos 1972, 1977 e 1998. O Temão e as equipes já citadas, em outro momento do texto, como o Independente Esporte e Cultura e o Ipiaú Esporte Clube, revelaram grandes jogadores para seleções amadoras e para clubes profissionais.

Jorge Santana, foi um atleta de grande potencial futebolístico. Dito isto, ele também chamou atenção de clubes amadores e profissionais. Na narrativa do colaborador Radialista, é possível verificar problemas com cartolas, dificultando a ascensão do atleta para o cenário nacional e quiçá internacio-

nal, conforme observado em informações abaixo citadas, prestadas por um dos responsáveis pela vinda de Jorge Pato para Ipiaú, exímio conhecedor da história do futebol ipiauíense, cujo denominamos de “Radialista”, relata que:

Diante de toda a sua elegância e maestria dentro de campo, Jorge Pato foi ganhando olhares de times da região, e até mesmo do Brasil. Ele atuou pela equipe do Fluminense de Feira, atuou poucas partidas, pois recebeu propostas do Sergipe e o time de feira não o liberou. Por isso, ele saiu e retornou para Ipiaú. Jorge viveu a melhor fase de sua trajetória no futebol de Ipiaú no ano de 1977, ano este que foi campeão por Ipiaú, ano que ficou marcado com a vinda do Flamengo do Rio de Janeiro para enfaixar os campeões amadores de Ipiaú. Neste jogo, o flamengo venceu o selecionado de Ipiaú, por 4x1 e, Jorge Pato foi um dos melhores em campo, pelo time de Ipiaú, chamando atenção do treinador Joubert que o queria levar para o time carioca.

Na narrativa do colaborador radialista, e dos demais supracitados, é possível verificar a genialidade do pesquisado. Reconhecidamente, o Brasil é um verdadeiro celeiro de atletas habilidosos e admirados em todos os lugares do mundo, onde se pratica o futebol. Sem dúvidas, a presença de jogadores brasileiros atraía a atenção de olheiros e dirigentes internacionais. Porém, é preciso melhorar a gestão das carreiras dos jovens jogadores para que não sejam desperdiçadas por falta de uma maior orientação e acompanhamento sócio psicológico, desde as fases iniciais, nas bases dos times e nas escolinhas de futebol.

Considerações finais

Na ocasião que iniciamos o presente trabalho de pesquisa, averiguou-se a importância do futebol no município de Ipiaú, cidade vocacionada pelo futebol amador e profissional. Vale des-

tacar que a cidade, também, foi sede do Doce Mel Esporte Clube⁶, que foi campeão da Segunda Divisão do Campeonato Baiano, nos anos de 1987 e 2019. Porém, é nítido que os interesses pessoais dos dirigentes do futebol amador e profissional, estão acima das demais pessoas como torcedores e atletas.

Dessa forma, muito jogadores como Jorge Pato não tiveram seus talentos potencializados, devidamente, com o acompanhamento de uma equipe multifuncional que trate o atleta de forma holística, abarcando os cuidados para além das quatro linhas do gramado. Possivelmente, medidas como esta, evitariam o desvio no percurso promissor de muitos jovens atletas talentosos que encantaram os torcedores durante certo tempo, mas tiveram suas carreias abreviadas, ou sem obter êxito pelos descaminhos das ilusões e vícios que os levaram a abreviarem suas carreiras e vidas, dentro e fora dos campos de futebol de Ipiaú e região.

Os objetivos específicos postulados foram respondidos, evidenciando a relevância e o legado de “Jorge Pato” para o futebol de Ipiaú e região. O pesquisado ofereceu momentos de alegria para os torcedores mais fanáticos e ávidos de espetáculos, produzidos pelo futebol arte. Jorge Pato era um artista da bola, colaborando para que a seleção de Ipiaú cravasse seu nome na história do futebol do interior baiano. Os prognósticos e as hipóteses aos quais chegamos, através das entrevistas semiestruturadas coletadas, é que se na época da juventude de Jorge Pato, ele fosse melhor assessorado, possivelmente, ele teria ingressado em equipes de expressão nacional e até internacional, chegando à seleção brasileira. Pois, essas impressões são constadas nas narrativas dos colaboradores.

Espera-se que futuras gerações de atletas de Ipiaú e região tenham melhores direcionamentos por parte de suas famílias

6 Em 2019, se sagrou bicampeão da Segunda Divisão Baiana ao vencer o Olímpia de Lauro de Freitas, por 3 a 0, no jogo de volta após derrota na ida por 2 a 1. Com o título, garantiu vaga no Campeonato Baiano de 2020, estreando com o novo nome. Em fevereiro de 2021, confirmou a mudança de sede, se estabelecendo em Cruz das Almas, passando a jogar no estádio Barbosão até 2024, devido o Estádio Pedro Caetano, em Ipiaú, estar em reforma, mas com atrasos, não pôde ser utilizado. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Doce_Mel_Esporte_Clube. Acesso: 01. dez. 2022

e de cartolas comprometidos com o futebol local e regional. Por fim, esperamos que essa pesquisa contribua para futuros trabalhos com a temática do futebol, pois, devido ao pouco tempo para a pesquisa e pouco espaço nesse artigo, esperamos que outros trabalhos cubram possíveis lacunas deixadas por este estudo.

Referências

ALMEIDA, Silvo Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen. 2019. 264 p. (Feminismo plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro).

BAHIA. Federação Baiana de Futebol. **O Campeonato Baiano Intermunicipal de Futebol**. Disponível em: <https://www.fbf.org.br/noticias/intermunicipal>. Acesso: 02. mar. 2022.

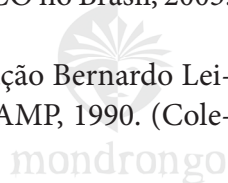
CASTRO, 2018. <https://giroempiau1.com.br/2018/05/28/gaje-70-anos-e-mais-e-300-gols-no/>.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo. Disponível: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.PDF. Acesso eletrônico: 31/11/2022

COSTA, Felipe. **Álcool e bola: 30 anos após morte de Mané, bebida ainda estraga carreiras**, https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/CONED/Clippings_e_Boletins/2013/18JANEIRO.pdf

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte. Ed. UFMG; Brasília, DF UNESCO no Brasil, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] — Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).



MAGALHÃES, Paulo Andrade. **Portas do Eden: a poética de José Américo Castro e o imaginário coletivo de Ipiaú.** Ipiaú / Salvador. Nós & Vós, 2017, p. 150.

MALTA, Deborah Carvalho. **Álcool e Doenças e agravos não transmissíveis: o Monitoramento Da população brasileira segundo inquéritos populacionais.** http://capacidadeshumanas.org/oi-chsitev3/wpcontent/uploads/2018/10/06_Alcoolismo-final.pdf. / PDF. Acesso eletrônico: 02/11/2022

MOREIRA, Beth. <https://www.cnnbrasil.com.br/business/lucro-liquido-da-ambev-no-2o-tri-registra-crescimento-de-42-em-relacao-a-2021/>. Acesso eletrônico: 02/11/2022

ROCHA, Joallan Cardim. **A trajetória da reforma agrária no município de Ipiaú: de Euclides Neto ao MST.** Salvador: Semana de Mobilização Científica (SEMOC) - UFBA, 2005.

SCHMULLER, Leonardo Godoy; SCHMIDT, Leonete Luzia. **A vitória na copa do mundo de futebol em 1970 e seu uso pela mídia para enaltecimento do governo na ditadura militar.** Cidade, Editora, 2020.

Fontes orais:

Lateral 1. (24/09/2022), entrevista acerca da trajetória de vida e da história futebolística do senhor Jorge Oliveira Santana. Entrevistador Albione Souza Silva e Samio Cassio da Silva Ramos. 24/09/2022 1 Arquivo. mp3 (10min e 51 segundos).

Radialista. (31.11.2022), Entrevista acerca da trajetória de vida e da história futebolística do senhor Jorge Oliveira Santana. Entrevistador Alexandre Ferreira dos Santos. 31 de novembro de 2022. Arquivo. mp3 (20min).

VBO 3. (24/09/2022), entrevista acerca da trajetória de vida e da

história futebolística do senhor Jorge Oliveira Santana. Entrevistador Samio Cassio da Silva Ramos. 20/09/2022 1 Arquivo. mp3 (5min e 27 segundos).

Zagueiro central 2. (24/09/2022), entrevista acerca da trajetória de vida e da história futebolística do senhor Jorge Oliveira Santana, entrevistador Samio Cassio da Silva Ramos. 20/09/2022 1 Arquivo. mp3 (6min e 41 segundos).



Capítulo 2

A importância da canoagem para a juventude ubaitabense

Abdala Brandão Guerreiro Silva

Introdução

O artigo em questão é um recorte do resultado das pesquisas e análises realizadas no processo de construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, em História, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, intitulado “Esporte e educação: a evolução da canoagem na cidade de Ubaitaba (1985-2020)”. Na produção, abordamos aspectos como o surgimento da referida prática, e os processos que se desenrolaram até que se consolidasse como modalidade esportiva oficial no Brasil.

Além disso, discutimos a fundação de Ubaitaba às margens do Rio das Contas, e como tal incentivou e moldou o desenvolvimento da cidade, retomando, através das narrativas de colaboradores ligados ao esporte, como os jovens e adolescentes da localidade eram/são influenciados no âmbito da educação, ao participar das atividades e competições realizadas.

Para a escrita deste estudo, buscamos o aporte da colaboradora, monitora do Centro de Canoagem de Ubaitaba, com suas narrativas acerca da importância da canoagem para os jovens atletas de Ubaitaba. Procuramos seguir pelo viés que versa sobre a importância da canoagem para a juventude ubaitabense, explorando os aspectos educacionais, socioculturais e de desenvolvimento humano pautando-nos nos dados disponíveis, a saber: notícias de blogs locais atuais, as narrativas de colaboradores que estão inseridos no esporte, sobretudo, de profissionais ligados ao Centro de Canoagem Ubaitabense, além de um estudo bibliográ-

fico, bem como, de trabalhos acadêmicos anteriores, que tratam da canoagem ou do rio das Contas.

Dividimos o trabalho de forma que apresentamos, inicialmente, o percurso metodológico, dialogando com referências teóricas a respeito da canoagem e desenvolvimento de jovens e adolescentes. Logo após, segue uma retrospectiva histórica da presença da canoagem na cidade de Ubaitaba, para então discutir os impactos da prática canoística esportiva na juventude da cidade.

Percurso teórico metodológico

Para a construção deste trabalho, utilizamos uma metodologia pautada na História Oral (HO), memórias de colaboradores, com suas narrativas e, também, de pesquisa bibliográfica do estudo do livro, *Traços e Retratos da Nossa História* (2010), de Aleilton Oliveira, que recapitula elementos importantes da história e fundação do município de Ubaitaba, que juntos deram o aporte para a escrita do trabalho.

Dialogamos com referenciais teóricos, que abordam tanto a relação dos rios com a construção de cidades, quanto a utilização das águas para o desenvolvimento da prática canoística e as especificidades da cidade de Ubaitaba. Utilizar as narrativas orais em uma pesquisa histórica é uma árdua tarefa, porém, também é uma possibilidade para a observação de determinados contextos e situações, na medida em que se trata de uma visão histórica, Santos (2021) destaca que:

A leitura de uma entrevista, de uma história de vida, ou de um conjunto de depoimentos não é tarefa simples. O ponto de partida é, necessariamente, a precisa delimitação de um problema de pesquisa. É a partir de seus interesses que o pesquisador irá reordenar os acontecimentos rememorados pelo entrevistado, considerando que a cada vida corresponde um fluxo de lembranças que será preciso organizar (SANTOS, 2021, p. 6).



A entrevista não é uma rememoração solta do passado, mas sim, um processo de lembrança das experiências do entrevistado, guiado como método pelo entrevistador, que através dos questionamentos tem um objetivo bem definido a ser alcançado, que é ter acesso a informações sobre determinado momento histórico, vivenciado pelo entrevistado. Aqueles que são contrários a utilização da História Oral, alegam que ela é um tipo de documento subjetivo, que compromete a realização do ofício do historiador, mas todas as fontes utilizadas pela História apresentam em seu âmago subjetividades, pois todas foram produzidas pelos “homens no tempo”.

A História Oral busca investigar o passado, através da colaboração de pessoas que se dispõem narrar fatos e acontecimentos que presenciaram. Alberti (1990, p. 10) pontua que a grande riqueza da história oral é ela permitir investigações sobre como representações se tornam fatos – o que pressupõe um caráter “acontecimental” da memória, para além de sua função de “significar” o passado. Le Goff (1990) salienta que “a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa”.

Para fazer a reconstituição da importância da canoagem para a juventude ubaitabense, buscamos aqui, o aporte das memórias individuais que, de acordo com Halbwachs (2006) “elas se formam a partir da relação com o outro: recorreremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer, e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação”. Pollak (1992) enfatiza que “a constituição da memória é importante porque ela está atrelada a construção da identidade”. O autor cita, ainda, que “a memória resiste à alteridade e à mudança é essencial na percepção de si e dos outros”.

A importância da canoagem está presente, também, na memória coletiva das pessoas da cidade de Ubatuba. Halbwachs (1990) relata que “a memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta”. Para Thompson (1992, p. 185), a construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individu-

al, constitui um processo social ativo que exige, ao mesmo tempo, engenho e arte, aprendizado com os outros, e vigor imaginativo.

Por fim, a reconstituição e o registro histórico da importância da canoagem para a juventude ubaitabense tornam-se relevantes, por se tratar de um esporte que vem dando o aporte para jovens de perfil socioeconômico de baixa renda, para buscarem ascensão profissional no esporte, dando visibilidade para a cidade de Ubaitaba, para o Estado da Bahia e para o Brasil.

A canoagem em Ubaitaba

As canoas são instrumentos que diferentes civilizações utilizaram em diversos momentos, atreladas, ora ao transporte e comércio, ora aos conflitos e batalhas navais. A história deste artefato é marcada por longas etapas e descobertas cronológicas imprecisas. Litch (1986) destaca que é:

Impossível afirmar se as primeiras experiências de navegação foram tentativas para vencer as correntes líquidas ou se motivadas por acontecimentos imprevistos, como ataques de animais perigosos, inundações ou incêndios”. (LITCHT, 1986, p 18).

Mesmo sem saber ao certo quais foram as motivações, é fato que construções navais foram sendo criadas e desenvolvidas ao longo do tempo. Silveira (2016) aponta que:

Para navegar, ou seja, atravessar uma superfície líquida sem se molhar, o homem pré-histórico provavelmente uniu vários pedaços de árvores, criando uma balsa. Depois, escavou um tronco, criando a canoa, primeiro barco verdadeiro. O homem construiu as primeiras canoas escavando troncos grossos com o auxílio de fogo e machados de pedras, em um penoso processo que trazia como recompensa sólidas embarcações. (SILVEIRA, 2016, p. 26).



Levou-se um tempo até que a utilização da canoagem deixasse de ser apenas ligada ao trabalho, para se tornar uma prática esportiva. No Brasil, a canoagem teve como pioneiro o alemão radicado no Brasil, José Wingen, que no Rio Grande do Sul, em 1943, construiu o que viria a ser considerado como o primeiro caiaque fabricado em território nacional.

Passou-se um longo período para que modalidade se desenvolvesse e se consolidasse no país, sendo impulsionada, em 1985, com a fundação da Associação Brasileira de Canoagem (A.B.C.) pelo, também alemão radicado no Brasil, Uwe Peter Kohnen. Instituição esta que, em 1989, se transformou em Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa).

A cidade de Ubaitaba, cujo nome está ligado a língua *tupi guarani* (ubá-‘y-taba), e significa “cidade das canoas”, está localizada na mesorregião do Sul baiano, e na microrregião Ilhéus-Itabuna, também conhecida como Região Cacaueira. Atualmente pertencente ao Território de Identidade⁷ Litoral Sul. O município faz divisa com Ibirapitanga, Ubatã, Aurelino Leal, Maraú, Itacaré e Gongogi. Além da sede (cidade), seu território divide-se em distritos, como os de Piraúna e Faisqueira e povoados, a exemplo: Oricó, Caguinhos, Melos, além da Zona da Cachoeira Bonita, fazendas e pequenas propriedades rurais.

Trata-se de uma cidade que se desenvolveu às margens do Rio das Contas. Assim como ela, diversas sociedades que nasceram às margens de rios e que desenvolveram a aprendizagem em lidar, e mesmo de se adaptar, as diversas formas de apresentação dos recursos hídricos. “Trata-se, portanto, de uma relação com aproximações e antagonismos sucessivos, materializados de forma distinta ao longo do tempo, nas diversas culturas e nos diversos sítios” (BAPTISTA; CARDOSO, 2013, p. 126).

Pois, na mesma medida em que os rios ditam os meca-

7 Os Territórios de Identidade (TI) são a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, desde o ano de 2007, quando o governador recém eleito Jacques Wagner (Partido dos Trabalhadores – PT), utilizou-se os TI já na consulta popular para a elaboração do Plano Anual Participativo 2008 – 2011 (PPA) (FLORES, 2014, p. 22).

nismos e alternativas com relação à construção das cidades, estas, em seu processo de urbanização, acabam por impactar os rios, de maneira que sua paisagem original é modificada pela presença humana, de acordo com as percepções. Sobre isso, Baptista e Cardoso (2013, p. 127) destacam que, a percepção dos rios pelas populações sempre foi influenciada pelo papel que estes desempenhavam nas cidades. Estes papéis podem estar ligados a fatores como abastecimento, transporte, economia, cultura, preservação e outros. Chiappeti (2009) salienta que:

As águas de um rio, por suas características, permitem-nos navegar... passar... deslocar... viajar... e, ainda, dão prazer... felicidade... Um rio pode ser vivido por quem o percorre, por quem flui junto às suas águas que correm... Mas, um rio também está ligado ao seu fluir... no movimento contínuo da sua corrente... e à “segurança” das suas margens por onde escorre... Margens estas que separam, mesmo que seja uma separação só aparente, pois um rio pode delimitar, separar ou juntar, depende da nossa percepção. (CHIAPPETI, 2009, p. 15).

Dessa forma, é impossível refletir sobre a construção da cidade de Ubaitaba e a evolução da canoagem, sem se atentar à importância do rio das Contas nestes processos. Um marco importante para o desenvolvimento da prática canoística na cidade é a fundação da Associação Cacaueira de Canoagem de Ubaitaba (ACC), pelos “primeiros canoístas da cidade: Humberto Hugo de Almeida, Mário Rui de Carvalho Costa, Paulo Rogério Souza Ramos, Antônio Walter Cavalcante da Silva e Benedito Cairo Lisboa” (OLIVEIRA, 2010, p. 144). Sobre sua fundação, Santos (2013) destaca que:



O que era inicialmente um clube de amigos foi crescendo e, ainda na década de 1980 foi organizada uma competição local de canoagem, porém, não houve nenhum ganhador ubaitabense. O primeiro título para Ubaitaba

foi conquistado numa competição no município de Itajuípe, também no sul da Bahia, no ano de 1985, nas águas do rio Almada, proporcionando uma grande festa para a população de Ubaitaba. Desse momento em diante, a canoagem de Ubaitaba se consagrou nacional e internacionalmente, o que foi possível graças ao bom desempenho dos canoístas locais nesta competição. (SANTOS, 2013, p. 175).

Sendo assim, destacamos que o rio das Contas abriga memórias e histórias de diversas cidades do interior da Bahia, dentre elas, a de Ubaitaba, que realizou o aproveitamento de suas águas para se consolidar enquanto a “cidade das canoas” e da canoagem. No Sul da Bahia, foram construídos três centros de canoagem, a saber nas cidades de Itacaré, Ubatã e Ubaitaba. A proposta de construção desses espaços foi realizada após os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, no ano de 2016. Os canoístas sul baianos tiveram um ótimo desempenho, destacando-se os ubaitabenses, Isaquias Queiroz e Erlon Silva, que no total conquistaram 2 medalhas de prata e 1 de bronze, nas modalidades C-1 200 metros, C-1 1000 metros e C-2 1000 metros.



Figura 1: Isaquias Queiroz e Erlon Silva nas Olimpíadas Rio 2016. Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/isaquias-queiroz-o-maior-brasileiro-numa-edi%C3%A7%C3%A3o-de-jogos-ol%C3%ADmpicos/a-19489930>, Acesso em 31/10/2022.

mondrongo

A conquista dos canoístas expôs a necessidade de melhorar os espaços de treinamento das cidades. Os editais de elaboração dos projetos executivos para a construção dos três centros de canoagem foram lançados em 2017, constando no orçamento o valor de R\$ 3,2 milhões de reais. O primeiro centro de canoagem a ser entregue foi o de Itacaré, em 04/07/2018. E, na ocasião, foi realizado um torneio organizado pela Associação Cacaueira de Canoagem (ACC), por meio de um convênio assinado com a SUDESB. Participaram 120 atletas em diversas categorias.

O Centro de canoagem de Ubaitaba foi entregue em agosto de 2020 e o de Ubatã ainda está sendo construído até o momento, tendo as obras sido interrompidas em detrimento da Pandemia do Covid-19, e sendo retomadas no ano de 2021.



Figura 2: Centro de Canoagem – Ubaitaba. Fonte: Divulgação/CBCA (2020)

Arelado a construção dos centros, foi pensado também o projeto *Remando no Rio das Contas*, que, recentemente, foi rebatizado com o nome de *Remando no Litoral Sul*, e que de acordo com o site do governo do Estado da Bahia, na sessão da Secretaria do Trabalho, Renda e Esporte (2019):



Destina-se à prática da Canoagem, mediante programação de atividades com o intuito de promover a inclusão social e a possibilidade de descobrir jovens talentos, por meio da realização de oficinas esportivas de ambos os se-

xos, atendendo 360 alunos de baixa renda, na faixa etária de 08 a 18 anos, dos municípios de Ubatã, Ubaitaba, Itacaré e Marajú (BAHIA, 2019, n. p.).

Impactos da canoagem na juventude ubaitabense atual

Para fazer o registro dos impactos da canoagem na juventude da cidade de Ubaitaba, atualmente, buscamos o aporte de colaboradores, através de relatos orais, com o objetivo de compreender de que forma está sendo praticada a canoagem, como esporte, na cidade e, estabelecer possíveis relações entre a prática da modalidade e a educação de jovens e adolescentes na comunidade.

A colaboradora 1 (monitora do Centro de Canoagem de Ubaitaba) relata que:

Hoje, a canoagem, querendo ou não, é, sem dúvida, uma porta pra gente estar contribuindo para a formação do cidadão. Aqui, a gente não só forma atletas, mas, principalmente, bons cidadãos para estar na nossa sociedade, né? O que a gente mais preza aqui é formar campeões dentro e fora da água. Não adianta a gente formar um bom campeão dentro da água e ele ser um mau cidadão. Então, nosso maior interesse aqui, é a formação humana por meio do esporte. O objetivo das aulas de canoagem é formar “campeões dentro e fora da água”, e que os treinadores e envolvidos no processo, têm o compromisso com a formação humana dentro do esporte.

Transcrição de áudio (2021)

Percebemos na narrativa da colaboradora 1, que a canoagem, sobretudo, em Ubaitaba, vem dando subsídios para formar cidadãos, em sua maioria jovens, tendo como objetivo maior a formação de campeões dentro e fora d'água, primando pela formação humanizada, através da prática do esporte. O esporte tem

caráter formativo e educativo e pode vir a ser uma importante ponte para o ensinamento de valores éticos e questões sociais pertinentes. Com relação a esse aspecto e ao desenvolvimento dos sujeitos, Bento (2006) salienta que:

As atividades esportivas são concebidas e intencionadas como motivos e oportunidades para objetivos educativos situados além do fortalecimento, da funcionalidade e expressividade do corpo. O terreno esportivo é um espaço por excelência, de formação, educação e desenvolvimento da personalidade, de florescimento do Eu moral. Enfim, o esporte é uma forma de educação moral, cumprindo funções ao serviço de uma elevada formação ética dos indivíduos e da saúde moral da sociedade (BENTO, 2006, p. 53).

O rendimento dos atletas ubaitabenses vem evoluindo ao longo da história da cidade, e a proposta da construção do Centro de Canoagem nasceu da necessidade de possibilitar melhores condições para o desenvolvimento destes estudantes. A leitura das manchetes de 2018 e 2019 nos permitem perceber que os jovens atletas ubaitabenses estiveram, durante todo esse tempo, realizando conquistas esportivas significativas, e se fazendo presentes nos mais variados espaços de competições canoístas, representando a cidade e fazendo jus a expressão “Ubaitaba: celeiro de talentos da canoagem”.

Com relação ao perfil dos canoístas, podemos perceber que a grande maioria dos competidores e medalhistas são jovens pretos e pardos. A colaboradora 1 também nos relatou que a maioria dos estudantes da escola de canoagem “vem de bairros com vulnerabilidade social. Então, são dos bairros e das periferias da nossa cidade, de onde sai a maioria dos nossos atletas”.

Essa informação é importante porque, existe uma espetacularização sobre a vida dos atletas, realizada pelas grandes mídias, mas a realidade é bem diferente. Sobre isto, a colaboradora 1 pontuou que a “vida de atleta é difícil”. Os jovens periféricos,

que são em sua maioria pretos e pardos, enxergam na canoagem a possibilidade de ascensão social e, mesmo sem a possibilidade de carreira a ser seguida, por vezes, a prática do esporte os mantém longe da criminalidade, e desse modo, o esporte cumpre a sua função político-social na cidade.

Em um momento em que grande parte dos adolescentes não se interessam pela prática de atividades físicas, é possível notar o efeito contrário na cidade de Ubaitaba, com relação a lutas, futebol e, em especial, a canoagem. A monitora do Centro de Canoagem Ubaitabense, nos revelou que noventa crianças são contempladas pelo projeto:

A colaboradora 1 relatou ainda que:

A gente tem uma base de noventa crianças matriculadas, são três turmas pela manhã e três turmas pela tarde. Aí, com a pandemia, a gente teve uma redução do número de atletas, né, porque também tem alguns pais que não se sentem confiantes pra deixar os alunos virem treinar, né, mas a gente atende noventa crianças. Três turmas pela manhã e três turmas pela tarde.

Transcrição de áudio (2021).

A colaboradora 1 relatou ainda que:

Antigamente a gente tinha também que saber nadar, mas hoje como a gente tem vários materiais de segurança, como coletes reforçados, temos a lancha pra tá acompanhando eles lá, então, a gente também tem a possibilidade de quem não sabe nadar, ainda vir aprender com a gente. A gente ensina antes do menino adentrar ao treinamento da canoagem.

Transcrição de áudio (2021).

Fica nítido nas falas acima da colaboradora 1, que a Pandemia do Covid-19 reduziu o número de participantes, mas o projeto segue ativo, seguindo todas as recomendações da OMS.

Quando questionada sobre qual é o procedimento exigido para que as crianças possam participar das aulas de canoagem, ela relatou que saber nadar não é uma exigência, pois eles têm a possibilidade de aprender antes de começar as aulas. Essa mudança nos pré-requisitos de participação, ocorreu após a qualificação da infraestrutura, que foi adquirida com a construção do centro e a presença de materiais de segurança, como coletes e uma lancha.

Dessa forma, quem não sabe nadar, também pode ser incluído no projeto. Um outro fato interessante e importante relatado pela colaboradora 1, é a relação estabelecida entre as atividades do Centro de Canoagem e a rede municipal e estadual de ensino. Ela ainda relatou que a canoagem: “é um esporte que é ofertado de forma gratuita, a única exigência é que os nossos alunos estejam matriculados na rede municipal ou estadual. Eles têm que tá estudando”.

De início, os meninos e meninas são atraídos apenas pela prática do esporte em si, pela possibilidade de aprender a remar, de competir, viajar para outras localidades que sem a canoagem não seria possível, dadas as estruturas econômicas de seus núcleos familiares. Como relatou colaboradora 1, a escola de canoagem atende a “muitos alunos com situação de vulnerabilidade social, dificuldade financeira... Tem alguns alunos que já tem uma estrutura melhor, mas na maioria são famílias mais carentes”. A motivação inicial são as possibilidades que o esporte lhes apresenta, porém, para usufruir desses benefícios, os estudantes precisam não só estar matriculados, mas também manter o bom rendimento na escola. Sobre isso, a colaboradora 1 disse o seguinte:

Porque, assim, aqui a gente, como eu falei, nosso objetivo aqui é a formação do cidadão. Então, a gente tá sempre perguntando aos pais, perguntando a escola, como é que tá o desenvolvimento deles. E assim, a gente tenta incentivar ao máximo, a leitura, incentivar na escola. Quando eles vão pra competições, a gente, um dos pré-requisitos pra você competir é você tá indo bem na escola. Então, a gente faz de tudo que tá ao nosso alcance pra



incentivar, porque assim, a gente sabe que a vida no nosso país é difícil, e sem educação fica mais difícil ainda.

Transcrição de áudio (2021).

Compreendemos, na narrativa da colaboradora 1 que a formação cidadã é o principal objetivo do projeto, recebendo o aporte dos treinadores que acompanham o desempenho dos jovens atletas, por entenderem a importância da educação na vida dos estudantes e o fato do rendimento escolar ser pré-requisito para viagens e competições, faz com que os atletas se dediquem mutuamente ao esporte e a educação, revelando a relação existente entre esses dois espaços na cidade.

Cavasini (2008, p. 27) salienta que, durante as últimas décadas, tem se fortificado a crença na sociedade de que as atividades esportivas podem auxiliar na redução dos índices de criminalidade entre os jovens. A criminalidade tem sido uma realidade em muitas cidades, inclusive nas de pequeno porte, como Ubaitaba. Nos sites de pesquisa, o município é descrito como um lugar violento com altos índices de assaltos e assassinatos. Esses dados têm se reduzido na última década, e uma das causas é a disseminação de projetos culturais desenvolvidos no território, que estão ligados à arte, à cultura e ao esporte.

Abramovay (2002) destaca que:

A criminalidade é uma problemática que pode ser gerada pela pobreza, desigualdade social, falta de investimento no âmbito educacional, falta de apoio social, exclusão social, violência doméstica na infância, falta de lazer, apologia do consumismo entre outras motivações que fazem parte da formulação da vulnerabilidade social (ABRAMOVAY, 2002, p. 19).

Vulnerabilidade e exclusão social são aspectos que podem ser encontrados nos bairros periféricos da cidade de Ubaitaba. Como já foi destacado anteriormente, a maioria dos estudantes

contemplados pelo Centro de Canoagem pertencem a essas localidades, em que a probabilidade da juventude adentrar no mundo do crime é alta. Neste contexto, a prática esportiva da canoagem se mostra como sendo eficaz na prevenção da criminalidade na vida de muitos jovens ubaitabenses.

Considerações finais

Este trabalho possibilitou entender como se desenvolveu a prática da canoagem na cidade de Ubaitaba, e como o reconhecimento internacional das conquistas de Isaquias Queiroz e Erlon Souza, nas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, e de 2020 (que foram realizadas em 2021) em Tóquio, no Japão, possibilitaram a construção do Centro de Canoagem no município. Além disso, buscou-se destacar a importância da referida prática esportiva para a juventude da cidade.

No processo de pesquisa, compreendemos, ainda, que a canoagem exerce um papel político-social importante no município, levando em conta que há um diálogo entre os monitores e treinadores do centro e os educadores da cidade, bem como, medidas que incentivam os jovens atletas a permanecerem na escola, além de desenvolver valores como disciplina, dedicação, respeito e solidariedade. A canoagem também mantém jovens marginalizados e em vulnerabilidade social, fora da criminalidade e lhes oferecem a possibilidade de ascensão social e carreira esportiva.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÉGORAS, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BAHIA. Secretária do Trabalho, Emprego, Renda e Desporto. **Projeto Remando no Litoral Sul**, 2019.

BAPTISTA, M.; CARDOSO, A. **Rios e cidades**: uma longa e sinuosa história... Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 124-153, jul./dez. 2013.

BENTO, J. O. **Do desporto**. In: Tani, G. Bento, J. & Petersen, R. *Pedagogia do Desporto*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

CAVASINI, Rodrigo. **Projetos esportivos sociais voltados para jovens**: um estudo das contribuições do Projeto Navegar em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Porto Alegre: 2008.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. **Na beleza do lugar, o Rio das Contas indo... Ao mar**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro: 2009.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia**: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LICHT, Henrique. **O remo através dos tempos**. Porto Alegre, Corag, 1986. 238 p.

OLIVEIRA, Aleiton. **Traços e Retratos da Nossa História**. 2ª edição, Itabuna, 2010.



POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Volume 5, Nº 10, 1992.

SANTOS, A. C. de A. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>. Acesso em: 10/08/2021.

SANTOS, Verônica. CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Relação e vivência de canoístas e caminhantes com o rio das contas em Ubaitaba-BA. **Revista Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 14, n. 48 Dez/2013 p. 171–185.

SILVEIRA, Dauto J. da **Alienação e emancipação: a produção da existência dos pescadores artesanais do território de pesca no baixo Vale do Itajaí e Tijucas**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



Capítulo 3

Trajectoria e memórias do ilustre Antônio Pereira Barbosa no município de Gongogi – BA

Valquiria Almeida de Oliveira

Paulo Roberto Nogueira Silva

Heloisa Helena Tourinho Monteiro

Introdução

Esse texto apresenta o estudo de Antônio Pereira Barbosa, que compreendeu o legado deixado por ele para a comunidade de Gongogi. Nesse viés, buscamos reconstituir a história e as memórias do ilustre personagem, que muito contribuiu para o desenvolvimento do município de Gongogi, e que permanece vivo na memória dos moradores da localidade.

Reconstituir fatos e momentos históricos que envolvem pessoas e localidades, é de crucial importância para que possamos conhecer nossas identidades e valores morais, adquiridos durante nossas experiências de vida. Conhecer a história de nosso local de nascimento, ou até localidades onde nos fixamos por longos períodos, em geral, nos traz a grata satisfação de lembranças, memórias e até mesmo paixões. Quando os fatos são narrados por membros de uma localidade, paramos, e começamos a fazer indagações que nos leva a viajar na história de uma pessoa, que tanto fez, sem ser necessariamente um protagonista. Só precisou ser ele mesmo, para contribuir com o desenvolvimento de uma cidade.

Há quem acredite que é preciso estar no meio político para se construir sua história local, mas através da memória, é possível buscar personagens fora desse contexto. Neste viés, surge o questionamento: Qual o legado deixado por Antônio Pereira Barbosa para a comunidade de Gongogi? Assim como tantas outras pessoas que compõe uma sociedade, tem legado moral e social registrado na memória da comunidade, isso nos possibilita a

dialogar com o passado, para encontrar o presente histórico, descrito e escrito por uma comunidade. A pesquisa que deu origem a esse texto mostrou isso.

O estudo teve como objetivo: investigar a participação de Antônio Pereira Barbosa na construção de práticas culturais e sociais realizadas no município de Gongogi, e o legado deixado por ele para a comunidade. A comunidade gongogiense enxerga na pessoa de Antônio Pereira Barbosa uma cultura, um exemplo de homem e pai de família, nas ações e nas obras realizadas por ele, tornando-se referência na cidade que lhe acolheu - não se esquecendo da sua origem, em Maragogipe-Bahia. Utilizando-se do método da História Oral, que indica a busca pelos elementos históricos, despertando o interesse pela memória daqueles que fizeram história, mesmo não estando nos holofotes históricos.

Gongogi, localizado no sul do Estado da Bahia, atualmente fazendo parte do Território de Identidade Médio Rio das Contas⁸, é um desses municípios bucólicos, singelos e encantadores do nosso país. Local muito agradável, de pessoas honestas e acolhedoras e, que através desse estudo, nos revelou gratas surpresas, embora saibamos que na História do Brasil, nem tudo são flores nos municípios.

Estudar Gongogi é, também, falar do ilustre Sr. Antônio Pereira Barbosa, uma pessoa que chega para trabalhar como escrivão no Cartório de Pedrinhas, então, distrito de Ubaitaba, e, atualmente, município de Gongogi, e que, como por encanto, agregou valores a essa terra, deixando saudades e um grande legado para o povo desse município.

Com isso, a pesquisa investigou a trajetória e as memórias desse sujeito histórico, que representa a cultura narrativa, escrita com versos musicais, poemas, prosas e sonetos, homenageando as pessoas e a cidade que lhe acolheu, com uma cultura nata, que expressa o amor e a satisfação pela cidade. Junto com outros

8 Os Territórios de Identidade (TI) são a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, desde o ano de 2007 (FLORES, 2014, p. 22).

senhores, contribuiu para a emancipação política desse município, que antes se chamava distrito de Pedrinhas, atualmente, município de Gongogi.

Um pequeno relato da vida de Antônio Pereira revela que ele atuou como serventuário da justiça, Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, com funções notoriais, ou seja, exercendo também a função de tabelião de notas, tendo registrado a maior parte das crianças e moradores que nasceram no município de Gongogi. Tinha um grande conhecimento na cultura. Atuou como poeta, deixando um grande legado para a comunidade local. Segundo consta, todos tinham respeito, estima, admiração e consideração. As pessoas da época, que conheceram e conviveram com Antônio Pereira Barbosa, o consideram um eterno poeta.

Para a política partidária, seu Antônio não despertou interesse, foi convidado para fazer parte do quadro político local na época da emancipação do município, mas não aceitou. Não tinha ambição política, tinha vontade de ver Gongogi se desenvolver. Sempre discreto, não há relato de comportamento que colocasse seu caráter e sua ilibada reputação em dúvida perante sua família ou até mesmo a comunidade, um exemplo de honestidade.

Percurso teórico metodológico

Ao percorrermos pelas ruas da cidade de Gongogi, buscando elementos, dados, informações, relatos e fatos para desenvolver o trabalho, dialogamos com pessoas da comunidade, moradores antigos que conheceram e conviveram com Antônio Pereira Barbosa, para entender a sua importância para o município de Gongogi. Por conta do aporte teórico da História Oral, pode-se reconstituir a trajetória e as memórias de Antônio Pereira Barbosa, através das narrativas das pessoas que conviveram e reconhecem suas histórias no município de Gongogi.

Neste sentido, recorremos a memória coletiva que, de acordo com Halbwachs (1990) “é um grupo de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o

mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo”. Le Goff, (2003, p. 470) enfatiza que a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Halbwachs (1990, p. 36) relata que falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo. Para Delgado (2006, p. 64) a memória, tanto na sua versão individual como na coletiva, tem potencialidades múltiplas, que correspondem à heterogeneidade das experiências humanas. O ato de recordar é quase sempre individual.

Recorremos, também, aos testemunhos de memórias individuais que se constituem para completar o que já se sabe sobre a história de vida de Antônio Pereira Barbosa. A História Oral contribui muito, pois traz subsídios, informações, através de pessoas que narram as histórias para reconstituir trajetórias e memórias de pessoas que deixaram seus legados. No caso específico de Gongogi, os relatos reconstituem a trajetória e as memórias de Antônio Pereira Barbosa. Halbwachs (2006, p. 29) pontua que as memórias individuais se formam a partir da relação com o outro: recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação.

Bosi (1979, p 17) sinaliza que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. Estudos de Le Goff (1990, p. 368) mostram que a memória tem a capacidade de adquirir, recuperar, armazenar fatos, acontecimentos, nomes de pessoas e instituições. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história.

Recorremos a História Oral (HO), através das narrativas de colaboradores, para subsidiar a pesquisa. Delgado (2006, p. 52) relata que a história oral, em decorrência, é um processo de recordação realizado por um sujeito individual, mas socialmente integrado. Dessa forma, os relatos e os testemunhos contêm em si um amálgama maior, o da inserção em uma comunidade específica.

Le Goff (2013, p. 51), correlaciona memória e história, quando pontua: “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica”. Bom Meihy (2005) pontua que “a história oral tem um caráter revolucionário, pois ela se tornou razão de ser de atenções aos fatos locais de interesses coletivos”.

Estudo de Thompson (1992, p. 337) mostra que a “História Oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras, revivendo um tempo que parece que se foi, mas que pode ser reconstituído a partir de vozes do passado”. Ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas. A História Oral pode ser construída, a narrativa da história de uma única vida.

Alberti (2005, p. 24) enfatiza que um documento de história oral pode conter dados significativos, além de permitir uma análise de discurso propriamente dita, que em se tratando de um acervo de depoimentos, pode engendrar estudos comparativos, grupos sociais, formação profissional, e etc. Para Seawright (2017, p. 04) as entrevistas oriundas do trabalho de campo nada devem às teorias sacramentadas pela “grande História”; não são concorrentes e, tampouco, evocam um “lugar conservador” em face de outras “fontes”, “ciências” e recursos auxiliares.

Por fim, recorremos, também, ao aporte da cultura, para registrar o legado deixado por Antônio Pereira Barbosa, que contribuiu com a composição do hino do município de Gongogi. Laraia (2009, p. 24) relata que a cultura é um processo acumulativo, resultante das experiências históricas das gerações anteriores. Trata-se, portanto de disposições legais e pressupostos entendidos

como disposições resultantes do vivido e percebido pelos grupos da comunidade em estudo.

Memórias da fundação do município de Gongogi/BA

Gongogi é um município pertencente ao sul do Estado da Bahia. Seu gentílico denominado de gongogiense, estende-se por 197,7 km² e contava com 7.128 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 36,1 habitantes por km² no território do município. Sua circunvizinhança compreende os municípios de Aurelino Leal, Ubatã e Itapitanga. (IBGE, 2021).

O povoamento do atual município de Gongogi teve início com a formação de duas aglomerações distintas. Em 1928, Petrolino Araújo da Silva, Deocleciano Alves Ferreira, Sebastião Alves Ferreira e Clarino Rodrigues se estabeleceram às margens do rio das Contas, em terrenos de propriedade de João Caetano Muniz e Claudiano Muniz, e requereram ao Dr. Renato Laport, Delegado de Terras do Município de Itapira da Comarca de Itacaré, o desmembramento de sete hectares de terra das propriedades acima e fundaram o povoado de Itajaí.

Construíram casas, escolas e edificaram uma capelinha consagrada a São Benedito. Seu desenvolvimento foi rápido. Em 1934, o povoado foi elevado à categoria de Distrito de Paz, com mesmo nome, do município de Itapira (atual Ubaitaba), da Comarca de Itacaré. Em 1944 passou a denominar-se Distrito de Tapirama.

Por outro lado, em 1935, os fazendeiros Manoel Euzébio de Vasconcelos Couto, José Queiroz e o posseiro Jorge Kalid, construíram as primeiras casas para trabalhadores, às margens do Rio Gongogi, em terrenos de suas propriedades, denominadas Pedrinhas e São José, e construíram a Capela de Nossa Senhora Santana, cuja imagem fora trazida pelo Coronel Manduca, e recebida pelos moradores com grande manifestação de fé. Poucos anos depois, estava formado o Povoado de Pedrinhas, cujo nome originou-se pelo fato de no local existir grande quantidade de pedras, que mais tarde viria a se transformar no município de Gongogi.

O município de Gongogi foi emancipado em 12 de junho de 1962, através do ato assinado pelo então governador Juraci Montenegro Magalhães, lei estadual nº 1.668, desmembrado do território do município de Ubaitaba. Seu topônimo tem origem indígena, da antiga língua tupi, através da composição entre *akyky* (“guigó”) e *îy* (“rio”), que significa rio dos guigós. Situa-se a 15 km a Sul-Leste de Ubatã, a maior cidade nos arredores. Situado a 82 metros de altitude, Gongogi tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 14° 19’ 36” Sul, Longitude: 39° 27’ 50” Oeste. (Prefeitura Municipal de Gongogi, 2021).

Nesse contexto cultural, que tem como fonte de informações a comunidade local, que relata elementos importantes para a construção da história, buscando reconstituir a memória histórica da fundação do município de Gongogi-Bahia, registra-se a participação do ilustre Senhor Antônio Pereira Barbosa, nesse processo. Antônio Pereira Barbosa foi um dos fundadores do município, atuando junto com autoridades locais e estaduais, para viabilizar a emancipação de Gongogi, que apesar de não exercido mandato eletivo, deixa seu legado também na história política e administrativa do município.

As narrativas dos antigos moradores do município de Gongogi

Antônio Pereira Barbosa desenvolveu suas atividades laborativas e culturais no município de Gongogi, deixando seu legado para a comunidade, atuando como serventuário do cartório; participando da emancipação política e administrativa do município; além de colaborar de forma crucial para o desenvolvimento cultural da comunidade local, atuando como músico; poeta; compositor; e autor da composição do hino do município. O colaborador 1 pontua que:

Conheci o Sr. Antonio Pereira Barbosa, uma pessoa extrovertida, sempre inteirada com os problemas contemporâneos à sua época. Ele

contribuiu grandemente com a emancipação do município de Gongogi. Houve uma época que eu trabalhava no cadastro de imóveis da Prefeitura Municipal de Gongogi, e sempre trocávamos ideias na formalidade, na emissão de documentos cadastrais e compra e venda de imóveis. Ele era autodidata, poeta, leitor e adorava falar sobre literatura, gramática, história, entre outras. Antônio Pereira Barbosa deixou um legado que contribuiu com a cultura desta comunidade.

Fica evidenciado na narrativa do colaborador 1, que Antônio Pereira Barbosa era um cidadão que se preocupava com os problemas da sua comunidade, contribuindo muito com a emancipação política e administrativa do município de Gongogi. Fica evidenciado, também, que ele ajudava muitas pessoas em seu entorno, profissionais ligados ao setor público, contribuindo com informações e ideias para ajudar a todos que necessitavam. Ademais, tinha um grande conhecimento em várias áreas, deixando o seu legado para a cultura do município. O colaborador 2 enfatiza que:

Conheci Antônio. Ele era um homem educado, trabalhava no cartório, atendia todo mundo bem. O contato que eu tive com Antônio Barbosa só foi no cartório, não tinha amizade com ele, mas todo mundo da cidade falava bem dele. Ele contribuiu com a emancipação política de Gongogi. Ele registrou os filhos meus, eu também dei entrada no casamento de uma filha minha. Antônio contribuiu muito com a cultura de Gongogi, fez o hino da cidade. Ele deixou seu legado, fez o hino da cidade e também o hino da padroeira.

Percebemos na narrativa do colaborador 2, que Antônio Pereira Barbosa era um homem muito educado, exercendo suas atividades laborativas no cartório e que tratava a todos muito bem, além de contribuir com emancipação política e administrativa do município de Gongogi. Ademais, deixou seu legado para

Gongogi, compondo o hino do município e também da padroeira. O colaborador 3 relata que:

Conheci Antonio Pereira Barbosa na década de 80, quando eu tinha por volta de 11 anos de idade, e ajudava D. Idália Rodrigues, funcionária dos Correios, fazendo entrega de correspondências nas residências do município de Gongogi. Sr. Antônio, à época, era Tabelião e Oficial do Cartório de Registro Civil e recebia correspondências todos os dias. Lembro-me que a primeira vez que me avistou, cantou um fragmento da música, mensagem, que emocionou aquela criança que fazia as vezes de Carteiro: “Quando o carteiro chegou e meu nome gritou com a carta na mão. La la la ra. Lala ra ra... Ato que se repetia no cotidiano, seguido dos cumprimentos: “- Bom dia, meu carteirinho!...”

O momento mais marcante foi quando ele pegou um banquinho e pediu que eu sentasse em frente ao Cartório, saindo em seguida, tocando um bandolim - instrumento musical de cordas - dedilhando e cantando a música que me recebia todos os dias:

Quando o carteiro chegou

E o meu nome gritou

Com uma carta na mão

Ante surpresa tão rude

Nem sei como pude chegar ao portão

Lendo o envelope bonito

O seu sobrescrito eu reconheci

A mesma caligrafia que me disse um dia

Estou farto de ti

Depois daquele dia todos os dias cantava baixinho a canção que me representava.

Em 1992, quando estava concluindo o ensino médio, fiz parte de uma pesquisa sobre o município de Gongogi, da disciplina ministrada pela professora Valdecy Miranda, sobre a cidade e seus personagens e dentre as curiosidades. Descobrimos Sr. Antônio

Barbosa como personagem importante na emancipação política do município, inclusive, presenteou a nova terra, antes pedrinhas, com o Hino a Gongogi e à Padroeira Senhora Sant'Ana, além de contribuir com a simbologia da bandeira pátria. A cópia original da pesquisa pelos estudantes se encontra na ACAPEB – Associação Cultural e Beneficente Antonio Pereira Barbosa.

Na fala do colaborador 3, fica nítido que Antônio Pereira Barbosa era uma pessoa de grande conhecimento cultural. Fazia composições com maestria, presenteando Gongogi e a padroeira do município, Nossa Senhora Sant'Ana, com a composição de seus hinos, contribuindo também com a simbologia da bandeira pátria. O colaborador 3 pontua também que Antônio Pereira Barbosa foi personagem decisivo lutando pela emancipação do município de Gongogi. O colaborador 3 relata ainda que:

Antônio Pereira Barbosa é a minha referência de cultura no município de Gongogi. Em 1994, quando assumi a coordenação do Grupo de Jovens à Procura de Cristo, da Pastoral da Juventude, da Igreja Católica, comecei a incentivar jovens para a leitura. Todavia, a cidade não oferecia oportunidades para despertar a curiosidade. Daí, surgiu a ideia de valorizar os personagens esquecidos na história, inicialmente, pensando em criar uma biblioteca comunitária. Foram quatro anos de pesquisas, debates no grupo de jovens e campanhas para recolher livros. E, em 1998, criamos a ACAPEB – Associação Cultural e Beneficente Antônio Pereira Barbosa, com a finalidade de potencializar o protagonismo juvenil, alavancar a cultura do município e resgatar os personagens esquecidos, nesse caso, o patrono da cultura tem nome Antônio Pereira Barbosa.

O legado deixado por Antônio Pereira Barbosa é inegável, desde as suas produções li-

terárias publicadas no livro “Mil Poetas Brasileiros”, e centenas de poemas que permaneceram no anonimato, às composições dos símbolos do município: hino e simbologia da bandeira, sem falar, ainda, na sua personalidade que traduzia honestidade e a grande vontade de continuar lutando para que Gongogi estivesse sempre na mão do povo mais oprimido, como está claro na primeira estrofe e refrão do hino pátrio.

“Nossos pais com ingentes trabalhos
Conquistaram, outrora, essas terras
Tão inversos lhes foram os atalhos
Desbravando rochedos e serras
Pra que um dia com todo carinho
A nós fossem legadas sem ônus
Terras férteis de amor, doce ninho
Somos seus portadores, seus donos.

Camponês, operário, estudante
Bravos filhos de um nobre torrão
Pra bem alto elevemos avante
Gongogi, nosso jovem rincão.”

Eis o legado.

Na narrativa do colaborador 3, fica evidenciado que Antônio Pereira Barbosa tornou-se referência cultural no município de Gongogi, incentivando jovens e adultos a terem o hábito da leitura, além de ter feito muitas composições de letra de músicas e dos hinos do município, da padroeira e das produções literárias publicadas por ele: o livro Mil Poetas Brasileiros. Ademais, sempre teve sensibilidade com os problemas do município, além de ter tido uma conduta de ilibada reputação.

Por fim, percebemos nas narrativas dos colaboradores da pesquisa que, Antônio Pereira Barbosa foi este homem que se dedicou ao município de Gongogi, deixando um grande legado, tornando-se um dos patriarcas mais queridos e amados por toda a comunidade gongogiense.

Considerações finais

Este estudo retrata o trabalho desenvolvido por Antônio Pereira Barbosa no município de Gongogi, sua atuação no Cartório de Registro Civil, sua participação no processo de emancipação política e administrativa do município, bem como, na produção cultural da comunidade local. A investigação apresenta relevância social, porque se propõe reconstituir pelas memórias desse homem, que ao longo de sua trajetória de vida, deixa um legado para o município de Gongogi.

Nesse viés, ressaltamos que a preservação das memórias da população é de fundamental importância para o seu desenvolvimento e manutenção, os registros dos feitos históricos. Diante desse contexto, buscamos o aporte das pessoas da comunidade, com suas narrativas, dialogando, para se construir um melhor embasamento a essa pesquisa, além do aporte de um dos filhos do pesquisado, colaborou com a escrita do trabalho.

Ficou evidenciado que a história desse homem deixou marcas positivas na memória do povo do município de Gongogi, deixando seu legado que é reconhecido pela população local. Foi homenageado com a denominação de um centro cultural que leva o seu nome “Associação Cultural e Beneficente Antônio Pereira Barbosa (ACAPEB), idealizada por Jorge Souza e sua esposa Juciara Perminio de Queiroz Souza, e reconhecida nacionalmente pelas ações culturais.

Por fim, ressaltamos que este trabalho desenvolvido por este homem deixou marcas profundas e positivas para o município de Gongogi, deixando o seu legado, tornando-se um dos patriarcas mais queridos pelas pessoas da comunidade.

Referências

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Ja-

neiro: Editora FGV, 2005.

BAHIA. **O município de Gongogi/BA**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/gongogi/panorama>>. Acesso em 25 de nov. 2021.

BOM MEIHY, José Carlos S. **Manual de história oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., 1979.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, 2021 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/gongogi.html>. Acesso em 12 janeiro 2023.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1950/1990.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. P. 9-29.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 2003.



SEAWRIGHT, Leandro A. **A história oral como disciplina, a memória coletiva e a costura artesanal – religião, política.** Volume 9 – Número 17 – 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



mondrongo

Capítulo 4

A importância da música como recurso pedagógico na Educação de Jovens e Adultos – EJA

Gilcleide Souza Cabral
Verônica Dias Ramos

Introdução

O presente estudo trata da importância da música como recurso pedagógico na Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino ofertada para estudantes a partir de 15 anos de idade, que não tiveram o acesso à educação na idade própria. É ofertada para jovens de diversas idades, personalidades, e contextos socioculturais distintos, com saberes e experiências adquiridas ao longo da trajetória de vida desses alunos, que são requisitos indispensáveis para a construção de práticas pedagógicas voltadas para essa modalidade de ensino.

Neste viés, analisamos a música, que está presente em várias etapas da vida humana, com grande relevância social. Sendo, portanto, uma aliada para o processo de alfabetização, auxiliando os docentes na oferta de uma EJA diferenciada e mais agradável. Facilitando, assim, o aprendizado, além de corroborar com a socialização e o desenvolvimento intelectual do alfabetizando. Os saberes e as experiências adquiridas ao longo da trajetória de vida desses alunos, são requisitos norteadores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para essa modalidade de ensino.

Nesse lugar de encontro de gerações, a utilização da música em diferentes contextos pedagógicos, pode ser vista como elemento potencializador para as diferentes aprendizagens. Além da grande relevância social, sendo uma grande aliada para o processo de alfabetização, incentivando a socialização e o convívio interpessoal. Deste modo, a EJA promove conflitos e trocas gera-

cionais que repercutem nas formas pelas quais se aprendem e se compartilham saberes.

A temática de ensino para jovens e adultos começa a ganhar voz e destaque com a fixação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) de 1947, como marco da atuação da união em favor da educação de adolescentes e adultos, e a emergência de movimentos de educação e cultura popular na década de 1960.

Mas, somente em 2000, a EJA, no Brasil, teve suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) regulamentadas, com a aprovação do Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Essa modalidade de ensino oferta escolaridade aos indivíduos que não tiveram acesso, ou interromperam a educação básica na infância e/ou juventude. Nesse contexto histórico, Haddad e Di Pierro (2000) ressaltam sobre “a constituição de uma proposta e um paradigma pedagógico próprio para a EJA, com o trabalho de Paulo Freire”. Os autores citam ainda que, houve a repressão do regime militar às práticas educativas de orientação freiriana, e a instalação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1970.

Dessa maneira, a produção do presente estudo buscou articulações entre pressupostos teóricos das áreas da musicalização: Pena (2014), dos processos de Alfabetização e Letramento: Freire (1989), Ferreiro (2011) e Soares (2017), com a finalidade de potencializar e fortalecer ligações entre educação, EJA e música. Para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos a pesquisa de cunho bibliográfico, na perspectiva de explicar e discutir o tema proposto. A pesquisa bibliográfica, para Gil (2007, p. 44) tem como principais exemplos as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Fonseca (2002, p. 32) também reforça a importância da pesquisa bibliográfica que é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Além de constar documentos legais, utilizamos livros, artigos, revistas eletrônicas, sobre a educação em geral e a modalidade de Jovens e Adultos. Neste sentido, surge o questionamento:

como a música pode contribuir para o desenvolvimento e o processo de aquisição da leitura e da escrita na etapa de alfabetização, nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

Partindo desse questionamento, pretendemos refletir sobre a utilização de músicas em sala de aula como facilitadora para a alfabetização dos alunos da EJA. A fim de atender nossos questionamentos, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: (i) Analisar o percurso histórico e conquistas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos ao longo da história. (ii) Conhecer na literatura a contribuição da música no processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos; (iii) demonstrar a importância da música como instrumento sociocultural no processo de ensino e aprendizagem.

A fim de possibilitar uma leitura harmoniosa, o presente trabalho está dividido em tópicos. No primeiro tópico trataremos um olhar sobre a história da Educação de Jovens e Adultos; no segundo uma abordagem teórica acerca da alfabetização utilizando a música como recurso para alfabetização e letramento de jovens e adultos. Por fim, nas considerações finais, uma reflexão sobre a temática e as preposições encontradas.

Um olhar sobre a história da Educação de Jovens e Adultos

Desde o período colonial no Brasil, com a chegada dos jesuítas, começa o processo de catequização. Neste período, foi inserido o processo de educação de jovens e adultos. Tanto as crianças como os adultos indígenas faziam parte desse processo. O objetivo dos jesuítas não era apenas o de uma ação cultural e educacional, mas de propagar a fé católica, mercedores de serem salvos como pregoava a Igreja Católica. Esse processo educacional passou por várias fases de grande relevância para política social, e sua organização, dessa forma esse processo mostrou-se um sistema resistente e forte. Caseira e Pereira (2016) relatam que:

Acreditando na perspectiva de que há educações e não apenas uma educação, vislumbrar

manifestações instrutivas como princípios religiosos, normas, leis e ofícios podem e, necessitam ser consideradas como ações educativas existentes desde o começo da história do Brasil Colônia. Os portugueses religiosos aferiram aos índios (crianças, jovens e adultos) esses ensinamentos através da catequização. (CASEIRA e PEREIRA, 2016, p. 3).

Portanto, com a decisão tomada pelo ⁹Marquês de Pombal, houve a expulsão dos jesuítas das terras brasileiras, desse modo, a educação de jovens e adultos entra em decadência, ficando à margem. No ano de 1759, foi designado o fechamento das escolas jesuíticas, sendo inserida as aulas régias, que foram total fracasso, e eram mantidas pela coroa. Segundo Denny (2017):

O caos estava estabelecido. O sistema de aulas régias, com único professor e ministradas isoladamente, desfacelou a pedagogia jesuíta. Cada vez mais mal preparados, os leigos tomavam conta das escolas e das iniciativas educacionais, salvo nos seminários e casas religiosas que sobraram na colônia (DENNY, 2017 p. 2).

O ano de 1930 foi marcado pela formulação do papel do Estado no Brasil do plano educacional. A partir daí, começa a destacar a educação de jovens e adultos. Por certo, na ¹⁰Era Vargas, em 1934, cria-se o Plano Nacional de Educação, onde o Estado fica responsável pelo ensino primário gratuito e frequência obrigatória, estendendo o ensino para adultos. A Constituição de 1934, assegurava a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário público. Por outro lado, defendia que meninos e meninas tivessem grades curriculares diferentes, e que o ensino religioso fizesse parte da educação.

9 Marquês de Pombal (1770), ministro que esteve à frente do governo no reinado de D. José, rei de Portugal (1750-1777) (PEREIRA, 2019, p. 1).

10 Era Vargas foi o período da História do Brasil governado por Getúlio Dorneles Vargas entre 1930 e 1945 (FAUSTO, 1996).

Portanto, é só na década de 40 que houve algumas iniciativas políticas e pedagógicas para a educação de jovens e adultos (EJA). A partir daí, passou a engendrar e ser vista para a educação brasileira, como um “sistema diferenciado e significativo.” Desse modo, desde aquele período, a educação de jovens e adultos vem se revelando um sistema propício a avançar dia após dia. Lopes e Melo (2020) destacam que:

Durante o Estado Novo (1937-1945), todo o processo é submetido ao chamado ideário nacionalista, autoritário e populista. Nos anos de 1940, a educação passa a ser questão de segurança Nacional, pois o atraso do país é associado à falta de instrução de seu povo (LOPES e MELO, 2020, p. 135).

Vale salientar que essa política educacional surgiu com a defasagem educacional, e o surgimento da indústria no Brasil, no governo de Getúlio Vargas, e com a participação da população brasileira, surge a implantação de políticas públicas no cenário da educação de jovens e adultos. É nessa década que foram criados o fundo nacional de ensino primário; lançamento como a Campanha de Educação para Adolescentes e Adultos (CEAA). A sua influência foi de grande relevância, para a criação da infraestrutura, tanto estadual quanto municipal, para contemplar a educação de jovens.

No ano de 1946, institui-se a Campanha Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Em 1947, surge o I Congresso de Educação de Adultos (EDA) promovido pelo Governo Federal, que marcou o início da campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Também em 1947, ocorre a criação do Serviço de Educação de Adultos (LOPES e MELO, 2020. *ibidem* p. 135).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB foi estabelecida em 20 de dezembro 1961, conhecida como lei 4.024/61. Esse período teve características relevantes para a edu-

cação, como a autonomia dos órgãos estaduais, reduzindo a concentração do poder no Ministério da Educação (MEC); regulação dos Conselhos Estaduais de Educação e do conselho Federal da Educação; a obrigatoriedade da matrícula nos quatros primeiros anos do ensino primário, entres outras normas.

Art. 6º O Ministério da Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem. § 1º No desempenho de suas funções, o Ministério da Educação e do Desporto contará com a colaboração do Conselho Nacional de Educação e das Câmaras que o compõem. [...] (BRASIL, março 2017).

A LDB de 1971, promulgada como Lei 5.692, foi publicada em 11 de agosto, durante o governo militar. Nesse período, foi instituído e reformulado o ensino do 1º e 2º grau, depois de sua aprovação sumaria no Congresso Nacional. Essa nova lei dá uma organização no ensino do Brasil, havendo assim, uma mudança radical. O segundo grau passou a ter um objetivo principal: a profissionalização. As escolas, tanto públicas, como da rede privadas, deveriam ter cursos profissionalizantes.

Para além disso, o Art. 9º da Lei de número (5.692), propõe que alunos que tivessem algum tipo de deficiências físicas ou mentais, os que estavam fora da idade adequada para cursar o ensino regular de matrícula, e os alunos que forem superdotados, devem ter tratamentos diferenciados, de acordo as normas que foram fixadas pelo conselho de educação.

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, Lei Diretrizes e Base de 1971, Lei 9.394, 1996, p. 12).

A LDB atual, lei n. 9.394, aprovada em dezembro de 1996 foi de grande relevância para a educação brasileira. Em dezembro de 1996, foi aprovada para assegurar o acesso a uma educação gratuita e de qualidade para a população; garantir a valorização dos profissionais da educação; e estabelecer o dever da união dos estados e municípios com a educação pública. Com a nova lei, os níveis escolares da educação foram divididos: em Educação Básica, (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e Educação Superior (cursos superiores de graduação e pós-graduação).

O artigo 37 da Lei 9.394/96, estabelece que a educação de jovens e adultos entra em vigor, para aqueles que não puderam ter acesso e oportunidade ao ensino na idade apropriada. Com essa lei, a educação de jovens e adultos (EJA), está garantida pelos sistemas de ensino. Uma educação gratuita para pessoas acima de 15 anos, que não puderem frequentar a escola na idade apropriada.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, Lei Diretrizes e Base de 1971, Lei 9.394, 1996, p. 30).

A LDB atual 9.394/96, em relação as leis anteriores, trouxe diversas mudanças para a educação brasileira. A partir daí, o ensino fundamental passou a ser obrigatório e gratuito para todos. Assegura a criação do Plano Nacional de Educação, do Fundo Nacional do Desenvolvimento do Ensino Fundamental, incluindo creches, pré-escolas, recebendo a denominação de Educação Básica.

A utilização da música como recurso para a alfabetização e o letramento de jovens e adultos

Presente em todas as regiões do mundo, em diversos eventos e em todas as culturas, a música tem acompanhado a história da humanidade de várias formas e em diversos momentos,

“o que implica dizer que ela é, também, um fenômeno sócio-histórico” (FERREIRA, 2010, p. 47). A palavra Música tem origem grega, vem de *musiké téchne*. **Téchne**, que significa técnica, junto a **mousiké**, que pode ser interpretado como musas, fazendo alusão à força artística das musas, em referência as personagens femininas da mitologia grega que tinham a missão de agradar os Deuses do Olimpo com as várias habilidades e, entre elas, se destacava o domínio da melodia, o ritmo e a harmonia extraindo sons de instrumentos artesanais.

Para Parreiras (2012, p. 158 *apud*, Góes, 2009), um recurso que ultrapassa as barreiras do tempo e do espaço, a “música é uma linguagem dos sentimentos, é a arte de combinar os sons, composta por três elementos: ritmo, melodia e harmonia. De acordo com WEIGEL (1988), a formação da música se dá, basicamente por:

Sons – são as vibrações audíveis e regulares de corpos elásticos, que se repetem com a mesma velocidade, como as do pêndulo do relógio. As vibrações irregulares são denominadas ruído; Ritmo – é o efeito que se origina da duração de diferentes sons, longos ou curtos; Melodia – é a sucessão rítmica e bem ordenada dos sons, e Harmonia – é a combinação simultânea, melódica e harmoniosa dos sons. (*apud* SOARES; RUBIO, 2012, pág. 6).

Penna (2014), expressa que “a música é uma linguagem universal”. Porém entendemos que varia de nação para nação, como também de geração, pois cada uma tem a sua cultura e a etapa de vida. Um bem cultural que faz parte da vida das pessoas desde os primeiros passos, e é uma aliada no processo de ensino-aprendizagem, por isso está presente também nas escolas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil relata que “a música é uma das formas importantes de expressão humana, o que por si justifica sua presença no contexto da educação”. (BRASIL, 1998, v3, p. 45). Essa forma de expressar por música é tão significativa na educação Infantil e, também nas

turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Com o objetivo principal de democratizar o ensino da rede pública no Brasil, a EJA é dividida em etapas. Uma classificação comum da EJA é separar os anos do ensino fundamental, criando a seguinte categorização: Estágio I, Abrange do 1º ano e 2º ano; Estágio II, 3º ano e 4º ano; Estágio III, 5º ano, (turmas de alfabetização); Estágio IV, 6º ano e 7º ano, e Estágio V. 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental no ensino regular e o Ensino Médio.

Os sujeitos que se matriculam nas turmas da EJA, em geral, não se sentem seguros para se expressar. Trazem a concepção de que não sabem, sentindo-se inferiores, isto é muito comum em turmas de alfabetização. Alguns desafios são pontuais nessa modalidade de ensino, pois o aluno já traz em sua trajetória acadêmica as marcas de diferentes processos de exclusão social, ao mesmo tempo que enxergam no acesso à educação, meios de dar início ou continuidade ao seu desenvolvimento humano e social, e existe também as carências socioeconômicas e culturais.

Esses desafios podem ser superados a partir da transformação do ambiente escolar em um espaço de desenvolvimento e de aprendizagens múltiplas, na perspectiva de superação do senso comum pela aquisição do saber acadêmico, partindo sempre da primícia do que o aluno sabe, e valorizando sua potencialidade.

Com base em estudos sobre a música, (Swanwick 2003, *apud Pena* 2014. p. 247) afirma que a música não somente possui um papel na reprodução cultural e afirmação social, mas também potencial para promover o desenvolvimento individual, a renovação cultural, a evolução social e a mudança. Assim, ao falarmos sobre Educação de Jovens e Adultos, é primordial pensarmos no conhecimento prévio, na bagagem cultural e, sobretudo, na experiência de vida dos estudantes presentes nesse contexto,

[...] não é somente no âmbito afetivo ou por sua utilização como recurso didático que a música apresenta fortes relações com o processo educacional. [...] a música nos cerca de várias formas e em diversos momentos, o que

implica dizer que ela é, também, um fenômeno sócio-histórico. Canções veiculam ideias e sentimentos de indivíduos que, invariavelmente, estão inscritos em um contexto sociocultural e histórico. Assim, ao transmitir ideias e emoções, ela expressa também cultura (Ibid., p. 42).

Desde modo, é necessário pensar em reestruturação, a fim de fomentar a criação de práticas significativas. Assim, o uso da música na perspectiva de Ribeiro (2001, p. 59, *apud* Tondato, 2014, p. 13) “é uma das propostas pedagógicas que privilegiam a construção do significado e não apenas os mecanismos de decodificação de letras”. Ter conhecimento sobre as propriedades da música, ensina os alunos sobre o que sentir sobre si e sobre os outros; e, nesta troca de sentimentos, é importante destacar que a música age reflexivamente nas diversas áreas do desenvolvimento cognitivo, social, motora e afetiva, levando o aluno a uma postura mais expansiva e afetiva.

Além desses benefícios, outro que merece destaque é o aperfeiçoamento da cognição e da linguística, uma vez que, de acordo com Weigel, (1988):

[...] os diversos estímulos que as experiências musicais proporcionam o desenvolvimento intelectual é um caminho seguro. É tão seguro quanto o desenvolvimento linguístico, já que a música cantada tem como principal o som das palavras, que devem ser pronunciados de forma correta, respeitando sua língua de origem, obrigando assim um conhecimento gramatical e da língua envolvida que por sua vez desenvolve a linguagem oral, importante na comunicação das pessoas. (*apud* SOARES; RUBIO, 2012, pág. 13).

Portanto, o uso da música como instrumento didático, de forma lúdica e prazerosa no processo de aquisição da leitura e da língua escrita de Educação de Jovens e Adultos, corroborará para o processo de alfabetização a partir dos benefícios que a mú-

sica proporciona, e a influência que opera no desenvolvimento e funcionamento cerebral. Para Freire (1994), a alfabetização não se limita, apenas, ao processo de decodificação das palavras, vai além do processo puro de ensinar as habilidades de leitura e escrita. Conforme afirma:

[...] não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE 1994, p. 11).

Neste sentido, a presença da música na conjectura de sala de aula privilegia a construção do significado, e não apenas os mecanismos de decodificação de letras. Ferreiro (2007, p. 13) enfatiza que a principal vantagem que obtemos ao utilizar a música é proporcionar “um segundo caminho comunicativo que não o verbal – mais comumente utilizado”. Outro aspecto para sua utilização, é o fato de os alunos vivenciarem sentimentos e experiências.

A música quando bem contextualizada é capaz de provocar uma profunda identificação por parte do indivíduo. Podemos trabalhar primeiro o contexto das letras de músicas e, a partir daí, o adulto, recontar fatos, cheiros, memórias que a música traz. Essa reconexão é uma produção textual oral do adulto, tratando assim, do campo do letramento, pois conforme afirma Magda Soares (2017), alfabetização e letramento são indissociáveis:

Não são processos independentes [alfabetização e letramento], mas interdependentes e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se *no contexto de e por meio de* práticas de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode de-

senvolver *no contexto da e por meio da* aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2017, p. 45).

A dependência entre os dois processos é importante em quaisquer modalidades de ensino, pois, ambos se consolidaram no processo de aprendizagens. No trabalho pedagógico, todo esse “efeito musical”, segundo Capella et al. (2018) “pode ser obtido por meio do uso das palavras geradoras - palavras significativas e presentes no cotidiano dos alunos - e que podem ser encontradas nas letras das músicas”.

A palavra geradora consiste numa metodologia freiriana que atuava na perspectiva de ratificar o analfabetismo, nas classes de EJA. Para tanto, ele debatia sobre a necessidade do uso do lúdico e do dinâmico, nessa modalidade de ensino que, por muitas vezes, ficam apenas nas classes alfabetizadoras, com o público-alvo, de crianças. Ferreiro (2011) pontua que:

[...] utilização de recursos audiovisuais tem a função de dinamizar o ensino, proporcionando ao aluno uma maior interação e aprendizagem. É relevante ressaltar que o uso de diferentes metodologias são apenas meios que facilitam o processo de ensino aprendizagem, visto que uma vez não bem trabalhados não passará de uma aula sem motivação e monótona e nesse momento a figura do educador faz toda a diferença. (FERREIRO, 2011, p. 52).

Analisar a musicalização como um instrumento para alfabetização é refletir que uma canção, que faz parte de suas experiências de vida, sirva como palavras geradores para a discussão, além do enriquecimento e descoberta dos processos de alfabetização. Como, postula Freire (*apud*, Idem 2017) “só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido”.

Trabalhar, concomitantemente, as letras das músicas, seus sons, melodias e contexto histórico-cultural, ajuda e fixa o trabalho pedagógico, de maneira a levar o aluno a construir uma relação com a sociedade. Por meio do ‘papel’ da música naquele contexto em que foi construída, e as mensagens nas entrelinhas, reforçam o reconhecimento de si, uma vez que ele enxerga a sua realidade impressa no papel ou cantada, e dos outros na construção sociocultural.

Reiterando assim, o pensamento de Soares e Rubio, (2012) sobre “a relevância da música ser apresentada e estudada como matéria em si, como linguagem artística, forma de expressão e um bem cultural”. As autoras citam ainda que “o aluno tem direito de conhecer e construir uma visão sobre ela e, por meio dela, buscar sua identificação e lugar na sociedade, já que muitas vezes, a música representa um grupo, um espaço de manifestação social”.

Uma vez que os educandos da EJA são jovens, adultos e idosos repletos de experiências e histórias de vida para compartilhar, devemos considerar uma formação docente específica, que saiba atuar e mediar as situações de aprendizagem, bem como, metodologias, didáticas e conhecimentos coerentes com essa realidade.

Considerações finais

A musicalidade sempre esteve, intrinsecamente, ligada à vida das pessoas, despertando sensações diversas nos sujeitos. A música é um recurso que contribui de forma significativa para o desenvolvimento cognitivo e emocional da pessoa humana. É por meio, da musicalidade vivida e sentida intensamente, que o aluno pode obter um desenvolvimento significativo no seu processo de ensino e aprendizagem. Assim, entendemos que utilizar o recurso da música, como instrumento didático no ensino, permite vivências construtivas para a sala de aula.

A utilização de recursos audiovisuais tem a função de trazer o lúdico ao processo de ensino, proporcionando ao aluno uma maior interação e aprendizagem. É relevante ressaltar que o

uso das diferentes metodologias de ensino são meios que facilitam o processo de ensino aprendizagem. Entretanto, se não bem trabalhados, não passarão de uma aula comum, sem motivação e monótona. É nesse momento que a figura do educador faz toda a diferença.

Levar o aluno a perceber que a musicalização pode favorecer sua aprendizagem, e que isso pode relacionar-se com sua alfabetização, com sua leitura de mundo, é o papel do professor (enquanto direcionador dessa compreensão de visão de música, de escrita e de mundo). Por fim, dessa maneira, compreendemos que não há um método de alfabetização fixo que seja melhor ou pior, mas que deve ser escolhido pelo professor, a partir das necessidades de seus alunos, respeitando os estágios de desenvolvimento.

Referências

BRASIL. **Constituição de 1988**: texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional De Educação, Conselho Pleno Resolução CNE/CP Nº 2**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 27 de jan. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000: **Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em 15 de out. de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

leis/19394.htm. Acesso em: 13 de maio de 2021.

CAPELLA, Leandro; BLANCO Andressa; BISPO, Ramos. **Pedagogia crítica: música e alfabetização em pauta**. Disponível em: <https://conicsemesp.org.br/anais/files/2018/1000000035.pdf>. Acesso em 10, junho de 2022.

CASEIRA, Veridiana, Alves. PEREIRA Vilmar. **História da Educação de Jovens e Adultos: Encontros com a Educação Popular**. Revista EJA em Debate, IFSC, ano 5, N. 7, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2096>. Acesso em: 18/05/2022

DENNYS, Cristian Costa Santos. **Resumo da história da educação no período pombalino**, 2017. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/resumo-da-historia-da-educacao-no-periodo-pombalino/38741/> Acesso em :18 março de 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

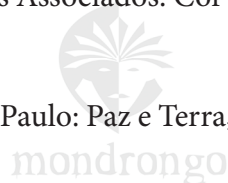
FERREIRA, Martins. **Como usar a música na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 20^a. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓES, Raquel Santos. **A música e suas possibilidades no desenvolvimento da criança e do aprimoramento do código linguístico**, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/udescvirtual/article/view/1932>. Acesso em: 10 junho de 2022.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens Adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p, 110-115, 2000.

LOPES, Eliete Borges; MELO, Sandra Maria Alves Barbosa. **Um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: <https://revista.institutoiesia.com/wp-content/uploads/2020/11/12-UM-BREVE-HISTORICO-DA-EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-NOSandra-Maria.pdf>. Acesso em: 18, maio de 2022.

PENNA, Maura. **Música (s) e seu ensino** / Maura Penna 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. 247p.

PEREIRA, Gustavo. **O perfil do Marquês de Pombal e as disputas em torno das impressões sobre o passado pombalino**. ANPUH, Brasil, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564845754_ARQUIVO_textocompleto-gustavopereira.pdf. Acesso em 11 junho 2022.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. Ed.- São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES; M. Aparecida. RUBIO, J. de A. Silveira. **A Utilização da Música no Processo de Alfabetização**, 2012. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/maura.pdf>. Acesso em 10 junho de 2022.

TONDATO; Eulália de Fátima Andrade. **A música como ferramenta no processo de alfabetização de alunos da educação de jovens e adultos (EJA), modalidade educação especial.** 2014 Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uel_eulaliadef. Acesso em 15, junho de 2022.



mondrongo

Capítulo 5

O legado de dona Sila no município de Lafaiete Coutinho – BA: identidade, cultura e tradição¹¹

Bruna Vitoria Nascimento Nogueira

Gabriel Pitanga de Sousa Nogueira

Paulo Roberto Nogueira Silva

Introdução

Esta investigação busca compreender como Tercília Luiz da Silva (dona Sila) exerceu seu ofício de fabricar produtos com argila: panelas, pratos, potes para água, caqueiros, torradeiras, moringas de barro, bebedouros para pássaros e fogareiros, no município de Lafaiete Coutinho-BA. Utilizamos a metodologia da História Oral para dar o aporte na construção da escrita do trabalho de pesquisa.

Autores como Le Goff (1990) enfatizam que “a história oral é uma história construída em torno de pessoas, ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”. Nesse viés, analisamos a identidade de dona Sila, que viveu e tirou o seu sustento e de suas filhas, desenvolvendo atividades laborativas, enfrentando as disputas de etnia, de gênero, criando formas de resistência.

Dona Sila desenvolveu o seu ofício no município de Lafaiete Coutinho, confeccionando produtos de argila, e com esta atividade, criou suas filhas. Reconstituímos a identidade desta mulher, enfatizando a liderança feminina exercida por ela, e reafirmando a identidade étnico-racial, de gênero e laboral nas comunidades rurais dos povoados do ¹²Marimbondo e do Morro.

11 Este trabalho foi apresentado no 10º CEISAL – Congresso Internacional do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais da América Latina, em 13 de junho de 2022, na Universidade de Helsinque, Finlândia.

12 Marimbondo e Morro são dois povoados que pertencem ao território do município de Lafaiete Coutinho / Bahia, distantes a 10 e a 08 km respectivamente da cidade (CARVALHO, 2019).

Verificamos a luta das mulheres para vencer dificuldades em uma sociedade branca, de modelo patriarcal, que de certa forma, assegura a posição social entre grupos com privações de direitos, segregações e silenciamentos. Nesta perspectiva, surge a pergunta: a condição de mulher negra estabelecida na imagem de submissão, seria um marcador das heranças históricas arraigadas oriundas do processo de colonização do Brasil?

Dona Sila exerceu suas atividades laborativas focando na produção artesanal de peças de cerâmica, utilizando a argila como matéria prima, com o objetivo de prover a subsistência de sua família, e também para a manutenção deste legado que é considerado uma tradição milenar e afro brasileira. Por não ter sido alfabetizada, e de classe social desfavorecida, torna-se um marcador para essa mulher não cair no esquecimento das memórias.

A condição de trabalhar com produtos de cerâmica, desenvolvendo a atividade no cotidiano, produzindo peças, a reconheceu como mestra da cultura popular. Conhecimento adquirido desde cedo, quando contraiu matrimônio com o Sr. Joaquim Sebastião dos Santos. Após ficar viúva, continuou exercendo o seu ofício para prover o seu sustento e, também de suas duas filhas: Maria do Carmo Luiz da Silva e Maria de Lourdes Luiz da Silva. Confeccionando seus produtos com argila, transportando com o auxílio de ¹³tração animal, e comercializando nas feiras livres das cidades de Lafaiete Coutinho e de Itiruçu.

Dona Sila faleceu no ano de 2011, com 89 anos de idade e hoje é reconhecida pelas comunidades dos povoados do Marimbondo, do Morro e da cidade de Lafaiete Coutinho, por ter exercido uma atividade laborativa popular, embora inviabilizada por grupos hegemônicos, de família patriarcal branca da cidade.

Percurso teórico metodológico



Reconstituir a história, a cultura e a tradição de dona

13 Tração animal refere-se ao transporte em lombos de burros e cavalos. Este meio de transporte foi bastante utilizado pelos moradores do município de Lafaiete Coutinho, isso ocorreu pelo fato de não existir estradas em boas condições de tráfego.

Sila requerem a busca do aporte da História Oral, narrada pelas pessoas das localidades dos povoados do Marimbondo, do Morro e da cidade de ¹⁴Lafaiete Coutinho. Neste sentido, recorreremos a memória coletiva. Halbwachs (1990, p. 86) enfatiza que toda memória coletiva tem, por suporte, um grupo limitado no espaço e no tempo. Não pode se concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que eles guardavam a lembrança.

Recorreremos, também, aos testemunhos de memórias individuais que se constituem para completar o que já se sabe sobre a história de vida de dona Sila. A História Oral tem contribuído de forma crucial, propiciando informações através dos sujeitos que narram as histórias de vida para reconstituir as tradições e os legados. Le Goff (2003, p. 447) pontua que a memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças a sua semelhança com as passadas.

Nesta perspectiva, referimos as fontes orais como aporte para fazer a investigação com subsídios de entrevistas com pessoas da comunidade, sobretudo, as mais idosas, moradores antigos que presenciaram o desenvolvimento das atividades desenvolvidas, e remetem à memória social sobre a vida dessa mulher nas localidades.

As fontes orais, e o diálogo entre a história e a antropologia, contribuem com as bases teórico-metodológicas, considerando a necessidade de compreender as histórias de vida dentro de uma vida estruturada pela cultura que, de acordo com Laraia (2009), é um processo acumulativo, resultante das experiências históricas das gerações anteriores. O autor cita ainda que, trata-se portanto, de disposições legais e pressupostos entendidos como disposições resultantes do vivido e percebido pelos grupos da comunidade em estudo. Estudos de Hall (2003) mostram a cultura, os valores, os costumes e as mentalidades. Aquilo que define o seu modo característico de vida.

14 Lafaiete Coutinho refere-se a um município do Estado da Bahia, que foi emancipado pelo, então governador, o general Juraci Montenegro Magalhães, em 20 de fevereiro de 1962 (NOGUEIRA, 2004, p. 36).

Para reconstituir a história de dona Sila, recorremos a História Oral, e utilizamos da coleta de dados das pessoas das comunidades onde ela atuou desenvolvendo suas atividades. Alberti (1990) pontua que, a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram. Histórias que, de outra forma, não seriam conhecidas, pois conta a vida de grupos considerados minorias invisibilizadas ao longo da história.

Pollak (1992) enfatiza que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente. E para Halbwachs (1990) tudo se passa aparentemente como se a memória tivesse necessidade de se descarregar, quando aumenta a quantidade dos acontecimentos de que se deve lembrar.

Recorremos aos critérios de análise de raça/etnia/gênero e posição familiar. O legado deixado por dona Sila, que ensinou o seu ofício para suas filhas, sem deixar perder essa tradição afro-brasileira e que conseguem, através de suas atividades laborativas, os seus sustentos. Além de uma de suas filhas fazer apresentações, ensinando o ofício e cantando cantigas, recebendo o aporte da Diretoria de Cultura do município de Lafaiete Coutinho, para se deslocar para outras cidades. Histórias de vidas que são reconstituídas que, de outra forma, não seriam conhecidas, pois conta a vida de grupos minoritários, invisibilizados e, às vezes, silenciados por uma sociedade patriarcal, branca e eurocêntrica, oriunda do período colonial brasileiro.

A trajetória e o legado deixado por dona Sila, estão na memória de muitas pessoas dos povoados do Morro, do Marimbondó e da cidade de Lafaiete Coutinho, mas com o tempo podem ser apagadas e esquecidas. Ortiz (2006) relata que a memória nacional e a identidade brasileira são construções simbólicas que dissolvem heterogeneidade das culturas populares na homogeneização e narrativa ideológica. Neste viés, devemos pensar as identidades, a partir de grupos minoritários, buscando suas narrativas, seus significados e suas experiências, reconstituindo a história a partir de

vários olhares. Hall (2005) pontua que a identidade étnica vai se reconstruindo e se reconfigurando ao longo do processo histórico.

Nesse sentido, dona Sila construiu sua identidade nas relações étnicas, nas formas de luta e, também de resistência, que se expandiu nas localidades do Morro, do Marimbondão e de Lafaiete Coutinho. Recorremos aos estudos sobre etnicidade que se referem aos grupos, ou, mais exatamente, aos povos e suas construções. Estudos de Poutignat e Streiff-Fenart (1998) mostram que a etnicidade, então, refere-se aos grupos, ou, mais exatamente, aos povos, que são nações potenciais, situadas em um estágio preliminar na formação da consciência nacional. Os autores citam ainda que a etnicidade é um modo de identificação em meio a possíveis outros, ela não remete a uma essência que se possua, mas a um conjunto de recursos disponíveis para a ação social (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998, p. 166).

Além de ouvir as pessoas que conviveram com dona Sila, e que contam e recontam histórias que presenciaram, e até mesmo histórias ouvidas pelas mães e pelas avós, as histórias estão também nas memórias das pessoas mais velhas, de antigos moradores. E, estas foram obtidas através de registros escritos pelas falas dos colaboradores das comunidades.

A história local utiliza de fontes documentais encontradas nos arquivos de familiares de dona Sila. E, a História Oral contribui de forma crucial para angariar informações, pois através da oralidade, o pesquisador consegue buscar dados e fatos novos e importantes, que não são encontrados e registrados em escritos. Thompson (1992) pontua que a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.

A utilização de métodos e técnicas da História Oral tem o objetivo de trazer a história para dentro das comunidades e extraí-la de dentro delas para uma melhor compreensão do que de fato realmente aconteceu. A História Oral tem se revelado útil na reconstituição de vivências, saberes e experiências no cotidiano, fornecendo dados importantes para subsidiar na compreensão de

processos históricos. A memória das pessoas das comunidades tem uma crucial importância para fazer os relatos, evidenciando os fatos coletivos. Para Halbwachs (1990) a memória coletiva é um grupo de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo.

Recorreremos aos legados tradicionais, legados considerados ancestrais que fazem com que os grupos se sintam representados no passado. Hobsbawn (1984), enfatiza que “o estudo das tradições esclarece as relações humanas com o passado”. O autor cita ainda que “através das tradições, ocorrem as transmissões de costumes, comportamentos e memórias para as pessoas de uma comunidade, e fazem parte da cultura desse povo”.

Por fim, a reconstituição das memórias de dona Sila torna-se relevante, por se tratar de um grupo minoritário, que apesar das tentativas de invisibilidade por parte dos grupos hegemônicos, deixa seu legado contribuindo muito com a cultura popular.

Os relatos orais dos antigos moradores do município de Lafaiete Coutinho

Dona Sila exerceu seu ofício nas comunidades do Morro, do Marimbondo e de Lafaiete Coutinho, desenvolvendo as suas atividades laborativas, deixando seu legado e, ao mesmo tempo, provendo o sustento de sua família. O trabalho desenvolvido por ela é reconhecido como legado afro-brasileiro, por manter a tradição da confecção de panelas, pratos, potes para água, caqueiros, torradeiras, moringas de barro, bebedouros para pássaros e fogareiros, todos confeccionados com argila. O entrevistado 1, de 63 anos relata que:



Conheci Dona Sila, ela levava alunos pra casa dela. Ela era muito atenciosa, dava a oficina na fabricação de panelas e, ainda fazia comida para a turma. Ela vivia economicamente da fabricação de panelas. Me lembro que, ain-

da garoto, via ela vendendo os seus produtos na feira livre de Lafaiete, e a panela era um dos principais produtos que ela tirava o seu sustento. Deixou um conhecimento bastante rico, apesar que é uma profissão em declínio, mas fez a sua parte, ensinando as filhas e neto que ainda, se caso houver necessidade, eles quando requisitados, fazem oficinas de construção de panelas de barro e, ainda acompanhando com cânticos de trabalhos. Dona Sila (*in memoriam*) e Maria do Carmo (sua filha) são muito queridas na região pelo trabalho na cultura popular.

Fica evidenciado na narrativa do entrevistado 1, que o ofício desenvolvido por dona Sila foi considerado crucial, porque, além de se tratar de uma cultura popular, ela retirava dele o seu sustento e de suas filhas. Utiliza-se o barro (argila) como matéria prima para a confecção dos produtos e a transmissão do conhecimento, que se dá de forma oral, sendo passado de mãe para filha, de geração para geração, que preserva o legado afro-brasileiro, e cria essa identidade de matriarca, que provê a subsistência de suas filhas e seu neto. A entrevistada 2, de 56 anos, enfatiza que:

Conheci dona Sila através de DuCarmo, sua filha. Conheci na feira de Lafaiete Coutinho e painho comprava panelas na sua mão. Dona Sila criou suas filhas vendendo panelas na feira, viajava do Marimbondo para a feira de Lafaiete e, também para a feira de Itiruçu. Ela viajava para vender seus produtos na feira. Dona Sila criou suas filhas e elas aprenderam o ofício de confeccionar panelas, ficou viúva e criou suas filhas sozinhas. O ofício foi passado de geração para geração. Dona Sila aprendeu seu ofício com sua mãe e ensinou suas filhas.

Na fala da entrevistada 2, fica nítido que a transmissão do conhecimento é passada de mãe para filha, dentro do seio fa-

miliar de forma oral, aperfeiçoando no dia a dia e, que esse ofício tornou-se o meio de sobrevivência da família de dona Sila. A entrevistada pontuou também que, os produtos confeccionados eram vendidos por dona Sila nas feiras livres das cidades de Lafaiete Coutinho e Itiruçu. A utilização do barro na confecção dos produtos também demonstra uma ligação com a natureza e a maneira simples que dona Sila viveu no dia a dia. A entrevistada 3, sua filha, pontua que:

Minha mãe desempenhou o ofício de fazer produtos com barro. Ela fazia panelas, pratos, potes para água, caqueiros, torradeiras, moringas, bebedouros e fogareiros. Ela retirava o barro, a argila da terra, depois fazia as peças. Ela usava para moldar as peças um sabugo de milho, uma faquinha, uma pele de animal e uma palheta. Depois de dar forma, levava tudo para um forno que era feito de barro. Usava a lenha, que era retirada do mato, aqui mesmo do Marimbondo, para esquentar o forno. No dia de sábado, ela viajava comigo e com minha irmã, em dois animais, uma semana ia para a feira de Itiruçu, e na outra, ia para a feira de Lafaiete Coutinho, para vender os produtos. A gente acordava de madrugada. A vida era muito difícil, mas minha mãe me criou e, também criou minha irmã, com muita dificuldade. Fazia tudo com muita dedicação, com amor e carinho. tirava nosso sustento da fabricação dos produtos feitos com barro. Vencemos a vida dessa forma, graças a Deus.

Percebemos na narrativa da entrevistada 3, que o ofício desenvolvido por dona Sila, era realizado de forma simples, com amor, carinho, dedicação e, sobretudo, com maestria. Com o manuseio do barro retirado do solo, era trabalhado com utensílios usados por ela, para dar a melhor forma possível as peças, ornamentando e dando mais qualidade aos seus produtos.



Dona Sila (ao fundo de blusa amarela e boné) utilizando o forno para produzir produtos de cerâmicas, com a ajuda de dois assistentes. Fonte: Arquivo da família da pesquisada (2021)

Ademais, dona Sila tirava seu sustento, e também de sua família, do ofício que desempenhava. Com muita dificuldade, viajando para as sedes das cidades de Itiruçu e Lafaiete Coutinho, para vender seus produtos nas feiras livres, utilizando-se de tração animal para se deslocar com suas filhas, ainda muito pequenas, pois não tinha com quem deixar, porque ficou viúva muito cedo. Essa atividade desenvolvida por dona Sila era feita com muito amor e carinho, por isso tornou-se mestra da cultura popular.

Por fim, há de se pensar que o ofício desenvolvido por dona Sila reconstituiu o sentimento e os traços culturais, sua etnia e sua pertença, de mulher negra, valorizando a tradição e a cultura popular. Neste sentido, construiu a sua identidade nas relações étnicas e nas formas de luta e resistência que se expandiu nos povoados do Morro, do Marimbondo e na cidade de Lafaiete Coutinho, Estado da Bahia.

Considerações finais

Este estudo retrata que o trabalho desenvolvido por dona Sila é um ofício de relevância social, que permitiu, dessa forma,



construir a identidade de uma mulher de classe social menos favorecida, mulher negra, deixando o seu legado, sendo reconhecida por um trabalho que tem tradição afro brasileira. A investigação apresenta relevância social, porque se propõe reconstituir pelas memórias das comunidades do Morro, do Marimbondo e de Lafaiete Coutinho, a história dessa mulher, para não cair no esquecimento.

Nesse sentido, ressaltamos que a preservação das memórias da população é de fundamental importância para o seu desenvolvimento e manutenção. Os registros dos feitos históricos e da cultura local é primordial para a reafirmação da identidade de um povo. Dona Sila criou formas de resistência, criando suas filhas com muitas dificuldades, enfrentando perigos com seus deslocamentos nas madrugadas, muitas vezes frias, devido ao clima da região, para vender seus produtos nas feiras livres, tirando o seu sustento e de suas filhas com muita dignidade.

É evidente que a história dessa mulher é entrelaçada na dureza do seu cotidiano, das suas mãos calejadas, das marcas de expressão na sua face, demonstrando, dessa forma, a força e a resistência de quem não fugiu da labuta diária para prover a sua subsistência e, também de suas filhas. E que não abandonou a luta imposta pelas questões sociais de desigualdades, e falta de melhores oportunidades. Exerceu seu ofício, sendo a única provedora do seu sustento, carregando nos seus ombros as atividades laborativas diárias com o trabalho de confecção de produtos de barro (argila) e a função de chefiar a sua família.

O trabalho desempenhado por essa mulher, também almeja o ideal de liberdade da força de trabalho da mulher, independente do homem ou dos padrões familiares socialmente impostos pela cultura vigente, patriarcal e machista. Há que se pensar que dona Sila aprendeu o ofício naturalmente, e, com a prática, o trabalho de confeccionar seus produtos, acabou desenvolvendo técnicas apuradas de fabricação de panelas, pratos, potes para água, caqueiros, torradeiras, moringas de barro, bebedouros para pássaros e fogareiros, todos esses produtos confeccionados com a argila.

Este trabalho foi desenvolvido por essa mulher sem co-

nhecimento acadêmico, mas que aprendeu no dia a dia com este ofício simples, belo, singelo e, sobretudo, feito com muito amor, carinho e dedicação.

Referências

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

CARVALHO, Jonas Gomes de. **Lafayette: História e Mitos**. Ibicaraí: Via Litterarum, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1950/1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte. Ed. UFMG; Brasília, DFUNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva: DP&A Editora. 7ª edição. São Paulo. 2005.

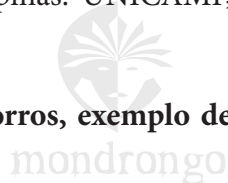
HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. P. 9-29.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LE GOFF. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 2003.

NOGUEIRA, Alcides Prado. **Vila de Três Morros, exemplo de uma vida**. Jequié: Gráfica Lelian, 2004.



ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Volume 5, Nº 10, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



Capítulo 6

A trajetória educativa da população afrodescendente entre os anos 1990 a 2010 no município de Jequié – BA

Kelly Gomes Almeida

Telma Gomes Borges de Almeida

Introdução

O presente estudo apresenta o resultado de uma pesquisa acerca da trajetória educativa da população afrodescendente entre os anos de 1990 a 2010, no Colégio Estadual Dr. Milton Santos (colégio quilombola) em Jequié – BA. Buscamos compreender as dinâmicas, os conflitos e as vicissitudes vividas neste percurso, de alunos oriundos de famílias afrodescendentes, pertencentes a um grupo étnico, que protagonizou a história desse país.

Neste sentido, a investigação se justifica, permitindo analisar a trajetória histórica dos estudantes do colégio quilombola. Diante disso, surgiu então a problemática: como os afrodescendentes jequeienses se veem representados no Colégio Estadual Dr. Milton Santos?

Refletir acerca do povo afrodescendente na construção do processo educacional no município de Jequié, especificamente, pretendeu-se analisar a presença e a vivência de alunos negros no Colégio Dr. Milton Santos. Reconstituindo, a partir de estudo histórico, as raízes africanas (memórias negras no campo da educação) ilustrando assim, o grau de representatividade afrodescendente no colégio, mostrando como esses jovens se identificam com o espaço educacional onde estão inseridos. Analisando de que maneira o colégio auxilia os alunos na construção de suas identidades, e ofertando a eles a cultura afro-brasileira de forma plural.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), ao publicar os dados da realidade educacional do negro, justifica que eles:

Contribuem para existir o caráter estrutural das desigualdades raciais no país, revelando a duplicidade da configuração social brasileira nas suas clivagens social e racial. Os grupos raciais subalternizados, que na expressão das informações censitárias e de pesquisas domiciliares cristalizam-se nas categorias de cor ou raça preta, parda e indígena, padecem de uma precária inserção social ao longo dos 120 anos. Esta precária inserção social não é explicada pelo ponto de partida, mas pelas oportunidades diferenciadas a eles oferecidas. (IBGE 2008 p. 209).

Neste sentido, o estudo acerca da trajetória educacional dos estudantes negros no município de Jequié, no Colégio Estadual Dr. Milton Santos, promove uma análise de toda a sua experiência histórica, uma vez que se nota, como marca da sociedade brasileira, o imenso reacionarismo com relação à população de africanos e afros descendentes.

Buscamos o aporte de documentos e pesquisas realizadas e publicadas pelo Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus de Jequié, para subsidiar a pesquisa. O objeto deste estudo centrou-se nos jovens estudantes afrodescendentes do Colégio Estadual Dr. Milton Santos, buscando compreender as vivências, as trajetórias educacionais, as relações sociais, as necessidades e os anseios destes jovens estudantes.

Percurso teórico metodológico

Para reconstituir a trajetória educativa da população afrodescendente entre os anos de 1990 a 2010 no município de Jequié, no Colégio Estadual Dr. Milton Santos, recorreremos aos estudos acerca da etnicidade. Goicoechea (2011, p. 237) relata que etnicidade é um produto humano, social, que mostra propriedades sistemáticas e tem a capacidade de organizar-se sistematicamente, referindo as interrelações entre as partes.

Poutignat e Streiff- Fenart (1998), enfatizam que “etnicidade é um elemento das negociações explícitas ou implícitas de identidades sempre implicadas nas relações sociais”. Ser estudante negro de um colégio quilombola, inserido na zona periférica da cidade de Jequié, remete a algumas preocupações inseridas no contexto da sociedade brasileira. Especialmente, quando há relatos das marcas sociais e relações inseridas no contexto da sociedade.

Para Barth (1997) “etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função da sua origem”. No caso específico do Colégio Estadual Dr. Milton Santos, a maioria dos estudantes é de origem afro-brasileira (negros e pardos), residentes no Posto Manoel Antonio, no Barro Preto, no Joaquim Romão e na Caixa D’água, todos bairros populares da cidade de Jequié.

Barth (1997) pontua que “o sentimento de pertença ou de uma identificação com um grupo étnico, pelos membros de uma coletividade, de sociedade indica para a aceitação aos modelos da coletividade”. Goicoechea (2011, p. 243), relata a etnicidade como princípio ordenador que pode estruturar algumas parcelas da vida social para determinadas situações, sendo que outros sistemas de referência, não necessariamente indenitários, podem ser os princípios ordenadores preferentes da experiência das pessoas e da coletividade.

Para estudar a categoria Identidade Étnica e Cultural dos estudantes do Colégio Estadual Dr. Milton Santos no município de Jequié, buscamos o diálogo com Hall (2005) que afirma que “a identidade étnica vai se reconstruindo e se reconfigurando ao longo do processo histórico”. Balibar (1996) enfatiza que “a noção de identidade se torna mais concreta, quando analisada a partir do prisma de pertencimento, haja vista que a representação ‘do nós’ cruza com ‘o eu’ do sujeito para entrar em comunicação como o outro”.

Paul Ricoeur (2006, p. 118) pontua que, a presença da identidade, uma história de vida se mistura a dos outros [...]. O embaralhamento das histórias, longe de se constituir uma complicação secundária, deve ser considerada a experiência principal do

assunto: primeiramente embaralhamento nas histórias, antes de qualquer questão de identidade narrativa ou outra”.

Os estudantes do Colégio Estadual Dr. Milton Santos criaram sua identidade de jovens inseridos em uma comunidade quilombola, de perfil sócio econômico baixo, mas que vêm na educação uma forma de mobilidade social, uma ascensão através dos estudos.

Estudos de Munanga (1999 p. 23) mostram que, a identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição do negro, em dizer, de cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro. A fidelidade repousa numa ligação com a terra-mãe, cuja herança deve, custe o que custar, demandar prioridade. A solidariedade é o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los e a preservar nossa identidade comum. Por fim, constatamos que a trajetória dos estudantes afrodescendentes no município de Jequié, do Colégio Estadual Dr. Milton Santos está ligada ao pertencimento étnico e cultural desse alunos, com a origem afrobrasileira

A implementação da Lei 10.639/2003

A Lei 10.639 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 09 de janeiro de 2003, tendo como signatário, o então ministro de Estado da Educação, o Dr. Cristovam Buarque. Segundo Monteiro (2003), “a Lei 10.639/2003 vincula-se também ao quadro de mudanças pelas quais o país vem passando no campo das representações sobre relações raciais brasileiras”. O autor cita ainda que, “essa mudança foi gestada, ao longo dos últimos 50 anos”. Foram necessários 115 anos de lutas para a implementação de uma lei mais elaborada, que contempla e faz reparações de perdas históricos de um grupo étnico, que contribuiu muito com a formação do Brasil.

A lei 10.639/2003 altera à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, por entender e com-

preender a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais. A partir de então, tornou-se obrigatório a inclusão, no currículo das escolas de Ensino Fundamental e Médio (públicas e privadas), o estudo da História e Cultura Afro-brasileira. A lei propõe ainda que, os calendários escolares incluam o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

{...} Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (Lei 10.639/2003).

A partir de sua implementação, a lei 10.639/2003 corrobora com políticas afirmativas de reparação para contemplar afro-brasileiros que tiveram perdas históricas ao longo de mais de 350 anos de escravidão. Neste sentido, a lei 10.639/2003 busca democratizar um dos maiores bens que um povo pode ter: o acesso a sua verdadeira história através da educação, reconstituindo a contribuição da raça negra nas áreas socioeconômicas, política e cultural no cenário brasileiro.

O negro só aparecia no ensino da História do Brasil ligado a elementos pejorativos e depreciativos, tais como: sujo, sem alma, inferior, correlacionados com a sua condição de escravizado. Mas,

essa não é a única face que a História realmente possui, trata-se apenas dos discursos dos grupos hegemônicos, dos detentores do poder político e econômico, que, por muito tempo, foram os únicos capazes de contar uma versão da história.

A História do Brasil, contada nas escolas, não respondia ao elo existente entre patriotismo e consciência negra, pois o papel do negro sempre esteve atrelado ao da escravidão, isto é, ao modo de produção escravista. Os livros didáticos utilizados nas aulas traziam, em sua grande maioria, uma África sem passado, sem história própria, sendo retratada apenas como um país e, não como um continente atualmente com 54 nações independentes, com muitos idiomas, dialetos, e com uma grande diversidade cultural que muito contribuiu e contribui com o Brasil. Gadotti (1992) afirma que:

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser intencional e intercultural como ponto de chegada. {...} Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa, sobretudo, diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais. (GADOTTI, 1992, p. 23).

De acordo com Gadotti, não há melhor lugar para a discussão do negro na história do Brasil, que a sua presença nos bancos escolares. Em um momento que o ideário político brasileiro entendia ser a escola o espaço propício para forjar o projeto de país que se quer.

Percebemos que a partir da implementação da Lei 10.639/2003, o acesso aos estudos acerca do continente africano e do povo afrodescendente ficou mais democrático, com o aporte

por parte do poder público em ações, e a oferta de políticas públicas para subsidiar as escolas quilombolas. O Colégio Estadual Dr. Milton Santos, atualmente, é reconhecido como uma instituição escolar quilombola e a partir desse reconhecimento começou a receber recursos oriundos da Fundação Palmares, para subsidiar uma melhor oferta de uma educação para seus alunos.

O município de Jequié e a implementação do Decreto Nº 8.559/2006

Em Jequié, no ano de 2006, um Decreto Municipal de Nº 8.559/06, foi promulgado, pelo então chefe do Executivo, o professor Reinaldo Moura Pinheiro. A partir do marco legal, a lei criou o núcleo de estudos sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e de gênero no município. Souza (2018, p. 28) relata que a implementação do decreto contou com a participação da sociedade civil, e não se deu somente em diálogos entre Executivo e movimento negro, mas também entre docentes das redes municipal e privada; pais e mães de discentes; organizações religiosas; dirigentes escolares, e com o Legislativo Municipal.

As discussões para a implementação do Decreto nº 8.559/2006 contou, também, com a colaboração do ODEERE/UESB, e do grupo Mocombodara, com o objetivo de incluir e valorizar a identidade negra, com o intuito de acrescentar aos currículos escolares os conteúdos de História e Cultura Brasileira e Africana na rede municipal de ensino.

Nogueira e Nogueira Silva (2022, p. 298) enfatizam que a partir da criação e regulamentação do Decreto N 8.559/ 06, foi criado o Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro Brasileira, Africana e de Gênero, que deu embasamento para a inserção no currículo das escolas da rede municipal (Ensino Fundamental II, anos finais) da disciplina HCAB. Esta, se mostrou como oferta de uma carga horária de duas horas / aulas semanais, para alunos do 6º e 7º anos, com o objetivo de estudar a história dos povos negros (africanos, afro-brasileiros e quilombolas) e as religiões de matriz africana.

Todavia, além do legado que estes povos trouxeram para a nossa sociedade, temos que admitir que, após a implementação do decreto, as instituições de ensino, levantaram a bandeira por uma educação para os afrodescendentes, com a oferta de cursos e com igualdade para o ingresso de negros nas universidades públicas, através de cotas étnicas-raciais.

O Decreto Nº 8.559/06, implementado no município de Jequié, trouxe a todos os beneficiados uma política educacional direcionada para mudar a percepção de mundo de estudantes, professores, gestores e de toda a comunidade escolar, que passaram a conhecer melhor a história e o legado deixados pelos negros na construção do Brasil.

Por fim, ressaltamos as ações desenvolvidas pelo ODE-ERE/UESB em parceria com o Colégio Estadual Dr. Milton Santos, que veem ao longo dos anos ofertando uma educação direcionada para a comunidade, com a oferta de ações extensionistas, que democratizam mais o ensino, alcançando um quantitativo maior de estudantes da escola pública.

A educação quilombola: uma realidade no município de Jequié

Para um melhor entendimento sobre educação quilombola, recorreremos a busca do seu conceito: palavra derivada do termo “Quilombo”, cujo significado é escravo fugido para o quilombo. A Bahia é o segundo estado com o maior número de população quilombola do Brasil, sendo que do total de 1340 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, do governo federal, mais de 500 estão no Estado, das quais, cerca de 300 já são reconhecidas pela Fundação Palmares.

A escola tem como papel fundamental, a oferta de uma educação de qualidade de uma forma geral. Mas, os moradores dos quilombos contemporâneos desejam uma escola sua, da comunidade, onde sua cultura, suas raízes e o seu pertencimento sejam respeitados. A diferença está na forma em que os conteúdos

são apresentados de maneira formal e natural, não atentando para a experiência e cultura do aluno quilombola. É através da educação que se forma cidadãos, capazes de conhecer e compreender, para saber discernir e, se necessário, mudar a sociedade em que vivem.

Estar-mos atentos para a condição multicultural do povo brasileiro, e neste sentido, o objetivo é fomentar o processo formativo de alunos e professores, para o exercício da cidadania e das relações étnico raciais. O Colégio Estadual Dr. Milton Santos vem, ao longo dos anos, ofertando uma educação voltada para a preparação de seus alunos para uma educação étnico racial, propiciando aos seus alunos uma maior consciência de seus valores e de seus direitos na sociedade.

O colégio tem uma boa estrutura física, além de um corpo docente e de direção comprometidos com as questões étnico raciais. Fernandes (2017, p. 23) relata que, o interior da escola e em sua fachada está impresso o símbolo da escola, representado por um rosto negro dentro do mapa do Brasil, rodeado por elementos africanos. Além do nome da escola, o brasão traz estampada a frase: “Escola do Quilombo, no Quilombo!”. De acordo com Fernandes o Colégio Dr. Milton Santos preserva a sua identidade de escola quilombola, demonstrando dessa maneira o pertencimento dos alunos, dos professores, dos gestores e de toda a comunidade.

O Colégio Estadual Dr. Milton Santos: identidade quilombola

Em linhas gerais, a educação deve ser um direito social, pois faz parte do processo de desenvolvimento humano. Conforme expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a educação escolar corresponde a um espaço sociocultural e institucional, responsável pelo trato pedagógico de conhecimento e da cultura. Mas, em resposta à experiência histórica do período escravista, a educação apresentou-se como um caminho fértil para a reprodução de valores sociais discriminatórios das várias nações africanas raptadas para o Brasil e de seus descendentes.

Com vistas, a situação das populações negras na atualidade é um exemplo notório de toda regressiva política brasileira, perversa que segrega e oprime o negro. Fato que se reflete nas discussões, da existência ou não, de racismo na sociedade, mesmo em presença das fortes desigualdades sociais presentes entre negros e brancos. Essa sempre foi uma sociedade forjada na construção de um escravismo criminoso, realizada sem uma ampla revisão de direitos e necessidades da população negra.

É a partir daí que surge a ideia de que a elite da sociedade brasileira produziu um processo de negação do negro, seja pela inviabilidade, seja pela indiferença. E, por conseguinte, a necessidade de pesquisar como se desenvolveu a educação do negro no município de Jequié, em especial no Colégio Estadual Dr. Milton Santos.



Imagem 1: Área externa do Colégio Estadual Dr. Milton Santos, mostrando a pintura símbolo da cultura afrodescendente. Fonte: Arquivo pessoal das pesquisadoras

Toda identidade humana é construída, e é histórica. E, neste sentido, os alunos do Colégio Estadual Dr. Milton Santos criaram sua identidade, de pertencimento a sua comunidade. Silva (2008) enfatiza que “identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora”.

A arte da inclusão, por revelar a subjetividade e constituir-se um elemento mediador das funções psicológicas que contribui na formação social da consciência de si e do outro,

é usada como ferramenta essencial no Colégio Estadual Dr. Milton Santos, em Jequié, para melhorar o processo de aprendizado de estudantes da rede pública. Vale ressaltar que esses estudantes residem na comunidade quilombola do Barro Preto no município de Jequié.

O Colégio Estadual Dr. Milton Santos: trilhando caminhos

Após a realização do curso de gestão escolar, e encontros que envolviam a discussão da temática, a mudança do nome da escola, Colégio Estadual Duque de Caxias, passou a ser uma preocupação. A instituição foi fundada no ano de 1964, com o nome de Grupo Escolar Duque de Caxias, denominação atribuída em homenagem ao militar e estadista, Luís Alves de Lima e Silva, conhecido como “Duque de Caxias”.

Para atender os anseios da comunidade, no ano de 2011, foi feita uma eleição interna na instituição para que seu nome pudesse ser modificado. Foi preciso um longo trabalho de conscientização, em que a origem e história de cada personagem histórico proposto para votação, fosse contextualizado e socializado, para que a maioria não optasse pela manutenção do nome “Duque de Caxias”. A mudança de nome ocorreu quatro anos após o reconhecimento da Comunidade de Barro Preto, pela Fundação Palmares.

A história do Colégio Estadual Dr. Milton Santos começa com a história do Barro Preto em Jequié/BA. Um bairro quilombola, que abrange vinte e duas ruas, localizado na zona periférica da sede do município de Jequié. E ainda segundo dados obtidos através do (PPP) Projeto Político Pedagógico do colégio (2012); bem como do IBGE de (2010). Este, possui um total de 1.600 casas, das quais 90% dispõem de eletricidade e saneamento básico, totalizando 9% da população jequieense, com 7.150 moradores, destes, aproximadamente, 51% são mulheres e 49% são homens.

A maior parte dos moradores do bairro é composta por famílias de perfil socioeconômico baixo, que vivem com salários baixos, poucos anos de escolaridade e empregos informais. Além

disso, vivem em péssimas condições de moradia. Cerca de 45% dos moradores da comunidade vivem sem saneamento básico e há muitos desempregados. A comunidade é banhada pelo rio Jequezinho, que se encontra poluído.

O Colégio Estadual Dr. Milton Santos, inserido na comunidade quilombola do Barro Preto, conta com uma estrutura de médio porte, que atende à comunidade local. O corpo discente é composto de 720 alunos, distribuídos entre o 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II (anos finais), e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. A estrutura interna é composta por: nove salas de aula, uma sala de informática, cinco banheiros, uma sala destinada a secretaria, uma sala dos professores, uma sala da diretoria, além de uma sala multifuncional e uma cozinha. Na parte externa, existe uma área utilizada como refeitório, uma quadra de poliesportiva, bem como duas (02) construções, (quiosques), como áreas de lazer para os estudantes.

Por fim, ressaltamos a importância do Colégio Estadual Dr. Milton Santos para a comunidade quilombola do Barro Preto, que vem, ao longo dos anos, ofertando uma educação de qualidade, voltada para as relações étnico raciais.

ODEERE: um pedacinho da África presente em Jequié-BA

O Órgão da Educação e Relações Étnicas com ênfases em cultura afro-brasileiras – ODEERE, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus de Jequié, localiza-se à Rua João Rosa S/N, Bairro Pau Ferro, no antigo prédio do Colégio Dom Climério, na cidade de Jequié-BA. Na linguagem africana, ODEERE quer dizer uma ‘criança caçadora’. Criado no ano de 2004, como órgão interdisciplinar, com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, possui seu corpo docente e administrativo composto de pós doutores, doutores, mestres, especialistas e graduados, assim como, estudantes e pesquisadores de comunidades e instituições parceiras.

O ODEERE tem contribuído para a inclusão social e edu-

cacional na região, através da oferta dos cursos de Mestrado Acadêmico em Relações Étnicas e Contemporaneidade, da Pós-Graduação lato sensu, com ênfase em Etnicidade, dos cursos de extensões em: Didática, Educação e Relações Étnicas Raciais, Gênero, Raça, Diversidade Sexual, Saúde da População Negra, Educação Quilombola e Metodologia da Pesquisa em Relações étnicas, além da oferta das publicações da Revista do Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC.

O ODEERE tem ofertado para estudantes, professores e toda a comunidade acadêmica e escolar de Jequié e municípios de outros territórios de identidades do Estado da Bahia, uma educação voltada para as discussões étnico raciais, ofertando também cursos e eventos que discutem as relações étnico raciais, de gênero, quilombola e indígena.



Imagem 2: Órgão ODEERE em Jequié–BA. Fonte: Arquivo pessoal das pesquisadoras

Realiza todos os anos, no mês de março, o Encontro de Combate à Discriminação Étnico Racial. Em setembro, realiza o Caruru, que é preparado e servido para a comunidade do Bairro Pau Ferro. Além da realização da Semana da Pertença Afro Brasileira, evento que acontece entre os dias 16 e 20 de novembro, com a participação de palestrantes, conferencistas, professores pesquisadores, estudantes do ensino superior e, também da educação básica. Recebe a colaboração da equipe gestora, dos docentes e dos discentes do Colégio Estadual Dr. Milton Santos, em todas as suas edições.

Por fim, destacamos aqui o papel social que o ODEERE vem desempenhando ao longo de seus 18 anos de fundação, ofertando uma educação das relações étnicas de qualidade e, sobretudo, democratizando o acesso à educação através da oferta de cursos de extensões, levando à comunidade jequiense para dentro da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Considerações finais

Este estudo retrata a trajetória educativa da população afrodescendente entre os anos 1990 a 2010, no município de Jequié-BA, demonstrando os avanços e conquistas dos estudantes afrodescendentes com a oferta de uma educação voltada para as questões étnico raciais. A investigação apresenta relevância social, porque se propõe reconstituir a trajetória de estudantes afrodescendentes no Colégio Estadual Dr. Milton Santos, colégio quilombola que também está inserido em uma comunidade quilombola, do Barro Preto em Jequié-BA.

Nesse sentido, destacamos a implementação da lei 10.639/2003, que ofertou o acesso e criou a obrigatoriedade do estudo do negro e suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade nas áreas socioeconômica, política e cultural, no cenário brasileiro. Destacamos, também, a criação do Decreto Municipal Nº 8.559/06, no município de Jequié, que fomentou as discussões acerca das relações étnicos raciais nas escolas.

Ressaltamos a importância da educação quilombola no município de Jequié, e a mudança da escola Duque de Caxias para a denominação Colégio Estadual Dr. Milton Santos, uma instituição quilombola, inserida em uma comunidade quilombola, o Bairro Barro Preto em Jequié-BA. Por fim, destacamos a importância do ODEERE como órgão de educação e relações étnicas que vem ao longo de seus 19 anos de atuação ofertando uma educação voltada para as relações étnicos raciais, ofertando cursos e promovendo eventos para ofertar para a comunidade acadêmica, como também, para os estudantes de educação básica, sobretudo, do Colégio Estadual Dr. Milton Santos.

Referências

BAHIA, JEQUIÉ, **Decreto Nº 8.559/06**. Prefeitura Municipal de Jequié / Secretaria Municipal de Educação, 2006.

BAHIA, JEQUIÉ. Projeto Político Pedagógico – PPP. Colégio Estadual Dr. Milton Santos, 2012.

BALIBAR, Etienne. **Las Cainte des Masses**: politique et philosophie avant et après Marx. Paris. Galilée, 1996.

BARTH, Fredric. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1997.

BRASIL. **Lei 10.639/03**. Brasília: MEC, 2003.

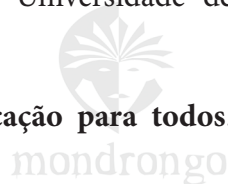
BRASIL. Secretaria Municipal de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Brasília, 2010.

FERNANDES, VIVIANE BARBOZA. **O quilombo e a escola de Barro Preto, em Jequié, Bahia**: vicissitudes e sentidos de identidade. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de São Paulo-USP, 2017.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.



GOICOECHEA Eugenia Ramírez. **Etnicidad, Identidad, Interculturalidad**: Teorías, conceptos y procesos de la relacionalidad grupal humana. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva: DP&A Editora. 7ª edição. São Paulo. 2005.

MONTEIRO, Fabiano Dias. **Retratos em preto e branco, retratos sem nenhuma cor**: a experiência do disk-racismo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRJ, 2003.

MUNANGA, Kabenguelé. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Bruna Vitória Nascimento; NOGUEIRA SILVA, Paulo Roberto Nogueira. **A Lei 10.639/03, o decreto 8.559/06 e a questão do giro decolonial na Escola Municipal José Augusto Barreto (EMJAB) em Jequié/BA**. Revista Mais Educação, v. 5 n. 5, p. 292-303, 2022.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUZA, Caio Cesar Gonçalves de. **O Mocambo Odara e o pro-**

cesso de implantação do decreto nº 8.559/2006, que trata da disciplina História e Cultura Afrodescendentes, no município de Jequié/BA. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações étnicas e Contemporaneidades – PPGREC da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2018.



mondrongo

Capítulo 7

O uso de credices populares como instrumentos pedagógicos de repressão em Aiquara-Bahia: um estudo de caso

Aline Kathiuce Honório Santos

Introdução

O Folclore é o conhecimento do povo. Logo, é um tema profundo, que aponta para a cultura, e, deste modo, abrange diversas perspectivas do saber. Este movimento intelectual se consolidou no Brasil a partir de 1940, emaranhando-se ao processo de formação da identidade nacional. Sendo inerente a cultura popular, o folclore envolve diversos temas. Dentre eles, destacamos as credices populares. Isto é, a crença popular acerca das histórias/causos passadas de geração em geração, e que são absorvidas socialmente como verdade, influenciando a conduta da comunidade.

Anotamos que, encontramos, de maneira patente, no município de Aiquara, na Bahia, várias credices populares, (e aqui, salientamos, apenas, duas delas), que padronizam o comportamento das pessoas, nas relações sociais, por meio de princípios de medo e repressão.

O comportamento das pessoas, nas relações sociais, está amarrado por uma teia de conceitos e crenças que estruturam suas práticas. Isto goza de caráter sagrado. Seja por meio de livros sacros, como a Bíblia. Seja por meio da fé atrelada as crenças sobrenaturais. Assim, de civilizações após civilizações, o ser humano sempre embasou seus atos em uma cultura mística de fé. Um olhar histórico-cultural apontará tais práticas.

Os gregos, por exemplo, criaram os mitos. Aqui, entendido dentro da acepção filosófica, na qual, Marilena Chuaí (2008, p. 34), afirma que “um mito é uma narrativa sobre a origem de algu-

ma coisa, e possui um valor sagrado, que o torna inquestionável e incontestável”. Em outras palavras, é um meio de construção dos valores coletivos perpassados pelas histórias, com a finalidade de padronizar a conduta do homem, com princípios a serem seguidos ou negados.

Sendo assim, podemos asseverar que a vida comunitária está estruturada em um conjunto de normas, regras e mitologias que regulam as práticas sociais. Sobre este prisma, afirmamos que além do mito, há outra crença, que é tão relevante quanto, visto que também orienta as regras sociais, por meio de preceitos de conduta, oralidade, saberes, como também, pela proeminência da sua popularidade: o folclore.

O folclore foi um neologismo polissêmico, cunhado pelo arqueólogo inglês Willian Jhon Thomes (1803 – 1885), em meado do século XIX. Etimologicamente, esta palavra inglesa significa *folk* (povo) e *lore* (conhecimento). Logo, o folclore é o conhecimento popular, isto é, aborda a sabedoria que não se encontra no meio dos eruditos, acadêmicos ou dos documentos oficiais. Ao contrário, são os saberes oriundos do povo.

O folclore trata-se, portanto, de um movimento intelectual que propicia voz as crenças, perspectivas e tradições populares. É uma oportunidade de dar vez para as histórias invisibilizadas e marginalizadas. Ou seja, é a proeminência da cultura, do regionalismo, da memória e da permanência. Conquanto, o folclore fala do povo, pelo povo, para o povo e com o povo.

Por meio do folclore podemos estudar as relações socio-culturais através de simbolismos, de representações, de costumes, de tradições, de contemporaneidade, de crenças, de fé e de manifestações artísticas populares. É por isso que precisou definir, no processo de formação da identidade folclórica no Brasil (que, na época, imitava-se o folclore do branco-europeu), o que era, no nosso país, o povo/popular, já que, nossa história se baseia, sobretudo, nos indígenas, na escravidão e na miscigenação.

Desta maneira, é paulatinamente, e dialogando com as escolas literárias e as manifestações artísticas nacionais, que o fol-

clore ganha proeminência no Modernismo. Assim, caminhamos para o auge do estudo folclórico em nosso país, que se deu “na década de 1950, com a criação da Comissão Nacional do Folclore e da Carta do Folclore Brasileiro, que o definiu a partir de cinco itens: anonimato, oralidade, aceitação coletiva, tradicionalidade e funcionalidade” (SILVA, 2017, p. 5).

Neste momento, então, podemos ter autonomia e propriedade para entender, definir e estabelecer o nosso folclore. Com o avanço e interesse crescente acerca dos estudos folclóricos, foi organizado o I Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, no Rio de Janeiro, onde a Carta do Folclore Brasileiro foi redigida, estabelecendo o folclore como parte das ciências sociais.

Percebemos, desta maneira, que a história da formação da identidade nacional brasileira foi narrada, apresentada e representada por referências diversas, incluindo, portanto, o folclore. Este, demonstrava o Brasil em suas diversas faces, focos, crenças, superstições, personagens, costumes interioranos - principalmente do norte e nordeste do país - montando, deste modo, um mosaico cultural brasileiro.

Importante salientar, ainda, que o folclore se manifesta por meio de diversas expressões culturais, tais como músicas, danças, festas, artesanatos, brincadeiras regionais, literatura, a religiosidade e, onde está nossa atenção de estudo: nas crendices.

As crendices populares são as histórias desprovidas de explicação científica, em que, sabendo ou não a sua origem, são narradas, apenas, oralmente com verossimilhança, e compartilhadas entre as gerações. Essas narrações trazem elementos do cotidiano popular, para justificar os usos, costumes e crenças. É por isso que crendice significa, etimologicamente, crer. Elas, de maneira latente, fundamentam as práticas da nossa vida, por meio de ensinamentos que absorvemos inconscientemente, e se tornam verdade - uma vez que, as crendices populares, via de regra, partilham de superstições.

É por este motivo que, deixar a sandália com o solado virado para cima, pode causar a morte da mãe. Assim como, é a crença supersticiosa que nos faz bater três vezes na madeira, para

reprender o “mal olhado”. Ou, nunca chegar em algum lugar com o pé esquerdo, para assim, ter sorte. Cientificidade para tais fatos, não há. Contudo, involuntariamente, arrumamos a sandália, batemos na madeira e entramos com o pé direito, devido a credence popular intrínseca em nossa formação pessoal.

Percurso teórico metodológico

Para reconstituir o uso de credences populares como instrumentos pedagógicos de repreensão em Aiquara - Bahia, recorreremos a metodologia da História Oral. Tivemos o apoio de colaboradores, por meio das entrevistas com aiquarenses. Neste viés, analisamos a memória coletiva. Já que, para Le Goff (2003, p. 447) “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças a sua semelhança com as passadas”.

E é, exatamente, este emaranhado entre o passado e o presente, que propomos em nossa pesquisa. Entendendo, deste modo, como a identidade social perpassa pela memória. É o que Delgado (2006, p. 39) enfatiza, ao afirmar que “a memória contém mensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos e mitos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder.”

Portanto, diante do exposto, entendemos que para a efetivação deste trabalho de pesquisa, é imprescindível o estudo da memória individual. Isto porque, de acordo com Halbwachs (1990, p. 51) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar”. Halbwachs (2006, p. 29), ainda afirma que “as memórias individuais se formam a partir da relação com o outro: recorreremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação.”

Diante disto, então, em nossa pesquisa, além da memória – coletiva e individual - buscamos também o aporte da História Oral, por meio das narrativas dos entrevistados, que são pessoas

da comunidade de Aiquara, para sabermos acerca das credences populares no referido município.

Sobre este prisma, Alberti (2004, p. 18, 19) relata que “a história oral é genuinamente hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência.”

Alberti (2004, p. 21) pontua que a história oral “representa uma opção totalizadora frente a fragmentação de documentos escritos e porque ela está centrada no indivíduo, que funciona, em nossa cultura, como compensação totalizadora à segmentação e ao nivelamento em todos os domínios.”

Desta forma, é inegável o poder da oralidade, das crenças e das histórias. Sobre este prisma, afirma Rosaria Champagne Butterfield (2017, p. 100) que “a cultura é composta por suas histórias. Afinal, somos as histórias que contamos”. Contudo, historicamente, sempre foi preconizada uma história marcada por preconceitos, estereótipos, conservadorismo, heróis políticos e classe dominante. Isto é, estamos falando da história oficial, que preconiza, como fonte histórica, os textos e documentos oficiais.

Sobre isto, Fenelon (1996, p. 26) diz que havia uma “máxima de que sem documento não há história -, e, no caso de tal dogma, documento era o que estava escrito e autenticado.” Sendo assim, trata-se da história da elite, que propicia voz à visão eurocêntrica, perpetuando a perspectiva do homem branco heroico.

Acreditamos, porém, na relevância de validar e estudar a cultura popular, ou seja, o folclore. Estudá-lo, portanto, é ir de encontro as teorias tradicionais, já que, além do tema central ser o saber do povo, há o acréscimo da fonte histórica ser a oral.

Asseveramos que a oralidade não era concebível como fonte histórica. Entretanto, ao longo do tempo, especificamente, nas últimas décadas do século XX, estamos vivendo um repensar metodológico e científico, em que a História Tradicional tem sido revisada. Este movimento iniciou-se na década de 70, com a Escola dos *Annales*, e, somado a ela, evidenciou-se a desaprovação a ideia da verdade absoluta.

Estes fatos reverberaram na historiografia, já que abole paradigmas, e assim, aceita uma História subjetiva. Em outras palavras, esta visão metodológica trata-se dos estudos dos historiadores na perspectiva das fontes históricas em lugares inesperados, impensáveis, improváveis. Deste modo, por meio da Escola dos *Annales*, houve um alargamento histórico, através da aceitação da pluralidade de fontes. Incluindo, então, as fotografias, vídeos, rádios, jornais, literatura, manifestações artísticas diversas, a oralidade e afins.

Neste sentido, o nosso trabalho corrobora, em certa medida, com os estudos historiográficos, porque, conforme Ribeiro (2000, p. 119), “a história oral aprofundou os debates epistemológicos [...] configurando-se um caminho interessante para se entender e conhecer as diversas manifestações da sociedade”. Assim sendo, é exatamente isso o que faremos na próxima seção, ao estudarmos sobre o folclore em Aiquara.

O folclore em Aiquara-BA por meio das credices populares

A 402 km da capital, Salvador, e localizada no interior da Bahia, especificamente, entre os municípios de Jequié e de Ipiaú, a pequena cidade de Aiquara está situada. Com 60 anos de emancipação política, e, de acordo com o IBGE (2021), com 4,387 mil moradores, esta é uma cidade bem simples, de pessoas hospitaleiras e trabalhadoras.

Ainda em 1915, Aiquara era uma propriedade rural do Senhor Honorato José dos Santos, chamada de Preguiça. Após um ano, retirantes chegam à região, em busca de emprego. Honorato José, então, doa pedaços de terras aos recém-chegados, para a construção de moradias. Assim, Preguiça se torna um povoado, que, a posteriori, terá seu nome alterado para Arraial da Conceição.

Foi em 1924 que, em plebiscito, houve a aprovação do nome de origem tupi, Aiquara, que significa caminho da toca. A escolha ocorreu devido as terras estarem na passagem para o vilarejo Toca Bonita. Assim, paulatinamente, Aiquara, foi crescendo e

se desenvolvendo. E, no dia 12 de abril de 1962, Aiquara foi emancipada política e administrativamente, através da Lei Estadual nº. 1.588, ato assinado pelo, então, governador do estado, em seu segundo mandato, Juraci Montenegro Magalhães¹⁵. Dorival Rodrigues foi o primeiro prefeito do município, governando por 4 anos, sendo substituído por Américo Souto.

É inconcebível falar de Aiquara sem comentar sobre a feira livre. Esta é característica da maioria das cidades da Bahia, e não seria diferente aqui. A feira livre é um hábito dos aiquarenses até hoje. Deste modo, toda sexta-feira e sábado, é na praça da feira que, durante o dia, vende-se alimentos, vestimentas, frutas das fazendas locais, temperos e requeijão caseiro. Mais que compra e venda, ir à feira livre é um ato de socialização.

Durante à noite, atualmente, a praça da feira continua sendo um ambiente de interação social; contudo, para outro público. Já que, torna-se um bar, em que, além de comidas regionais e músicas, também transmite os jogos do Flamengo. Não é raro, inclusive, a praça da feira, também, ser o lugar de festas tradicionais, como o São João, as cavalgadas ou de receber “visitas ilustres”, como deputados.

Impossível não falarmos sobre a renda municipal. No passado, o meio de sobrevivência era o plantio de cacau. Assim, as fazendas buscavam diariamente, em caminhões, os moradores da cidade, e levava-os para as fazendas, para o trabalho no plantio e colheita da fruta. Enquanto homens e adolescentes trabalham nas roças de cacau, as mulheres e as crianças, trabalhavam com a produção da farinha de mandioca. Para isso, se responsabilizavam com o plantio, colheita e todo o processo da produção, na casa de farinha. Salientamos que a mandioca foi, durante muito tempo, para muitos moradores, o principal alimento – e emprego - das famílias.

Atualmente, depois da emancipação política e administrativa, a principal fonte de renda é a prefeitura, com os funcioná-

15 Juraci Magalhães foi interventor, governador da Bahia em duas oportunidades, deputado federal e senador (Paixão, 2015, p. 1).

rios concursados e os contratados, (aliás, a promessa de um contrato é um excelente meio para os prefeitos, e demais candidatos de cargos políticos, para conseguirem votos das famílias, nas eleições) bem como, o comércio local. Assim, o salário dos pequenos comerciantes (donos de padarias, de mercados, de sorveteria, lojas de roupas, posto de gasolina e o trabalho de diaristas) é o meio de sustento de boa parte da população.

Outro ponto importante para se comentar é a influência da Igreja Católica, sobretudo, na formação de Aiquara. É só conferir o nome Arraial da Conceição, o primeiro nome da cidade. Inclusive, Nossa Senhora da Conceição é a padroeira municipal. E a celebração desta Santa acontece por meio de uma festa realizada, anualmente, pela Igreja, durante uma semana, tendo a culminância no feriado do dia 8 de dezembro.

De acordo a descrição, foi possível anotar que Aiquara não tem muitas opções de lazer. São os bares, as igrejas, a praça da feira, os jardins e o famoso rio da Preguiça, os locais de interação social. Destacamos que o rio da Preguiça está entrelaçado com a história cultural e econômica de Aiquara. Em relação a cultura/lazer, era no rio os encontros de socialização das igrejas, escolas e das confraternizações de finais do ano. Era no rio da Preguiça que a garotada, adolescentes e jovens se divertiam. E continua sendo o local de família/grupos de amigos, passarem os finais de semana, comendo farofa e se refrescando.

Economicamente, o rio era a fonte da redução de gastos. Já que, era nele que os afazeres domésticos de higiene, da maioria da população, aconteciam. Deste modo, diariamente, as adolescentes passavam pelas ruas, com as bacias na cabeça, após o almoço, em direção ao rio, para lavar “os pratos”, isto é, a louça. As roupas também eram – e por algumas senhoras, continuam sendo – lavadas no rio. Era, ainda, a água do rio que os meninos levavam em baldes para casa – para o abastecimento familiar, usando-a para banhos, uso em banheiros e afins.

É neste contexto que as crendices se tornam proeminentes na cidade de Aiquara. Afinal, como já sabemos, as crendices populares são histórias inquestionáveis, devido a credibilidade do

interlocutor, já que, geralmente, quem conta as crendices são pessoas da própria família. Desta maneira, Aiquara é uma cidade em que as crendices populares são patentes. Qualquer conversa corriqueira com os moradores, se observa os vestígios destas crenças tão enraizadas na população. Dentre elas, veremos duas das mais conhecidas, a partir da década de 80, a saber: A mulher de branco e a Sucuiuba.

A Mulher De Branco

Era, justamente, na praça da Igreja Católica, nos dias de Lua cheia, sobretudo, no inverno, quando a neblina baixava e no horizonte os raios luminosos da lua cobriam a pracinha com um banho de luz cintilante. E assim, ela aparecia com suas longas pernas. Diziam que tais pernas eram iguais às pernas do palhaço Funhanha. Pernas de pau, com mais de três metros de altura. Seu nome era desconhecido, assim como seu rosto, que era coberto por seus cabelos longos e escorridos. Deste modo, ninguém sabia se era bonita ou não. Sabia, apenas, que ela morava atrás da Igreja Católica. Em meio aos casarões abandonados, você poderia encontrar a Mulher de Branco. Basta você desobedecer.

Sucuíuba

Sempre de prontidão. Seu corpo esticava como uma borracha. Seus olhos eram biônicos, enxergavam suas presas à longas distancias. Por exemplo, ao avistar um menino na “bêra do ri” (beira/margem do rio), ela, a Sucuiuba, logo cuidava de achar um touco ou uma pedra, amarrava sua cauda e, de súbito, abocanhava a criança. Esta, nunca mais seria vista, pois se tornou o almoço da Sucuiuba. Este animal, que ninguém sabia, ao certo, sua cor, não tinha o endereço fixo, pois andava em toda “bêra do ri”. Deste modo, quando os relâmpagos e raios rasgavam os céus, e as tempestades banhavam as terras, e as volumosas águas transbordavam os riachos, que, por consequência, ficavam com suas águas barrentas, era o cenário ideal para o ataque do animal feroz que atacava crianças.

Estas são as duas crendices populares, objeto de estudo

em nossa pesquisa. Analisaremos, na próxima seção, a maneira pela qual o uso delas se configuram como instrumento pedagógico de repressão no município de Aiquara.

As credices populares como instrumento pedagógico de repressão em Aiquara – Bahia: um estudo de caso

O medo sempre foi usado como instrumento de controle social. Em diversas culturas é aliado nas ações pedagógicas para conferir sentido e correções. O medo sempre vem acompanhado das histórias. Seja ela uma lenda, uma credice, um conto, um canto, um encanto. Seja nas metrópoles ou no interior; nos centros urbanos ou rincões; nas ricas fazendas ou nas roças; nos casebres ou casarões; vilas ou bairros. O medo pode estar presente em todo e qualquer lugar, portanto, é universal.

E, é na infância que o ser humano conhece o medo pedagógico, que nos conduz a um comportamento “adequado”, para evitar os sofrimentos resultantes da desobediência. O medo infantil inicia-se nas canções de ninar: É o que acontece em: “boi, boi, boi. Boi da cara preta, pega este menino que tem medo de careta.” (Cantiga Popular). Em seguida, por meio das lendas do Bicho Papão, da bruxa, e afins.

Assim sendo, anuímos que o medo é um instrumento pedagógico. E, podemos observar esta afirmativa no município de Aiquara, por meio das credices populares. Isto porque, as crenças compartilhadas, aterrorizavam/terrorizam os corações dos infantes e dos adultos também. As crenças contribuíam, por meio do medo, como um controlador social. Uma ditadora de regras. O medo era um parceiro educacional dos pais de famílias populosas.

Para entendermos o porquê deste ato sociocultural, é necessário compreender que em Aiquara, era só anoitecer e as histórias eram contadas, e, até mesmo, musicadas, para inserir conceitos de obediência, e reafirmar valores. O fato é que, as narrativas supersticiosas eram contadas com tanta veemência que, certamente, não havia coração que não saia da caixa torácica e se hospedava na boca. Os olhos da criançada, competiam com o brilho

da lua. E, assim, mais uma estória povoava a mente e o coração.

Deste modo, o medo tem nome e endereço. Sim. A Mulher de Branco, que morava atrás da Igreja Católica. Os mais velhos sempre reforçavam este medo. Logo, ir à casa de Seu Amado, um artesão possuidor dos mais diversos dons, era um teste para cardíaco. O velho era sapateiro, consertava bicicleta, fazia apetrechos para tralho dos animais, consertava sofá, costurava roupas e tantos outros serviços que prestava à comunidade. Ele morava na parte alta da praça João XXIII, no mesmo alinhamento da Igreja Católica, separado, apenas, por uns 50 metros. Assim, ir buscar uma encomenda na casa do sapateiro era uma aventura para mais tarde, ter o que contar para os amigos.

No mesmo endereço, pegado à casa do artesão, morava o professor e pastor Israel. Era diretor do afamado Colégio Municipal Américo Souto. Muitos recados e favores eram pedidos às crianças, para realizar na casa do mestre das letras e da fé. Mas, nem isso ajudava espantar a crença da Mulher de Branco, que atormentava o imaginário coletivo da cidadezinha.

Ela, A Mulher de Branco, amedrontava não apenas as crianças. Não. Pescadores vinham do Rio da Preguiça de madrugada. Peixes, então, poderiam nem trazer, mas, uma pitada de emoção resultante da estória da Mulher de Branco, certamente, traria. É claro que pescador sempre tem seus olhos e percepções dilatados. Seus peixes nunca se alinham com o tamanho da régua. Nunca mesmo. Suas estórias, também não. Assim, logo ao amanhecer, as crianças teriam suas crenças alimentadas com ela, A Mulher de Branco.

Sim, A Mulher de Branco. Ela existe, sim. Tem morada, sim. Parece gozar de elementos da eternidade, pois parece nunca morrer. Desde a década de 70, tem sua morada fixa na matriz de Nossa Senhora da Conceição. Seu Amado, já morreu. Pastor Israel, também. E ela continua viva na memória coletiva. As crianças daquela época são adultos agora, e ela, A mulher de Branco, continua sendo o medo da população.

Afirmamos isto, porque, ao entrevistarmos (virtualmente, 92 moradores aiquirenses, entre 10 anos e 71 anos, durante o período de um mês, entre outubro e novembro do ano de 2021,

podemos testificar, que A Mulher de Branco é a segunda credence mais popular, dentre 4 opções:

Qual das histórias citadas você tinha mais medo?

92 respostas

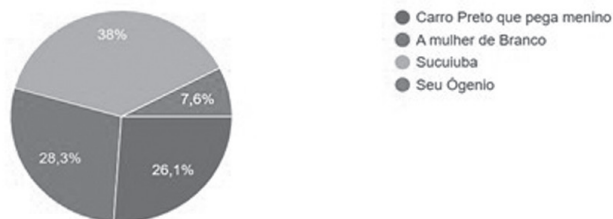


Figura 1: Classificação das credences populares. Fonte: Dados da entrevista elaborada pela autora (2021)

Desta forma, as mães ensinavam aos filhos os limites de tempo de ficar na rua. A rua e a praça eram, sim, o palco das brincadeiras. Portanto, não ir longe, nem chegar tarde em casa eram coibido com estas crenças populares, que nunca morrem. Assim, geração vai, geração vem e ela, A Mulher de Branco continua viva e cumprindo seu papel psicossocial. Como revela a nossa pesquisa, quando uma mulher, de 41 anos responde que:

Qual das histórias citadas você tinha mais medo? *

- Carro Preto que pega menino
- A mulher de Branco
- Sucuiuba
- Seu Ógenio

Sobre esta história, de 0 a 10, qual seu nível de medo? Sendo que 0 representa nenhum medo, e 10 o máximo? *



Com quantos anos você deixou de acreditar nestas histórias? *

Até hj acredito

Figura 2: Credence Popular é atemporal. Fonte: Dados da entrevista elaborada pela autora (2021)

Ratificando que a crença na Mulher de Branco não encontra limite temporal, vejamos os dois relatos a seguir. O primeiro é da nossa entrevistada de 23 anos, nascida e criada na cidade, trabalha como atendente de caixa de supermercado:

Fia, essa Mulher de Branco, se o povo falar – Deus o livre e guarde, tá repreendido - que ela passou aqui na rua, eu peço pra mainha me buscar na rua de baixo. (...) E até hoje eu não passo pela rua da Igreja não, dependendo do horário. Só passo lá de dia” (ENTREVISTADA X).

A resposta a seguir é de um garoto, de dez anos, que estuda em escola particular e mora no município de Aiquara há, apenas, 3 anos:

Quando eu venho da casa da minha avó, mais tarde da noite com mainha, ai, a gente vai na rua deserta né, e daí, o povo diz que a Mulher de Branco aparece ali. Eu atravesso a rua correndo, e vou pelo outro lado do passeio, para não andar na calçada que ela aparece. E quando tá muito tardão mesmo e eu tenho que vir sozinho da casa da minha avó, oxe, eu vou por outra rua. É mais longe, mas não passo na rua da Mulher de Branco sozinho, não” (ENTREVISTADO B).

Como sabemos, vilarejos, povoados e cidades, geralmente, se formam margeando rios. Com a pequenina Aiquara não foi diferente. O lugarzinho é banhado com as deliciosas e transparentes águas do rio da Preguiça, que foi batizado com este nome, justamente, por ser o santuário deste animal. Município novo, com ares e contorno de uma grande fazenda povoada, traz no viver de seu povo, muitos hábitos e crenças das fazendas, dos coronéis de cacau ou das pequenas fazendinhas, chamadas de “Buara”.

A história conta que foi a migração das roças para o vila-

rejo que resultou no povoado e, mais, tarde, na nossa atual cidade. Deste modo, quer na arquitetura, no falar, no fazer, ou no crer, os costumes e axiomas do campo são sempre presentes no povo. As marcas da urbanização demoraram a se fixar nos costumes dos ai-quarenses. As políticas públicas, no município, andavam no “passo de tartaruga”. Tartaruga, não, preguiça mesmo.

Assim, sistema de esgoto e água encanada era um luxo, sobretudo, nas décadas de 70, 80 e 90. Desta maneira, abastecer as casas com água era tarefa penosa, sobretudo, se tomarmos como referência que as casas eram habitadas com muitos meninos. Era comum haver de 10 a 15 e, até, 20 crianças em uma residência. Dinheiro escasso roubava a oportunidade de construir uma caixa d'água grande. No máximo um tonel ou, algumas latas de 20 litros, armazenava o líquido precioso.

Sendo assim, tudo que usava quantidade elevada de água, era feito no rio. Lavar roupas, pratos, buscar água e tomar banho, todas eram tarefas feitas no rio. Estas primeiras, é claro não gozavam de prestígio na vida das crianças. A última, sim. A última era um bálsamo para a alma, pois, depois de ajudar a mãe em casa, tomar banho no rio era um prazer que, à luz do cartão de crédito famoso, “não tem preço”. Como podemos testificar em nossa pesquisa:

O Rio da Preguiça, na sua infância, era um local dos afazeres domésticos? (Como Banho, lavar prato/roupa, e abastecimento de água)

92 respostas

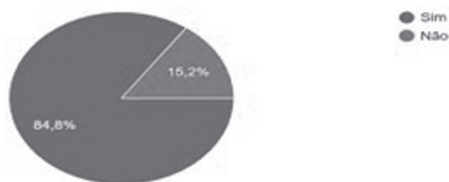


Figura 3: O Rio da Preguiça e os afazeres domésticos. Fonte: Dados da entrevista elaborada pela autora (2021)

O sol forte costumava dourar a pele da criançada. Quer brincando nos horários de folga ou carregando água para casa, o calor se apoderava dos corpos que só pediam banho de rio. Por banho, entende-se o hábito de ficar “dend’água” (dentro d’água) até a pele enrijecer de frio, os olhos ficarem vermelhos de tanto mergulhar e pegar “piculas”. As mães até tentavam por freio no tempo do tal banho, mas quase sempre tinha o fracasso como parceiro. É que criança gosta demais de água. Fato, também, comprovado:

○ Rio da preguiça era um lazer na sua infância?

92 respostas



Figura 4: O Rio da Preguiça e lazer aiquarense. Fonte: Dados da entrevista elaborada pela autora (2021)

Mas o rio tem seus mistérios, contos e encantos. Tem suas armadilhas e sutilezas e, por um descuido, a morte, com a força e a rapidez de uma correnteza, arrastava uma pessoa para o cemitério. Isso quando se achava o corpo. Daí, então, um antídoto entra em ação. Uma história que ecoa até os dias atuais. Uma crendice popular ganha o cenário, sobretudo, na “chêa do ri” (cheia do rio): a Sucuiuba.

As mães, com medo de seus filhos serem vitimados pelas águas, se valiam deste expediente – a crendice na Sucuiuba - para exercer o controle sobre seus filhos. A palavra da existência do animal era tão veemente, que se cristalizou como verdade no município, sendo a crendice mais popular, conhecida por quase 90% dos nossos entrevistados, de acordo a nossa pesquisa:

Você já ouviu/acreditou/teve medo da "Sucuiuba"? (No Rio da Preguiça um animal que pegava criança)

92 respostas

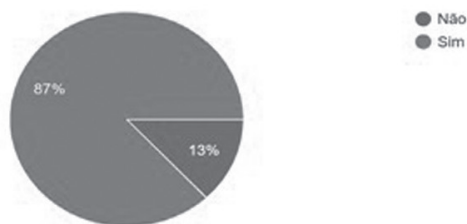


Figura 5: Classificação das crendices populares aiquarenses. Fonte: Dados da entrevista elaborada pela autora (2021)

Entendemos que o fato da popularidade da crendice da Sucuiuba está atrelado ao fato do Rio ser usado socialmente, tanto para lazer, bem como, para atividade do lar. Logo, como foi mostrado na pesquisa, 84,8% da população fazia uso diário do rio. Deste modo, a necessidade de um instrumento de medo, para proteger as crianças dos perigos da água, era imprescindível. É por este motivo que esta crença é consolidada no município. Vejamos, por exemplo, o gráfico a seguir, que mostra a intensidade do medo da Sucuiuba, entre os 34 entrevistados que responderam ser esta crendice a de maior medo:



Figura 6: Classificação do medo da Sucuiuba. Fonte: Dados da entrevista elaborada pela autora (2021)

Portanto, as crendices populares eram usadas socialmente como um instrumento pedagógico de repreensão. Isto é, por meio da pedagogia do medo, visando o controle social, as mães, professores, avós, e a sociedade, absorviam estas crendices como verdade, independente da sua origem, ou, cientificidade. Fato é, estas crenças não estão mortas, nem adormecidas. Visto que, segundo a nossa pesquisa, quem ouviu, acreditou e vivenciou cada medo, continua ecoando cada arrepiar de cabelo, cada olho arregalado, cada coração acelerado:

Você já recontou alguma destas histórias para alguém?

92 respostas



Figura 7: Perpetuação de uma crendice. Fonte: Dados da entrevista elaborada pela autora (2021)

Assim, mesmo com o avanço tecnológico, mesmo a criança se tornando adulto, estudando, tendo novas vivências, novas experiências e aprendizados, ainda assim, os valores aprendidos na infância perpetuam. Reverberam na vida adulta. No caso da crendice, é por meio do ato da recontagem da crença. Ou ainda, do receio daquilo que foi ouvido, diariamente, como aviso da mãe, ser, de fato, uma verdade. Como afirma o nosso entrevistado, de 50 anos, homem, motorista concursado:

Rapaz, Aline, eu vou te falar a verdade aqui (o entrevistado abaixa o tom da voz, para que ninguém mais pudesse ouvir, mesmo estando só nós dois no ambiente), até hoje, eu não entro no Rio sozinho, nem à pau. Eu, eu, eu nem do rio eu gosto muito. Eu vou assim, quando o povo tá lá, mas só entro na água se tiver

com mais alguém. Sozinho, nem manda que eu não vou, não. Sai fora, rapaz. Eu ouvi tanto de mainha que a Sucuiuba tava lá, que eu não entro, não. (ENTREVISTADO Y).

Desta maneira, diante do exposto, asseveramos que o folclore, por meio das crendices populares, é usado como um instrumento pedagógico de medo, no município de Aiquara, na Bahia.

Considerações finais

Há história por trás das histórias. Sendo assim, uma história nunca é, puramente, apenas o que se diz. Há um contexto que a envolve, há interesses, há um jogo de poder, há um motivo. É por isso que, uma história, nas entrelinhas, sempre fala muito mais do que apenas aquilo que se é narrado. Talvez, um leitor/ouvinte desatento, não observe estes diálogos que podem ser construídos. Deste modo, não podemos ser ingênuos e ouvir/ler, somente, o que está patente. Ao contrário, é necessário ir além das letras, do dito, do cantado, do desenhado, do encenado.

Neste aspecto, estudar o folclore por meio das crendices populares, é um ato de leitura e releitura histórica. Isto é, trata-se de um convite a um pensar inquietante, laboral e desconcertante. Haja vista para o fato de o objeto de estudo folclórico ser o povo. Portanto, é um estudo de relevância social, já que versar sobre o povo, é um estudar de potências, de apagamentos, de identidade e de coletividade.

À vista disso, em nossa pesquisa, construímos uma teia de entendimentos diante do saber popular, olhando para o entorno de cada história. Por exemplo, constatamos que, todas as crendices apresentam figuras que propiciam medo, sobretudo, o infantil. De modo que, nos locais em que poderia haver crianças brincando, existia uma crendice que era usada como um recurso disciplinador. Desta maneira, os pais poderiam desenvolver suas atividades sem maiores preocupações com seus filhos, já que A mulher de Branco, ou a Sucuíuba, “estariam de olho”, caso os fi-

lhos realizassem “algo errado”.

Anuímos ainda que, estrategicamente, cada uma das personagens de cada crença, está localizada nos pontos principais da cidade: a Igreja Católica (Mulher de Branco), e o Rio da Preguiça (a Sucuiuba). Em todos estes ambientes, todas as crianças viviam diariamente. Seja para o lazer, seja para fazer algum favor para os mais velhos, seja para realização de trabalhos domésticos, ou, de atos religiosos. Desta forma, a crendice não se torna bairrista, mas municipal.

Outro ponto importante a ser observado, são as características físicas de cada personagem das crendices. Por exemplo, A Mulher de Branco surgia ao anoitecer, no meio da neblina. Logo, a cor da veste da mulher, branca, se misturava a cor da neblina, que também é branca. Com isso, por meio do medo, que, faz a nossa imaginação ver o irreal, possibilita “enxergar” a Mulher de Branco no meio da neblina.

Este mesmo princípio é aplicado a crendice do animal de cor marrom, a Sucuiuba. Anotamos que a cor barrenta do Rio (que não permite ver o que está sob as águas), pode ser confundida com a cor do animal. Além do que, o próprio movimento da água, pode conduzir a ideia da existência do movimento da Sucuiuba. Anuindo, desta forma, com o mistério da sua existência.

Emaranhado com todos os elementos supracitados, outro ponto muito importante a ser abordado é o fato da formação da identidade aiquarense ser, predominantemente, rural. Neste sentido, precisamos compreender como acontecia a disciplina familiar. Anotamos que o materno/paterno não era oriundo de uma educação de acolhimento, de diálogo e flexibilidade. Não. Era uma educação patriarcal, rigorosa, de ato e consequência, de castigos severos, de autoritarismo.

Então, o medo era o principal aliado da educação – e, não só em casa, como nas escolas. Sublinhamos ainda que, esta disciplina pelo viés do medo não é algo novo. Historicamente, este hábito já era comum. A Igreja, por exemplo, sempre se fortaleceu pela perspectiva do medo em seus fiéis. Deste modo, a proibição do riso; a obrigação do dízimo; a obediência ao sacerdote, e o uso

e o costume religiosos, sempre estiveram pautados na perspectiva da punição, do castigo. A mesma prática ecoa na metodologia de usar a credence popular como um instrumento pedagógico de coerção.

Sobre isto, anotamos ainda que, havia no município de Aiquara um alto índice de analfabetismo. Somado a esta realidade, as informações não eram acessíveis como hoje em dia. Então, naquela época, era incomum assistir à televisão e telejornais, devido ao contexto socioeconômico municipal, bem como, a carência de informações e pesquisas. Desta forma, era a palavra, isto é, o que era dito, que tinha total relevância social, e era perpassado como verdade. Anuindo, assim, com a relevância e credibilidade das credices.

Posto isto, nosso trabalho constatou que, de fato, as credices populares na cidade de Aiquara, na Bahia, são usadas como um instrumento pedagógico de repreensão. Pois os adultos narram e perpetuam estas crenças, compartilhando da ideia de sofrimento, de castigo, de correção, para o transgressor da regra. Anotamos que é sob este viés que as credices foram consolidadas no município, construindo uma relevância atemporal, que ultrapassa gerações.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUTTERFIELD, Rosaria Champagne. **Pensamentos secretos de uma convertida improvável**. Editora Monergismo, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro. O papel da história oral na historiografia moderna. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). (Re) **Introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã/USP, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1950/1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. BRASIL. BAHIA. AIQUARA. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/aiquara/historico>. acessado em 02 novembro 2021

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 2003.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo. **A trajetória política de Juracy Magalhães a partir das memórias e da história**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. p. 1-15.

RIBEIRO, Simon Paula. **Folclore**: aplicação pedagógica. 2ª ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

SILVA, Monica Martins da. **A escrita do folclore em Goiás**: uma história de Intelectuais e Instituições (1940 – 1980). Brasília, 2008.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstituir histórias, memórias e legados de personalidades, instituições, esportes, processos laborativos e educacionais, é relevante por se tratar de investigações realizadas na perspectiva regional, enfatizando a importância dos territórios de identidades e os municípios onde as pesquisas foram realizadas.

A relevância de um jogador de futebol que marcou a história do esporte no município de Ipiaú-BA, Jorge Oliveira Santana, o “Jorge Pato”, que se destacou como o maior atleta do futebol ipiauíense e um dos maiores da história do campeonato intermunicipal baiano. Os marcadores interseccionais que atravessaram a vida de Jorge Pato (classe e raça), evidenciando os empecilhos causados por cartolas do futebol que impediram a sua ascensão para o futebol nacional, além do seu atravessamento identitário e de sua dependência com o alcoolismo.

O Esporte e a educação, a evolução da canoagem em Ubaitaba (1985-2020) e os processos que consolidaram a modalidade esportiva oficial no Brasil, com a ascensão, tanto do município, quanto de seus atletas mais conhecidos: Isaquias Queiroz e Erlon Silva, que conquistaram medalhas nas Olimpíadas Rio 2016, e em outras competições a nível nacional e internacional. A referência a fundação de Ubaitaba às margens do Rio das Contas, e a origem de seu topônimo que designa de acordo com a língua *tupi guarani* (ubá-‘y-taba) e significa “cidade das canoas”.

A trajetória e as memórias de Antônio Pereira Barbosa no município de Gongogi-BA e sua participação na construção de práticas culturais e sociais realizadas na comunidade, deixando o

seu legado na composição do hino oficial e observando a sua permanência na memória dos gongogienses. Ademias, traz relatos de sua participação, corroborando com o processo de emancipação política e administrativa de Gongogi e sua atuação como serventário da justiça, subsidiando moradores da comunidade local.

A importância da música como recurso pedagógico na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino ofertada para estudantes a partir de 15 anos de idade que não tiveram o acesso à educação na idade própria. Analisa a sensibilidade de ofertar uma educação para jovens de diversas idades, personalidades e contextos socioculturais distintos, com saberes e experiências adquiridas ao longo de suas trajetórias de vidas. Enfatiza que a música está presente em várias etapas da vida humana, com grande relevância social. Neste sentido, sendo uma aliada para o processo de alfabetização, subsidiando os docentes na oferta de uma EJA diferenciada e mais agradável, facilitando assim, o aprendizado, além de corroborar com a socialização e o desenvolvimento intelectual do alfabetizando.

O legado de Tercília Luiz da Silva, “Dona Sila”, no município de Lafayette Coutinho–BA, buscando compreender como ela exerceu seu ofício, confeccionando produtos com argila: painéis, pratos, potes para água, caqueiros, torradeiras, moringas de barro, bebedouros para pássaros e fogareiros. A análise da identidade de uma mulher que viveu e tirou o seu sustento e de suas filhas, desenvolvendo atividades laborativas, enfrentando os ditames dos grupos hegemônicos, da família patriarcal, branca e eurocêntrica da localidade. As disputas de etnia, de gênero, criando formas de resistência, se destacando como uma matriarca querida por grupos populares da comunidade lafaietense.

A trajetória educativa da população afrodescendente entre os anos 1990 a 2010, no município de Jequié – BA, discorre acerca das dinâmicas, dos conflitos e das vicissitudes vividas no percurso de alunos oriundos de famílias afrodescendentes, pertencentes a um grupo étnico que protagonizou a história desse país. Analisando a construção no processo educacional no muni-

cípio de Jequié, especificamente a vivência de alunos negros no Colégio Estadual Dr. Milton Santos. Reconstituindo, a partir de estudo histórico, as raízes africanas (memórias negras no campo da educação) ilustrando assim, o grau de representatividade afro-descendente no colégio, mostrando como esses jovens se identificam com o espaço educacional onde estão inseridos, e, de que maneira o colégio auxilia os alunos na construção de suas identidades e ofertando a eles à cultura afro-brasileira de forma plural.

O uso de credices populares como instrumentos pedagógicos de repreensão em Aiquara-BA, utilizando-se da crença popular acerca das histórias/causos perpassadas de geração em geração, e que são absorvidas socialmente como verdade, influenciando a conduta da comunidade. Neste sentido, por meio do folclore podemos estudar as relações socioculturais através de simbolismos, de representações, de costumes, de tradições, de contemporaneidade, de crenças, de fé e de manifestações artísticas populares, que padronizam o comportamento das pessoas, nas relações sociais, por meio de princípios de medo e repreensão.

Após a apresentação das investigações que reconstituem histórias, memórias e legados de personalidades, instituições, esportes, processos laborativos e educacionais, pesquisas que receberam o aporte da História Oral (HO) (ALBERTI, 2004; LE GOFF, 1990; THOMPSON, 1992), evidenciam a relevância dos relatos, das histórias e das memórias aqui registradas. Investigações consideradas de relevância social, por reconstituírem memórias, sendo que, em alguns casos, para não cair no esquecimento, por se tratar de pessoas que foram invisibilizadas, estereotipadas e rotuladas em função do gênero e da etnia.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e dis-

cursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica (NORA, 1993, p. 9).

Por fim, a publicização destas investigações torna-se relevante porque reconstituem legados de personalidades, instituições, esportes, processos laborativos e educacionais, enfatizando a perspectiva regional e local, por entender que é na nossa comunidade que está o nosso pertencimento e nossas raízes.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história:** a problemática dos lugares. Projeto História, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.





www.editoramondrongo.com.br



mondrongo

Impresso para a Editora Mondrongo, em maio de 2023, no formato 15 x 22, em papel Pólen 90 gr no miolo e Cartão Supremo na capa. As fontes tipográficas usadas foram a Arial, Cambria, Minion Pro e Times New Roman nos títulos e no conteúdo.

mondrongo

Essa publicação oferece a grande oportunidade de conhecermos a nossa realidade na perspectiva regional e local, com o aporte de narrativas de pessoas moradoras dos municípios onde as investigações foram realizadas. Ademais, os estudos aqui apresentados, discorrem na perspectiva das relações sociais, na sociedade onde registramos histórias do tempo presente. Neste sentido, há a necessidade de publicizar pesquisas acerca de personalidades, instituições, esportes e processos laborativos e educacionais, por serem considerados de relevância social.



mondrongo

978-65-5449-027-6



9 786554 490276